



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 94

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 18 de janeiro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e José Gabriel Eduardo, (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Tiago Branco)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

No âmbito do **PTAP** (Período de Tratamento de Assuntos Políticos), foram presentes vários votos assinalados abaixo:

- [Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PSD, pelo 1º centenário do Angústias Atlético Clube](#), apresentado pela Deputada Salomé Matos, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação do mesmo teor do anterior](#), do Grupo Parlamentar do PS, em que o mesmo foi lido pelo Deputado Tiago Branco. O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação, pelos 100 anos do ensino da música em São Miguel](#), da responsabilidade do Grupo Parlamentar do PSD, cuja apresentação coube ao Deputado Joaquim Machado (*PSD*), tendo-se também pronunciado sobre o

mesmo o Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*). O referido Voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação à Solidariad'Art](#) em que intervieram o Deputado José Pacheco (*CH*) que o apresentou, bem como a Deputada Célia Pereira (*PS*). O voto em referência foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos 75 anos dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico](#), do Grupo Parlamentar do PSD, apresentado pelo Deputado Carlos Freitas (*PSD*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação a Ângela da Ponte](#), da responsabilidade do Grupo Parlamentar do PSD, cuja apresentação ficou a cargo da Deputada Ana Quental (*PSD*), tendo também emitido opinião sobre o mesmo o Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*). O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Saudação pela nomeação de D. Armando Esteves Domingues como 40.º Bispo de Angra](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, cuja leitura foi feita pelo Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*). Sobre o Voto pronunciaram-se, ainda, os Deputados José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Joaquim Machado (*PSD*) e a Deputada Ana Luís (*PS*).

O Voto acima referenciado foi aprovado por maioria, apenas com duas abstenções do BE.

- [Voto de Protesto pela negligência da República perante as Forças de Segurança na Região](#), tendo o mesmo sido apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e lido pelo Deputado Luis Soares (*PSD*). Sobre o mesmo intervieram os Deputados Pedro Neves (*PAN*) José Pacheco (*CH*), João Vasco Costa (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Nuno Barata (*IL*). O Voto em apreço foi aprovado por maioria.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de João Alberto Silva Pereira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS através da Deputada Sandra Dias Faria (*PS*), em que se

pronunciaram também os Deputados Joaquim Machado (*PSD*) e José Pacheco (*CH*). O referido Voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo ataque à democracia no Brasil](#) apresentado pela Deputada Vera Pires (*BE*), tendo proferido intervenção sobre o mesmo os Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estevão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Pedro Neves (*PAN*).

O Voto em referência foi aprovado por maioria, apenas com a abstenção do Deputado Independente.

Terminado este período dedicado à apresentação de votos, e ainda no âmbito do PTAP, teve lugar uma [intervenção política](#) por parte do Deputado Vasco Cordeiro (*PS*), tendo a mesma despoletado um debate em que intervieram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os:

João Bruto da Costa (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*IND.*) e António Lima (*BE*).

No Período da Ordem do dia, e dando cumprimento à agenda de trabalhos, teve lugar [a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XII – “Aprova o modelo de educação inclusiva”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Sobre esta matéria, intervieram os/as Deputados/as Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Délia Melo (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*IND.*), Nuno Barata (*IL*), bem como a Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

A presente iniciativa foi aprovada por maioria.

No final do debate proferiram declarações as/os seguintes Deputadas/os:

Délia Melo (*PSD*), Vera Pires (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Ana Luís (*PS*) e Carlos Furtado (*IND.*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XII – “Funcionamento de cantinas e bufetes escolares”](#), apresentado pelos Grupos

Parlamentares do PSD, CDS-PP, PPM e adotado no plenário pelo Grupo Parlamentar do PS.

Participaram nesta discussão os/as Deputados/as:

Joaquim Machado (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Vera Pires (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*IND.*), Rodolfo Franca (*PS*) e Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), bem como a Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

Os trabalhos foram concluídos quando eram 20 horas e 03 minutos, continuando a votação desta iniciativa na Sessão seguinte.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra, o Sr. Secretário da Mesa.

Secretário: Bom dia.

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade Carvalho

Mário José Dinis **Tomé**

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa **Dias Faria**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Vilson Filipe da Costa **Ponte Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima de **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luis **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luis Carlos Correia **Garcia**

Luis Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Vera Lúcia Pinheiro **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa

Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Deputado Independente (*Indep.*)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão pode entrar o Público.

Sras. e Srs. Deputados, esta manhã, conforme deliberado pela Conferência de Líderes, está reservada ao período de tratamento de assuntos políticos.

Os tempos já estão espelhados nos nossos quadros. E vamos começar pela apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro é um Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo primeiro centenário do Angústias Atlético Clube.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos para a sua apresentação.

Deputada Salomé Matos (PSD): Bom dia. Obrigada, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Srs. e Sras. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

1º Centenário do Angústias Atlético Clube

A celebração de um centenário é sempre uma razão de celebração, mas quando se alia o desporto à amizade e ao orgulho no movimento associativo triplicam-se os motivos.

Frequentemente, o movimento associativo tem um papel fundamental no desenvolvimento sociocultural, substituindo até ao Estado no cumprimento de muitas das suas obrigações perante a sociedade. Essa realidade tem especial relevo no contexto local, permitindo juntar as pessoas em prol de interesses comuns em áreas como o desporto, a cultura, a juventude, a educação, ou a ação social.

Sabe-se que em junho de 1922, a convite do Fayal Sport Clube, desembarcou na cidade da Horta a equipa de futebol do Casa Pia Atlético Clube. A sua presença no

Faial, além do espetáculo desportivo, deu origem à fundação o Angústias Atlético Clube (AAC).

Criado em 6 de janeiro de 1923, a sua primeira apresentação desportiva deu-se em 28 de outubro desse mesmo ano, num jogo contra o Fayal Sport Clube, vencendo por 2-1.

O AAC teve como sócio fundador n.º 1 João da Cruz Cristiano, sendo ainda sócios fundadores Manuel Inácio Cardoso, Jaime Maria Soares de Melo (o primeiro presidente eleito), José Francisco da Câmara, Guilherme Rosa, João Tavares, José Avelar Nunes, Francisco Sousa, Adolfo Wenceslau e João da Rocha. Em 1925, graças ao papel desempenhado pelo Dr. Manuel José da Silva, natural da Ilha do Pico e deputado, foi reconhecido como "Instituição de Utilidade Pública".

Os seus símbolos orgulham todos aqueles que ao longo dos últimos 100 anos os envergaram. A sua bandeira é bicolor - preta e branca, quartelada de quatro peças de branco e quatro peças de negro, com as iniciais AAC no canto superior esquerdo; O equipamento das suas equipas é composto por camisa bicolor, calção negro e meias pretas com canhão branco ou, em alternativa, todo negro.

O AAC é um dos 3 clubes faialenses fundadores da Associação de Futebol da Horta, conforme ata da reunião realizada em 21 de outubro de 1930 e da Associação de Desportos da Horta, criada a 14 de agosto de 1962.

Até ao ano de 1969, treinou e jogou alternadamente nos campos do Fayal Sport Clube (no Estádio da Alagoa) e Sporting Clube da Horta (no Campo das Pedreiras da Doca). Naquele ano, inaugurou o seu primeiro campo, também na zona das Pedreiras da Doca, vindo a substituí-lo por outro, em terreno próximo, em 1983. É conhecido apenas por Campo do Atlético.

A 25 de Dezembro de 1944, assinalou a inauguração do atual edifício sede.

Em 1951, após a visita da equipa de hóquei em patins do Sport Lisboa e Benfica estabeleceram-se laços entre estas duas equipas.

Várias foram as modalidades que este clube fomentou e treinou, embora algumas se tenham extinguido ao longo da sua existência. O futebol, no entanto, tem mantido sempre uma prática regular.

Entre vitórias e troféus, ao nível local e regional, o AAC soma também participações em competições de nível nacional bem como além-fronteiras a convite de outros clubes.

O AAC também estendeu a sua intervenção para “fora de balizas”, nomeadamente na componente cultural e recreativa através da realização de um vasto conjunto de atividades como sejam o teatro, cinema, charanga, biblioteca, boletim informativo, saraus musico-literários, serões de dança e espetáculos que contavam com a presença de artistas locais e do exterior da Região.

O AAC conta também com o mérito de, das suas fileiras, ter saído aquele que foi o primeiro açoriano a envergar a camisola da seleção nacional de futebol, tornando-se assim uma referência para muitos jovens. Joaquim Teixeira, “Semilhas”, como era conhecido, iniciou o seu percurso desportivo neste clube faialense, tendo, no final da década de 30, sido transferido para o Sport Lisboa Benfica e por lá teve uma carreira brilhante.

Se o AAC já contava com um passado de paixão pelo desporto, os alvinegros conseguiram com a criação da Associação de Veteranos do Angústias Atlético Clube, liderada por um conjunto de ex-jogadores, elevar valores como a amizade e o companheirismo em detrimento da competição.

Assim, e desejando aos atletas, associados e dirigentes desta coletividade bem como à população da freguesia das Angústias a continuação de grandes sucessos, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo 1º centenário do Angústias Atlético Clube, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua direção, à Câmara Municipal da Horta, à

Junta e à Assembleia de Freguesia das Angústias, à Associação de Futebol da Horta e à Direção Regional do Desporto.

Horta, sala das sessões, 18 de janeiro de 2023.

Os Deputados Regionais

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Está apresentado o Voto.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se naturalmente a este Voto de Congratulação pelo 100º aniversário do Angústias Atlético Clube, porque consideramos que é de celebrar e, no fundo, salientar este exemplo de longevidade e também pela perseverança e firmeza que houve por parte destes associados e dos dirigentes deste clube em manter constantemente atividade aberta e poderem propiciar desporto, poderem propiciar um espaço em que as nossas crianças, não só os adultos, também possam ter a prática desportiva.

É por isso também, um exemplo de perseverança e manutenção de associativismo desportivo. E, por isso, nos congratulamos com isso e também naturalmente iremo-nos associar a este Voto e a um outro de igual teor que, pelo que sei, irá ser apresentado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é também pelo centenário do Angústias Atlético Clube. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco para a sua apresentação.

Deputado Tiago Branco (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 100 anos do Angústias Atlético Clube

Foi no ano de 1922 que, em virtude da vinda à cidade da Horta e à ilha do Faial da equipa de futebol do Casa Pia Atlético Clube, foram lançadas as bases para a fundação do Angústias Atlético Clube que acabaria por ser oficializada a 31 de dezembro de 1922.

A vontade de erguer na citadina freguesia de Angústias, um clube que a representasse desportivamente e que se afirmasse no contexto local e regional, levou à sua concretização formal pela mão dos sócios fundadores Jaime Maria Soares de Melo, Manuel Inácio Cardoso, João da Cruz Cristiano, João Tavares, José Francisco da Câmara, José Avelar da Costa Nunes, João Caetano da Rocha, Francisco Rodrigues de Sousa, Guilherme Medeiros da Rosa e Adolfo da Rosa Wenceslau.

Não obstante ter diversificado a sua atividade por diversas modalidades desportivas como o andebol, basquetebol, voleibol, hóquei em patins, natação, vela, ciclismo, ténis de mesa, entre outras, e até pela vertente cultural e recreativa, foi no futebol que ao longo dos seus 100 anos de história mais se distinguiu. Até

1969, ano em que inaugurou o seu primeiro campo, treinou e jogou, alternadamente, nas instalações do Fayal Sport Clube e do “vizinho” Sporting Club da Horta. Mais tarde, em 1983, mudou-se em definitivo para o conhecido Campo do Atlético localizado na zona da antiga pedreira do Porto da Horta.

A sua primeira sede social foi na moradia n.º 50 da Rua Conde de Ávila, tendo, em 1924, transitado para a Rua Filipe de Carvalho onde se mantém até hoje, agora no edifício sede, inaugurado a 25 de dezembro de 1944, onde desde então se verificou forte dinâmica, promovendo-se variadíssimos eventos de âmbito social, cultural e desportivo.

A preponderância do Angústias Atlético do Clube no desenvolvimento do desporto açoriano, desde cedo se destacou, sendo um dos três clubes fundadores da Associação de Futebol da Horta, em outubro de 1930, e também sócio fundador da Associação de Desportos da Horta, criada a 14 de agosto de 1962.

Venceu o Campeonato de Futebol da Associação de Futebol da Horta, no escalão de seniores masculinos, por 24 ocasiões, a primeira na época 1931/1932, destacando-se ainda a sua participação, por 5 vezes, em representação dos Açores, na eliminatória Açores-Madeira da Taça de Portugal. No que se refere ao futebol, e ao escalão de seniores masculinos, os «Alvinegros», também assim apelidados, são o clube faialense com mais títulos de âmbito regional, destacando-se a vitória na final da Taça Açores em 1987 mas também os títulos de campeão dos Açores alcançados pelos escalões de juniores e juvenis, em 1987 e 1993, respetivamente.

Foi do Angústias Atlético Clube que saiu o primeiro açoriano a integrar uma seleção nacional de futebol, Joaquim Teixeira, conhecido por “Semilhas”, após se ter transferido para o Sport Lisboa e Benfica aos 21 anos de idade e cuja memória está imortalizada num busto colocado junto à sede social do clube a 16 de setembro de 2017, aquando da passagem do 1.º centenário da data do seu nascimento.

No momento em que se assinalam os seus cem anos de existência, importa saudar o percurso desta distinta Instituição de Utilidade Pública, estatuto que lhe foi atribuído logo em 1925, e todos os corpos sociais, sócios e simpatizantes, colaboradores, atletas, treinadores e todos aqueles que desde a data da sua fundação contribuíram para o sucesso deste clube, construindo, honrando e preservando a sua história.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 18 de janeiro de 2023, a aprovação de um voto de congratulação pela passagem do 100.º aniversário do Angústias Atlético Clube, salientando o seu relevante contributo para o desenvolvimento do desporto faialense e açoriano.

Que do presente voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais do Angústias Atlético Clube, à Associação de Futebol da Horta, à Assembleia Municipal da Horta e ao Conselho de Ilha do Faial.

Sala das Sessões, 18 de janeiro de 2023.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o Voto.

Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelos 100 anos do ensino da música em São Miguel.

Será apresentado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado a quem dou a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 100 anos de Ensino de Música em São Miguel

A Associação de Música de Ponta Delgada foi fundada a 25 de outubro de 1922, e desde essa data que teve um papel central no ensino e divulgação da música naquela ilha.

Entre os seus principais objetivos, como é possível ler no n.º 2 do artigo 2 dos seus estatutos, era o de *Divulgar por todos os meios de propaganda o gosto e o culto da música na ilha de S. Miguel, diligenciando sempre exercer uma ação educadora desse gosto e estimulante culto, em todas as camadas sociais, especialmente pela organização de certames e concertos ou pela promoção de conferências sobre assuntos de interesse musical.*

O entusiasmo que envolveu a fundação desta instituição motivou os membros da sua direção a agilizarem, num espaço de 3 meses, a abertura das aulas, que aconteceu no dia 8 de janeiro de 1923, precisamente há 100 anos. Na época, cerca de 42 alunos e 4 professores corporizaram o ensino de piano, violino, violoncelo, Solfejo e canto coral, em salas disponibilizadas pela direção da Escola Primária Superior, no antigo convento da Graça, o mesmo espaço onde, por ironia do destino, desde 2003, voltou a ser, por definitivo, a casa desta instituição.

O primeiro grupo de alunos da Academia de Música de Ponta Delgada fez a sua primeira apresentação pública no antigo Teatro Micaelense, situado na época no jardim Sena Freitas, a 11 de julho de 1925, e do qual não foi possível recuperar o seu programa ou folha de sala, mas que a comunicação social retratou muito bem através

de várias notícias, dando conta do sucesso do evento e, obviamente, dos frutos da escola.

No período de 1928 a 1945, dificuldades financeiras e de espaço disponível, obrigou a que a Academia de Música de Ponta Delgada cessasse funcionamento, reabrindo no ano de 1945, em espaço cedido pelo Liceu de Ponta Delgada. Este recomeço ficou marcado um período auspicioso da Academia, facto atestado através dos programas das récitas e notícias nos periódicos locais.

As décadas seguintes foram para a Academia de Música de Ponta Delgada de grande pujança. Enquanto principal instituição de promoção artística no meio micalense, estabeleceu protocolo com o Emissor Regional dos Açores, que manteve até aos finais da década de 1970, e em que os seus docentes realizavam sessões musicais semanais, transmitidas em direto.

Entre 1950 e 1980, a AMPD constituiu-se, em Ponta Delgada, sede das delegações de organismos artísticos como a Pró-Arte, o Círculo de Cultura Musical, Sociedade de Concertos de Lisboa e Juventude Musical Portuguesa, trazendo ao palco do Teatro Micalense (principal parceiro para a realização de espetáculos) os mais conceituados artistas nacionais e internacionais.

Em todo este contexto institucional e artístico não podemos esquecer, em 1947, a chegada a esta instituição de Margarida Magalhães Sousa para lecionar piano. Figura de qualidades musicais ímpares, que será sempre lembrada pelo seu enorme compromisso com a música, pelos que com ela privaram e partilharam a vida artística. A par da sua carreira pedagógica, desenvolveu intensa carreira como concertista nacional e internacional, a solo ou em agrupamentos de câmara e de orquestra.

Em 1964, assinalou-se a segunda fase do percurso da AMPD, nomeadamente com autorização, pelo Ministério da Educação, do paralelismo pedagógico com o Conservatório Nacional de Lisboa, passando a AMPD a designar-se Conservatório Regional de Ponta Delgada. Deste modo, os alunos que frequentavam o Conservatório

Regional de Ponta Delgada adquiriam, por meio de um exame nacional, reconhecimento dos seus estudos musicais.

Em 1980, e marcando aquela a que podemos chamar de 3ª fase desta escola, sai finalmente o Decreto Regulamentar Regional n.º 11/80/A de 13 de março que criava os Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, passando também a escola de ensino artístico público.

Hoje, o Conservatório Regional de Ponta Delgada conta com cerca de 600 alunos, meia centena de docentes, muitos deles com a sua formação iniciada no próprio conservatório casa e que prosseguiram estudos musicais, e que, paulatinamente, têm regressado; por outro lado, o Conservatório Regional de Ponta Delgada dispõe também de uma oferta pedagógica ampla, com cerca de 19 instrumentos e um variado leque de disciplinas teóricas. Quase todos os anos, temos alunos que prosseguem estudos superiores em música.

Em suma, a Academia de Música de Ponta Delgada, mais tarde Conservatório Regional de Ponta Delgada, é hoje uma instituição centenária de grande relevância na Região e no País. O esforço e empenho dos seus docentes têm contribuído para a formação de muitas gerações de músicos amadores e profissionais, mantendo um dos seus focos nos principais eixos da dinâmica do ensino artístico especializado da música e da promoção artística na ilha de S. Miguel

Assim, com grande sentido de gratidão pelos serviços prestados à cidade de Ponta Delgada e a toda a Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação ao Conservatório Regional de Ponta Delgada/Academia de Música de Ponta Delgada pelos cem anos de ensino de Música na Região.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção e órgãos sociais do Conservatório Regional de Ponta Delgada, bem como a todos os seus associados,

docentes e alunos, à Assembleia Municipal de Ponta Delgada, assim como a todo o Executivo Camarário e à Direção Regional da Educação e Cultura.

Horta, sala das sessões, 18 de janeiro de 2023.

Os Deputados Regionais

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Está apresentado o Voto. Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Gomes (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, Sr. Presidente, para dizer que o Partido Socialista associa-se ao Voto de Congratulação apresentado pela bancada do PSD, tecendo algumas palavras de felicitação ao Conservatório Regional de Ponta Delgada, à Academia de Música de Ponta Delgada, aos 100 anos do ensino da música na ilha que é uma Associação que tem contribuído também para a promoção e produção de muitos artistas e músicos açorianos e micalenses em particular. E, portanto, tendo em conta o grande legado, a grande capacidade que esta Associação tem tido ao longo destes anos, pela sua história, pela sua capacidade de levar adiante o nome dos Açores, por isso mesmo, da nossa parte, temos que elogiar, temos que ver o trabalho prestigiante que esta Associação tem tido ao longo dos últimos 100 anos.

Por isso mesmo, mais uma vez, o Partido Socialista associa-se a este Voto de Congratulação, felicitando todos aqueles que contribuem para que esta Associação seja hoje uma marca indelével na música nos Açores e também além fronteiras.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de congratulação é apresentado pelo CHEGA à Sociedade de Solidariedad'Arte.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

À Associação SOLIDARIED'ARTE pelo prémio ao valor social da Fundación e pelo prémio VINCI para a Cidadania

A 22 de fevereiro de 2008, nascia em São Miguel a Associação Solidaried'arte - Associação de Integração pela Arte e Cultura, com o objetivo de integrar públicos em situação de exclusão ou em risco de exclusão, usando para isso atividades artísticas e culturais. A Associação nasce de um sonho com muitos anos, personificado por Leonardo Sousa – sócio fundador da instituição e que atualmente é Presidente da Direção.

Tendo já adquirido o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social e estando registada como associação juvenil, a Solidaried'arte aponta as atividades que desenvolve para toda a comunidade açoriana e não apenas para públicos em risco de exclusão. Atividades artísticas e culturais que apelam e possibilitam a inclusão, inserção e integração, adotando um conceito de doação recíproca.

O sonho, que levou à fundação da Solidaried'arte, tem vindo a transformar-se em realidade ao longo dos anos e a Associação tem consolidado a sua tarefa de lutar

contra a exclusão, envolvendo também a comunidade, e desenvolvendo atividades culturais e artísticas para o desenvolvimento e transformação positiva dos públicos com quem trabalha.

Neste sentido, foram criados vários projetos para responder às várias missões assumidas pela Solidaried'arte, envolvendo teatro, dança, fantoches e marionetas, mas também uma rede de lojas eco-solidárias, uma oficina de recuperação de mobiliário doméstico e uma mercearia solidária comunitária.

Prova do trabalho e do mérito da Solidaried'arte, têm sido os prémios atribuídos às várias valências.

Em 2018, recebeu uma Menção Honrosa na categoria de inovação e sustentabilidade, atribuída pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, no âmbito do prémio Cooperação e Solidariedade 2018, com o projeto “A Loja Eco-Solidária Itinerante”. Trata-se de um projecto que envolve uma loja física em Ponta Delgada e um conjunto de lojas itinerantes que percorrem a ilha de São Miguel. A loja itinerante é semelhante à loja física eco-solidária onde são vendidas peças de vestuário e calçado a preços simbólicos, cujas receitas são depois aplicadas em projetos na comunidade onde as lojas estão inseridas. Esta rede de lojas eco-solidárias, iniciada em 2015, apresenta uma vertente ecológica – da reutilização de bens materiais – e uma vertente solidária – com preços simbólicos e receitas aplicadas na comunidade. A Loja Eco-Solidária Itinerante vai percorrendo várias freguesias ao longo do ano, onde não existem valências da Solidaried'arte, proporcionando àquelas comunidades o acesso às peças a preços simbólicos.

Depois do reconhecimento nacional, veio o reconhecimento do estrangeiro e ainda no ano passado, o projeto “Reutilizar, transformar e incluir - Rede de Lojas Eco-Solidárias” foi distinguido nos Prémios ao Valor Social da Fundación Cepsa. Um prémio que demonstra a pertinência deste tipo de resposta social, quer ao nível da

redução e reutilização do desperdício têxtil, mas também no empoderamento das famílias mais vulneráveis.

Mais recentemente, foi o projeto Mercearia Solidária e Comunitária um dos vencedores do Prémio Vinci para a Cidadania. Um projeto ainda com pouco tempo de existência, instalado no Bairro de Santo António, no Livramento, em Ponta Delgada, que permite os residentes dos 10 blocos de apartamentos ter acesso a produtos frescos e de mercearia, a um preço bastante reduzido. A própria comunidade pode ceder os excedentes dos seus produtos hortícolas, trocando-os por descontos ou por produtos. Estando aberta apenas a moradores daquele bairro, o objetivo é dar acesso a uma alimentação saudável a uma população mais vulnerável e aumentar também a sua participação na comunidade.

Desde a sua fundação, a Associação Solidaried'arte tem dado mostras do trabalho empenhado e significativo que leva às comunidades com quem trabalha. Trabalho já reconhecido nacional e internacionalmente.

Neste sentido, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à Solidaried'arte, pelo trabalho desenvolvido em prol da comunidade, do qual deve ser dado conhecimento à Associação, à Vice-Presidência do Governo Regional, Direção Regional da Juventude, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, e à Associação de Municípios da Ilha de São Miguel.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2023

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o Voto.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira, faça favor.

(*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Congratulação à Solidaried'arte e reconhece, naturalmente, tal como já foi aqui referido, o valor da atividade que esta Associação os seus órgãos sociais e equipa têm desenvolvido em quase cerca de 15 anos de atividade.

Deputado Nuno Barata (IL): E o PS vota ao lado do Chega!

Deputado Berto Messias (PS): Ou o Chega é impulsivo ou o Chega é hipócrita!

A Oradora: Um trabalho que passa pela promoção da inclusão, da inserção e da integração de públicos em risco de uma forma inovadora, nomeadamente pela arte, pela cultura e pela promoção de valores também associados àquilo que são os princípios da economia circular. Economia circular, que tem sido prática em projetos que aqui foram referidos, como sendo reconhecidos a nível nacional e a nível internacional, nomeadamente o projeto da *loja eco solidária itinerante*; o projeto *reutilizar, transformar, incluir*; e mais recentemente, o projeto da *mercearia solidária e comunitária*.

Portanto, é uma Associação que nas comunidades em que intervém, procura promover o bem-estar de uma forma colaborativa e em proximidade direta com as populações que ocupam e que habitam esses territórios.

A Solidaried'arte é também um bom exemplo do trabalho e do valor de excelência das nossas associações e IPSS que em todo o território regional estão ao serviço das pessoas, ao serviço dos mais desfavorecidos e que promovem ativamente o bem-estar dessas comunidades.

Deputado Nuno Barata (IL): Um ataque ao Sr. Vice-Presidente!

A Oradora: E, portanto, é também com satisfação que nos associamos a este Voto.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Congratulação pelos 75 anos dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico.

É apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas para a sua apresentação.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 75 Anos dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico foi fundada em 1948 por iniciativa de Manuel Macedo Pereira, que agrupou 10 jovens com que acabariam por constituir o primeiro corpo de bombeiros daquela localidade.

Os seus primeiros Estatutos datam de 14 de janeiro do mesmo ano, e a denominação passou a ser conhecida como Associação Humanitária e de Beneficência dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico.

Durante os primeiros 10 anos de existência, a atividade daquele agrupamento circunscreveu-se à assistência a espetáculos (teatro e cinema) para prevenir qualquer incêndio, ou incidente de qualquer outra ordem, possuindo um mínimo indispensável de equipamentos, como uma bomba móvel e alguns lances de mangueira.

Ainda nos finais da longínqua década de 40, a instituição tinha dado início à construção do seu quartel, apesar do empreiteiro não ter chegado a concluir por este ter falecido, ficando o edifício longos anos apenas com as paredes levantadas.

Em 1954, foi feita a inscrição na matriz predial daquele edifício e de todo-o-terreno envolvente, e bem assim o campo de jogos, que tem tido lugar para grandes manifestações de recreio e cultura.

Em 1978, após 20 anos sem qualquer atividade, instados por um veterano da Associação dos Bombeiros Voluntários de Penafiel, José Ribeiro, mecânico da empresa Tecnovia, mais um grupo de cidadãos do concelho constituiu uma comissão que organizou a atual Associação, tendo feito publicar completamente remodelados, novos estatutos em 24 de julho de 1980, sob a denominação de Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico.

O antigo e desejado edifício, só ficou concluído em 1983, onde foi instalado todo o equipamento e viaturas. Atualmente o edifício está reservado a sede social, sendo a Associação dos Açores que mantém a massa associativa mais participativa.

A precariedade de espaço para abrigo de viaturas e material de incêndios, levou a Associação a fazer diligências no sentido da construção de um quartel moderno e funcional, cuja inauguração verificou em 8 de dezembro de 1986.

O Corpo de Bombeiros de São Roque do Pico tem atualmente no quadro de comando, ativo, reserva e honra 44 elementos, mais 18 cadetes e infantis. 24 elementos no quadro comando ativo, 2 estagiários e 16 viaturas.

Para se avaliar as atividades daquela Corporação de Bombeiros, durante o ano 2022, entre outros serviços, foram chamados para 19 incêndios, 74 acidentes, 269 transportes com doentes de urgência, 194 transferências para unidades de saúde, 222 transportes para unidades de fisioterapia e hemodiálise e 518 transportes domiciliários para consultas, tendo-se verificado um aumento de 248 prestações de serviços em relação ao ano anterior.

Os Bombeiros de São Roque do Pico são uma associação de voluntários que têm demonstrado qualidades e altruísmo, apanágio dos soldados da paz, com uma capacidade de doação “vida por vida” que nunca é demais enaltecer.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 75 Anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico, à Câmara e Assembleia Municipal de São Roque do Pico, à Secretaria Regional da Saúde e Desporto.

Horta, sala das sessões, 18 de janeiro de 2021.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos proceder à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto Congratulação, também é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD a Ângela da Ponte.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental para a sua apresentação.

Deputado Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

Voto de Congratulação

A Ângela da Ponte pelo Prémio no Festival Ibermúsicas

Ângela da Ponte é uma compositora açoriana, nascida na ilha de São Miguel no ano de 1984, mas desde muito cedo fixou residência na cidade do Porto, onde vive e trabalha.

Começou por estudar na Escola Superior de Música e das Artes do Espetáculo da cidade do Porto, onde se licenciou, tendo estudado com João Madureira, Dimitris Andrikopoulos, Carlos Guedes, Marina Pikoul, em *workshshops* com Magnus Lindberg, Clarence Barlow, Emmanuel Nunes e Klaas de Vries.

Em Birmingham, Inglaterra, prosseguiu os seus estudos, onde concretizou o seu doutoramento na Universidade daquela localidade, e teve a oportunidade de trabalhar e conviver com nomes de vulto e de diversas proveniências geográficas, como Reino Unido e Bélgica. Mais recentemente, frequentou em Lisboa o workshop de composição CROMA com o compositor Pierluigi Billone.

Atualmente, Ângela da Ponte reside no Porto e, além da composição, dedica-se à docência e à investigação, e tem desenvolvido trabalho no domínio do som como uma experiência de escuta profunda através de vários meios e formas, em particular o meio instrumental, misto e acusmático. Desde o ano de 2016 que Ângela tem vindo a explorar e a integrar o uso da música e instrumentos tradicionais portugueses nas suas composições, como a utilização da tradicional viola da terra (dos Açores) no meio musical contemporâneo.

Ao longo dos anos, a compositora micalense tem sido muito requisitada para criar composições que têm sido interpretadas por diversos solistas, ensembles e orquestras de prestígio em Portugal, no Reino Unido, na Colômbia, França, Estados Unidos da América, Espanha e Alemanha.

O seu trabalho tem sido interpretado em diversos pontos geográficos e por ensembles, solistas e orquestras de vários países. Só para dar alguns exemplos: na

Suíça, nos Estados Unidos da América, na Alemanha, em Espanha, e, obviamente, em Portugal.

Do seu eclético e versátil Curriculum, fazem parte as presenças em festivais no Reino Unido, no México, na Polónia, no Luxemburgo e nosso país, bem como conta com diversas distinções no plano nacional e internacional.

Recentemente, Ângela da Ponte foi premiada no programa Ibermúsicas, dedicado ao setor musical ibero-americano. A oportunidade de apresentar um projeto no programa Ibermúsicas surgiu através de um convite feito pelo Sigma Project Quartet, um quarteto espanhol de saxofones, que concorreu na categoria de “Composição e Estreia de Obra”, sendo que no regulamento da prova de 2022 estava definido a presença de um compositor do país vizinho (Portugal), o que veio a acontecer.

A Ibermúsicas é um programa de cooperação internacional dedicado exclusivamente às artes musicais, promovendo a sua diversidade e estimulando a formação de novos públicos.

A inspiração da composição “Echoes from a near future” foi o livro “21 lições para o século XXI”, do israelita Yuval Noah Harari, em que define os desafios tecnológicos, políticos, religiosos e morais do século que estamos a viver, e sobre as alternativas que nós temos enquanto seres humanos num futuro próximo.

“Echoes from a near future”, assim se chama a peça, remete inexoravelmente para um paradoxo, visto que um eco é um fenómeno sobre um evento sonoro passado. Neste sentido, as ideias do livro de Harari, transpostas para a música, deixa-nos antever possíveis cenários de um futuro muito próximo.

Esta composição musical associa-se inevitavelmente à tecnologia, quer do ponto de vista da sua conceção e experiência sonora, quer do ponto de vista criativo. Na sua essência, e, tal como diz Harari, é cada vez mais visível a dissociação da mente do corpo por influência da permanência nas redes sociais, o que se traduz

em materiais sonoros idiomáticos e técnicas extensivas ou adotadas de outros instrumentos, como, por exemplo, a voz.

A autora, que pondera a possibilidade de apresentação do seu trabalho na Região, local onde a formação e a produção musical é muito difícil pela reduzida dimensão territorial e populacional, é hoje um nome em destaque no cenário musical mundial.

Por essa mesma via, o contacto com o exterior dos nossos valores musicais e culturais é um veículo importante para que os nossos músicos e compositores se tornem visíveis e deixem a sua marca no Mundo, e como tal deve ser apoiado.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação à micalense Ângela da Ponte pela conquista do Prémio Composição e Estreia de Obra no Festival Ibermúsicas 2022.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à compositora e família, ao Ministério da Cultura e à Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Disse.

Horta, sala das sessões, 18 de janeiro de 2023.

Os Deputados Regionais

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Gomes (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se naturalmente ao Voto apresentado pela bancada do PSD.

Felicitemos, em primeiro lugar, Ângela da Ponte pelo seu percurso, pelo seu trajeto, pela capacidade que tem demonstrado ao longo do seu trabalho, mostrando aquilo que os Açores produzem e o que a nossa Região tem de melhor pelo mundo fora. E, portanto, tendo em conta o que está escrito neste Voto, não podemos deixar de felicitar Ângela da Ponte por tudo aquilo que de bom tem feito no seu trajeto. E, por isso mesmo, deixamos aqui uma palavra de apreço pelo seu trabalho e pelo seu contributo aos Açores e aos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Saudação à nomeação de D. Armando Esteves Domingues como 40º Bispo de Angra.

É apresentado pelo CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a sua apresentação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Pela nomeação de D. Armando Esteves Domingues como 40.º Bispo de Angra

O Papa Francisco nomeou no passado dia 4 de novembro de 2022, D. Armando Esteves Domingues, até então bispo auxiliar do Porto, como Bispo titular de Angra.

A boa nova da nomeação do 40.º Bispo de Angra foi recebida pela comunidade católica com alegria, pondo termo a um período de 411 dias de *sede vacante* nesta diocese insular.

Esta nomeação reveste-se de grande importância para os crentes. Pois por meio dela é assegurada, no nosso território, a sucessão daqueles primeiros apóstolos que Nosso Senhor Jesus Cristo enviou por todo o mundo a anunciar o evangelho e a formar comunidades.

Com esta nomeação, é dada continuidade ao ministério primeiramente conferido por Jesus ao seu companheiro Simão Pedro - que viria a ser primeiro Bispo de Roma e por conseguinte, primeiro Pontífice - ao dizer-lhe: “tu és Pedro, e sobre esta pedra construirei a minha Igreja” (Mt 16,18). Pois cada bispo sucede, um após o outro, ao corpo apostólico original.

Armando Esteves Domingues provém de uma família numerosa: é o oitavo de onze irmãos, tio de mais de uma dezena de sobrinhos e tio-avô de tantos mais sobrinhos netos.

Nasceu a 10 de março de 1957 na vila de Oleiros, no distrito de Castelo Branco, tendo por mãe Maria Rosa Esteves e por pai Manuel Domingues.

Concluída a 4.ª Classe, ingressou em outubro de 1967 no Seminário Menor de S. José, em Fornes de Algodres, próximo de Viseu. Logo de seguida frequentou o Curso de Teologia dos Seminários no Seminário Maior de Viseu, que concluiu em junho de 1980.

Pouco depois, mudou-se para Itália, para Grottaferrata na província de Roma, onde viveu numa comunidade com 7 seminaristas e um sacerdote de julho de 1980 a outubro de 1981 para realizar um estágio pastoral no Centro Mundial de Espiritualidade e Teologia do Movimento dos Focolares.

Aqui se dedicou aos temas da pastoral juvenil, espiritualidade e pastoral familiar com incidência na preparação de noivos para o matrimónio. Nesta passagem por Itália realizou trabalhos como tradutor de italiano para português.

Regressado a Viseu, foi admitido ao diaconato em novembro de 1981. Logo em janeiro de 1982 foi ordenado presbítero, na Sé Catedral de Viseu. Em maio foi nomeado pároco de S. Martinho das Moitas, Gafanhão e Covas do Rio, vindo também a assumir, em outubro de 1983, a paróquia de Reriz nos concelhos de S. Pedro do Sul e Castro Daire.

Foi Capelão Militar na Força Aérea Portuguesa entre 1984 e 1987. Na mesma altura, foi Assistente da 4.^a Secção do Escutismo na Região de Lisboa e Adjunto do Assistente Regional. Colaborou com os Cursilhos de Cristandade.

Mais uma vez de regresso à Diocese de Viseu em 1987, foi nomeado Professor de Religião e Moral da Escola Secundária Emídio Navarro, Assistente do Agrupamento 102 do Corpo Nacional de Escutas, Assistente do Movimento de Educadores Católicos e Assistente Regional do CNE.

Ainda em 1987 foi eleito para Membro do Conselho Presbiteral, tendo exercido funções como Coordenador do Secretariado Permanente em dois mandatos. Mais tarde tornou-se membro do Conselho Pastoral Diocesano e do Colégio de Consultores.

Foi Assistente do Movimento Equipas de Casais de Nossa Senhora e Conselheiro Espiritual de duas Equipas.

Em 1989 tornou-se Pároco de Torredeita, Boaldeia e Farminhão do Arciprestado de Viseu 1 e, depois, veio a assumir funções como arcepreste. À época esteve envolvido em diversos projetos de âmbito social, designadamente com o Instituto Português da Juventude, o IEFP, a Segurança Social, o Centro de Alcoologia de Coimbra, entre outros. Ao longo dos anos viria a dinamizar diversas iniciativas em prol da inclusão social, de combate ao desemprego, combate às dependências e recuperação de casas degradadas para habitação.

Entre 1989 e 2014 ministrou aulas de Ética e Desenvolvimento Pessoal na Escola Profissional de Torredeita. Foi Diretor do Jornal “Voz de Torredeita e Boaldeia”, de 1989 a 2016.

Em 2006, tomou a seu cargo as Paróquias de S. Salvador e do Vicariato de Nossa Senhora do Viso, onde se veio a construir o Centro Pastoral de Nossa Senhora do Viso, com grande envolvimento de toda a comunidade.

Acompanhou seminaristas do Seminário Maior de Viseu em percurso pastoral formativo, incluindo a orientação do Ano de Estágio Pastoral, e foi professor no mesmo Seminário no ano letivo de 2016/17.

Ainda em Viseu, ao longo dos anos integrou vários organismos diocesanos, tendo sido ecónomo e vigário-geral.

No dia 27 de outubro de 2018, o Papa Francisco nomeou Armando Esteves Domingues como Bispo titular de Centenaria (na Argélia – antigo reino de Numidia) e Auxiliar do Porto, funções que desempenhou até final de 2022.

Preside, atualmente, à Comissão Missão e Nova Evangelização da Conferência Episcopal Portuguesa.

O recém-nomeado Bispo de Angra tomou posse formal diante do Colégio de Consultores no passado dia 14 de janeiro de 2023.

No dia seguinte, este último domingo, 15 de janeiro, celebrou a primeira eucaristia nos Açores na condição de Bispo desta Diocese.

A cerimónia teve lugar na Sé Catedral de Angra, sendo precedida por um cortejo desde a Igreja da Misericórdia, cumprindo a tradição. Na ocasião fizeram-se representar as autoridades civis e militares da Região. A eucaristia contou com a participação de 17 bispos e de mais de meia centena de presbíteros vindos de várias zonas do país, sobretudo das ilhas dos Açores e das dioceses de Portalegre-Castelo Branco, Viseu e Porto.

Na homilia, D. Armando Esteves Domingues assumiu como prioridade imediata dar voz aos jovens e preparar a Jornada Mundial da Juventude. Afirmou que “não

há renovação na Igreja nem na sociedade, sem o protagonismo dos jovens” e apelou a que “Nunca digamos que eles não sabem ou não querem... caminhemos com eles!”.

Merece o nosso melhor reconhecimento e esperança a prioridade do novo Bispo de Angra, que desde já manifesta não estar refém da narrativa do declínio, preferindo apontar para o futuro.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta o seguinte voto de saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda Sua Ex.^a Reverendíssima D. Armando Esteves Domingues pela nomeação como 40.º Bispo de Angra, desejando sucesso na sua missão nos Açores.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Bispo D. Armando Esteves Domingues, à Diocese de Angra, à Conferência Episcopal Portuguesa e à Nunciatura Apostólica da Santa Sé em Lisboa.

Horta, sala das sessões, 18 de janeiro de 2023.

Os Deputados Regionais.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o Voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o CHEGA associa-se a este Voto. E aproveito a ocasião para dar as boas-vindas a esta nossa terra - terra católica, de gente de fé – a D. Armando, que assim seja que a missão dele e o sacerdócio dele nesta terra seja bom, como tem sido o sacerdócio de toda nossa Santa Igreja.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e o Bloco de Esquerda respeitam o princípio da separação entre Estado e Igreja, conforme definido na Constituição, no seu artigo 41º e respeitando esse princípio, defende-o convictamente.

Tendo em conta que este Voto se debruça sobre um aspeto da vida interna e da organização interna da Igreja, consideramos que não é o papel do Parlamento tomar posição sobre a organização interna de organizações religiosas. E, nesse sentido, iremos nos abster na votação deste Voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se de forma entusiástica a este Voto do CDS sobre a nomeação e tomada de posse de D. Armando Esteves Domingues como 40º Bispo dos Açores.

A chegada de um bispo a uma diocese é um momento de alegria para os cristãos católicos. Mas é também um momento de expectativa para toda uma sociedade,

incluindo os não crentes. Porque não podemos ignorar o papel importante que a Igreja Católica desempenha, mais ainda na nossa sociedade açoriana, tão marcada por essa convicção e prática religiosa. Mas não só por isso, também pelas responsabilidades sociais e mesmo no plano cultural que a Igreja Católica tem entre nós.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nesse sentido, a chegada de um bispo, neste caso de D. Armando Esteves Domingues, é naturalmente um momento particular que não pode escapar à consideração dos representantes do povo dos Açores.

Fazer uma consideração, no mínimo de gentileza à chegada da figura maior da Igreja Católica nos Açores, não belisca em nada o princípio da separação de poderes que a Constituição prevê, que nós respeitamos e fazemos cumprir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas coisa diferente é saudar quem chega numa missão que sendo religiosa, não deixará seguramente de o ser também -como disse - no plano social e cultural.

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, saudamos D. Armando Esteves Domingues, formulando votos de uma missão pastoral muito profícua, porque certamente ela corresponderá à expectativa dos católicos dos Açores que na sua convicção e prática religiosa, são maioritariamente nas nossas nove ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E vêm para aqui falar de democracia!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá associar-se a este Voto, extenso e bastante completo, apresentado aqui pelo CDS e deseja naturalmente as maiores felicidades e sucessos a D. Armando Esteves Domingues como bispo dos Açores.

Este é um grande desafio, desde logo, aliás como também aqui foi referido pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, pela responsabilidade que a Igreja, enquanto instituição, tem para com a proteção dos mais frágeis e desprotegidos. Mas este é também um grande desafio para a Igreja dos nossos dias, no acolhimento que é necessário fazer a todos, sejam aqueles que professam ou não a religião católica e que muitas vezes se veem afastados da própria Igreja por um conjunto de regras impostas por homens e que em nada tem a ver com a fé.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: Mas este desafio é também muito importante na abertura que é preciso fazer da Igreja a todos, mais uma vez, nomeadamente aos mais jovens, aliás, como fez referência D. Armando na homilia do passado domingo.

A Igreja confronta-se, hoje, com a natural evolução da sociedade, tendo ficado, na minha opinião, parada algures no tempo. E, por isso, é também urgente mudar discursos, alterar posturas e, acima de tudo, assumir com coragem as falhas, para que essa abertura da Igreja à sociedade seja efetivamente uma realidade.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então pôr à votação este Voto de Saudação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos avançar para um Voto de Protesto pela negligência da República perante as forças de segurança.

É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Pela negligência da República perante as Forças de Segurança

A segurança de pessoas e bens é uma competência reservada da República. No entanto, esta é uma matéria que a Região deve e tem tido uma palavra a dizer, em respeito pela nossa Autonomia e pelos nossos órgãos de Governo Próprio.

Esta Assembleia e esta Legislatura é exemplo disso.

Em dois anos de Legislatura, já vimos serem aprovadas por unanimidade 3 iniciativas legislativas relativas ao reforço o efetivo das forças de segurança na Região, à atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores, bem como ao aumento do subsídio de risco para os profissionais das forças e serviços de segurança.

Fomos unânimes ao reconhecer a falta de efetivo nas forças de segurança a prestar serviço na Região.

Fomos unânimes ao defender a valorização e dignificação salarial e os efeitos da insularidade aos elementos das forças de segurança.

Fomos unânimes ao assumir a exposição acentuada dos profissionais a diversos fatores de risco, perigo e penosidade.

Fomos unânimes ao assumir a negligência grosseira com que o Governo da República tem tratado as forças de segurança, em geral, e as em funções na Região, particularmente.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: À Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma dos Açores, faltam recursos humanos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muitos!

O Orador: ... financeiros e de manutenção do edificado e da frota automóvel!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: O Comando Regional da Polícia de Segurança Pública tem um défice de 200 agentes. Menos 200 agentes da autoridade do que o indispensável para uma verdadeira e eficaz prestação de serviço de defesa e na proteção de pessoas e bens...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... o que sobrecarrega o efetivo atual, que se desgasta e se sacrifica nas múltiplas funções, em condições cada vez piores, diria até, desumanas.

Fruto desta escassez de recursos humanos, hoje nos Açores fecham-se esquadras no período noturno, fecham-se esquadras para acorrer a diligências no exterior.

No último concurso nacional para integrar a Polícia de Segurança Pública para o preenchimento de cerca de 1.000 vagas, concorreram 3.000 candidatos, ficaram apurados apenas e só 600 e, neste momento, encontram-se a frequentar o curso de formação de agentes pouco mais de 400, pois cerca de 200 desistiram da PSP ainda na sua formação inicial.

Agentes estes que, no início de carreira, auferem um rendimento pouco acima do Salário Mínimo Nacional, para a missão que lhes compete.

Agentes estes que, ao longo da sua carreira, estão vedados de uma série de direitos e sujeitos a um acréscimo de obrigações, sujeitos a escrutínio público e a julgamento social.

Agentes estes que, ao longo da sua carreira, não beneficiam de subsídio de risco em valores razoáveis, nem subsídio de insularidade quando em funções nas Regiões Autónomas.

Agentes estes que, no final de carreira, são penalizados no seu legítimo direito à pré-aposentação, como não acontece a nenhuma outra categoria de trabalhadores, nas mesmas circunstâncias.

Por toda a Região, as esquadras de polícia deterioram-se, sem que seja assegurada a devida, necessária e atempada manutenção.

Muitas destas esquadras não têm condições básicas de manutenção do espaço, onde as canalizações antigas de água, eletricidade e saneamento se degradam sem qualquer reparação ou reposição.

Muitas destas esquadras estão apetrechadas com mobiliário antigo, muito dele doado por entidades públicas regionais e autarquias.

Muitas destas esquadras não têm salas adequadas para acolher vítimas de violência doméstica em condições de segurança, privacidade e conforto.

Muitas destas esquadras não têm espaços apropriados para diligências processuais. É bom que se lembre, todos os dias, o estado em que se encontra a Esquadra da PSP da Ribeira Grande, a funcionar há mais de 10 anos, num espaço composto por um quarto e um corredor no Quartel de Bombeiros da Ribeira Grande.

É bom que se lembre, todos os dias, que a ilha do Corvo aguarda a construção de uma esquadra de Polícia para que, na mais pequena ilha da Região, o efetivo policial possa prosseguir a sua missão em condições dignas.

São muitas as viaturas paradas por acidentes, avarias e falta de inspeção, sendo cada vez mais clara a opção do patrulhamento a pé para efeitos de prevenção e a utilização das viaturas apenas e só para responder a ocorrências.

Ainda no final do ano passado, foi notícia de que a Esquadra da PSP de Angra do Heroísmo estaria sem viaturas para assegurar o pleno funcionamento. Das cerca de 30 viaturas do parque auto de Angra do Heroísmo, somente 5 estão em circulação, sendo que todas elas excedem o limite de km para efetuar manutenções tão simples como mudanças de óleo, havendo mesmo relatos de uma viatura que já ultrapassa em 20.000 os km para essa manutenção.

A falta deste meio condiciona ou impossibilita a execução de vários programas especiais de Polícia, como seja, a Escola Segura, o Idoso em Segurança ou o Comércio Seguro.

São, no mínimo, constrangedoras e vergonhosas as condições em que os elementos da PSP desenvolvem a sua atividade, que, ainda assim, o fazem de forma abnegada, comprometida e corajosa, para que a nossa segurança seja sempre uma constante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É esta a realidade atual.

Uma realidade que não dignifica a nobre missão de quem veste a farda, nem tão pouco dignifica quem tutela a Administração Interna em Portugal.

O Governo da maioria socialista é culpado por negligência grosseira, pela forma como tem tratado aqueles que são o garante da segurança pública no País e na Região.

O Governo da maioria socialista é culpado por reincidência, pois há já longos anos que as forças de segurança na Região perseguem, lutam e reivindicam, principalmente através das suas estruturas sindicais, mais e melhores condições para cumprir a sua função.

O Governo da maioria socialista é culpado por fazer “tábua rasa” às justas reivindicações dos Órgãos de Governo Próprio da nossa Região, não respeitando a Autonomia consagrada no Estatuto Político-Administrativo e na Constituição da República Portuguesa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de janeiro de 2023, a aprovação de um voto de protesto pela negligência da República perante as forças de segurança em serviços na Região.

Do presente voto de protesto deverá ser dado conhecimento ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Administração Interna, à Direção Nacional da PSP e ao Comando Regional dos Açores da PSP.

Disse.

Horta, sala das sessões, 18 de janeiro de 2023.

Os Deputados Regionais

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN associa-se obviamente a este Voto de Protesto apresentado pelo PSD, mas dizer à partida que a negligência não é unicamente da República, neste caso – e

estamos a falar de forma atual – a própria direção da PSP, e falo mais da PSP do que da GNR, porque apesar do Voto falar de “todas forças de segurança”, nota-se que aqui está o cunho na PSP, e peço imensa desculpa, mas eu nunca vou ser politicamente correto, independentemente das pressões que possa ter em relação à direção nacional da PSP, vou continuar a dizer exatamente a mesma coisa. Magina da Silva está completamente rendido à República e ao poder político. Não devia ser político, mas está a ser e não está a ajudar as forças de segurança pública. E na altura o PAN defendeu que todas as forças de segurança deviam ser equiparadas à PJ e ao SEF, neste caso, a GNR e a PSP, quanto ao aumento do subsídio de risco e fiz também um voto, sendo que na altura, a PSP disse que o PAN era contra as forças de segurança pública. É mentira! O PAN é contra a direção nacional da PSP neste preciso momento, não é contra as nossas forças de segurança, nomeadamente a PSP, de quem o PAN está sempre ao lado. A direção nacional não sabe estar e não está a defender devidamente a força de segurança pública, nomeadamente a PSP.

Por isso, o que quero dizer é que mudava um pouco os termos, não dizia que é só negligência da República, porque a direção nacional da PSP também devia deixar de ser política e ser um pouco mais operacional e estar a liderar corretamente todas as reivindicações dos nossas forças de segurança, bem como o aumento das forças de segurança nos Açores que começa a ser cada mais ridícula a disparidade entre a quantidade de forças de segurança que nós precisamos, seja nas ilhas pequenas ou mesmo nos concelhos maiores, onde temos uma lacuna enorme de polícias. E isso acontece àqueles que estão cá e que estão cada vez mais cansados e desprovidos de apoio do seu próprio comando e direção.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente o CHEGA associa-se a este Voto. E se calhar não tem muito mais para acrescentar ao que o Sr. Deputado disse. É vergonhosa a forma como as forças de segurança são tratadas.

Eu penso, o meu partido pensa, e acho que a maior parte de nós deve pensar assim. Nós não podemos viver numa sociedade debilitada naquilo que é a sua segurança ou naquilo que são os seus agentes de segurança. Maltratar os agentes de segurança é maltratar aquilo que é o conceito de sociedade. E quando nós estamos a maltratar os nossos agentes de segurança, estamos a dizer que não gostamos da sociedade que temos organizada, disciplinada e com regras. Estamos a dizer que queremos uma sociedade anárquica em que cada um faz as suas regras. E isso eu não posso aceitar.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Voto apresentado pelo Partido Social Democrata tem o mérito de evidenciar situações que estão mal, objetivamente, que têm que ser denunciadas e criticadas, mas padece de dois pecados, na nossa perspetiva, que não podemos deixar de chamar à atenção. O primeiro, enferma de uma partidarite a toda a prova, porque critica situações como se aquilo que acontece neste momento, não fosse uma coisa resultante de um passado que vem de longe e que perpassa vários governos, inclusivamente do PSD.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Há 20 anos que estão na República!

O Orador: Recordo que, e o Sr. Deputado Luis Soares certamente se lembrará, em 2014 saiu uma notícia no Público, que dizia: “polícias fecham esquadras da PSP nos Açores e na Madeira quando saem de serviço”. Esta é uma situação que vem de trás. Não está bem, é verdade que não, mas perpassa vários governos e várias situações. Ou seja, não é um exclusivo de agora, nem é um exclusivo dos Açores, porque infelizmente, as forças de segurança que nos merecem toda a consideração, apoio e valorização do (prestimoso) trabalho que fazem em prol da defesa dos bens e das pessoas, quer nos Açores quer no País, merecem de facto muito maior consideração do que aquela a que muitas vezes são votadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O protesto é o mesmo!

O Orador: Portanto, nessa parte, estamos inteiramente de acordo com os senhores. Depois, para além disso, a situação a que aqui faz referência, e outro pecado tem a ver com o facto de criticar a situação, apenas porque neste momento se encontra o Governo do Partido Socialista na República...

Deputado Flávio Soares (PSD): Não tem nada a ver!

O Orador: ... esquecendo uma parte importante, isto é, devia ter subjacente a essa crítica que aqui faz, medidas proativas, à semelhança daquilo que o Partido Socialista já fez em tempos, designadamente - recorde-se - quanto às multas que por proposta se conseguiu fazer com que o proveito das multas nos Açores ficasse na Região para ser afeto e adjudicado às forças de segurança pública. É verdade que o Partido Socialista não vai deixar nunca de criticar quando tiver que criticar, seja contra quem for e venha de quem vier...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: quando as situações não estiverem bem, mas vai ter - e terá sempre - uma posição mais proativa.

Portanto, nós chamaremos a atenção, criticaremos quando tivermos que criticar, não podemos é compactuar com esta tentativa - e o PSD não resistiu a ela - de partidizar um Voto que, na essência, denuncia situações que merecem ser

denunciadas. E, portanto, desta forma e exatamente por padecer desses bocados que aqui acabei de referir, o Partido Socialista não poderá associar-se a um Voto deste cariz.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do Grupo Parlamentar do PPM, subscrevemos integralmente este Voto de Protesto. Há uma degradação progressiva das condições de segurança na Região Autónoma dos Açores. E a resposta, do ponto de vista dos recursos humanos, das condições dos edifícios e dos equipamentos, são cada vez piores.

É inadmissível que o Governo da República não seja confrontado com esta matéria. Tem que ser confrontado de uma forma cada vez mais acutilante. E não basta nós ciclicamente denunciarmos esta situação. Temos que nos mobilizar, no sentido de garantir que os açorianos continuam a viver em segurança. E isso só é possível se a República assumir as suas responsabilidades constitucionais e afetar um conjunto de recursos humanos do ponto de vista dos equipamentos necessários para que as diversas forças policiais possam exercer as suas funções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Dizia há pouco o Sr. Deputado que isto “não é só culpa nossa”, como se isso o pudesse desculpar.

Em primeiro lugar, é culpa do atual Governo do Partido Socialista, porque é o Partido Socialista que ainda governa na República. E, portanto, quem exerce essas funções é que tem que ser responsabilizado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Vamos responsabilizar quem?! O D. Afonso Henriques?! Não!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Temos que responsabilizar o partido que exerce funções.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E depois, meus senhores, mesmo que quiséssemos fazer contas em relação ao passado – e essa é a minha especialidade – é fazer as contas e ver quem é que ao longo das últimas três décadas, contanto com o exercício de funções até ao final desta Legislatura por parte do Partido Socialista - que já é contar com muito - mas se contarmos com isto, em cerca de três décadas, o Partido Socialista exerceu as funções durante grande parte deste tempo, só não o fez durante 7 anos.

De quem é esta responsabilidade?!

De quem é a responsabilidade maior, também do ponto de vista daquilo que é “ah o problema que vem de trás”, e quem vem de trás?! Quem vem de trás são quase sempre os governos do Partido Socialista...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... também é quem vem de trás. E, por isso, esta responsabilidade tem um nome que é o atual Governo do Partido Socialista quem tem esta

responsabilidade, não só agora, mas em grande parte - na esmagadora maioria - do passado recente da Região Autónoma dos Açores, em termos de segurança!

A responsabilidade é vossa e eu gostava que o Partido Socialista assumisse frontalmente a sua responsabilidade. Que dissesse: “sim assumimos, a responsabilidade é nossa e vamos fazer tudo para que isto possa ser alterado”

Mas o que é que vimos? Qual foi a posição do Partido Socialista nesta matéria?

Foi tentar dizer: “bom... aqui a responsabilidade é dispersa... todos têm culpa”.

Não! A culpa é vossa!

Meus senhores, assumam a vossa responsabilidade!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Olhe, um dos responsáveis é o Bloco de Esquerda!

Carrega a seguir, Barata!

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Voto que nos é apresentado protesta, diria eu, sobre duas coisas distintas, relacionadas, mas duas coisas distintas.

Em primeiro lugar, protesta no seu texto, no que respeita à responsabilidade do Estado, pelas instalações das forças de segurança, pelas suas viaturas e pela dotação, naturalmente, dos elementos necessários para as forças de segurança,

todas elas na Região Autónoma dos Açores. E, naturalmente, este problema é não só antigo, mas recorrente também.

Já nos últimos anos tivemos este debate por inúmeras vezes, apontando sempre os mesmos problemas e sempre as mesmas falhas nas anteriores Legislaturas pudemos apontar e pudemos recuar até ao período em que o PSD governava, por isso a responsabilidade é primeiramente de quem governa, mas também não se deve esquecer o passado e quem, quando governava, fez exatamente o mesmo.

No que diz respeito às questões laborais, aquilo que também se protesta, e com razão, estas matérias também são importantes e, de facto, há pouca motivação para alguém integrar ou concorrer, neste momento, a uma força de segurança e aqueles que prestam serviço nos Açores também se veem com custos acrescidos, custos esses, que este Parlamento - já agora também lembrar - aprovou, por proposta do Bloco de Esquerda, a criação dum subsídio de insularidade que se espera a Assembleia da República aprove e fique em vigor.

Deputado José Pacheco (CH): Não! Já foi *chumbado* com o Voto do Chega!

O Orador: Para quê?

Porque efetivamente é fundamental que esta matéria se resolva de uma vez por todas, dando melhores condições aos profissionais das forças de segurança. Mas também não posso acabar a minha intervenção, sem registar a intervenção do Deputado Paulo Estevão, quando diz que a responsabilidade é de quem governa no momento e deve ser exigida a este. Registo e espero que use esse mesmo critério nos debates que teremos nos próximos dias e semanas.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): A respeito da habitação nos Açores!

Deputado José Ávila (PS): Bem lembrado!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A segurança é essencial à nossa sociedade, é um fator fundamental da nossa democracia. E a falta dela conduz à anarquia, potencia ou facilita abusos de poder ou de qualquer forma. A falta de segurança mina uma sociedade e mina a democracia.

Estamos solidários com as forças de segurança que atuam, nomeadamente nos Açores, com os seus agentes que diariamente garantem a nossa segurança 24 horas por dia. E é isso que nos possibilita à noite dormir em serenidade, porque há quem esteja zelando pela nossa segurança.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: E, portanto, estamos obviamente solidários com o Voto que o Partido Social Democrata apresenta e subscrevemos o texto que nos foi apresentado, porque o Estado despreza os agentes e as forças de segurança, nomeadamente aqueles que exercem na Região Autónoma dos Açores e, por isso, negligencia a nossa segurança.

Como muito bem relembra o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, António Lima, não nos podemos esquecer do passado.

Pois bem, nos últimos anos, fomos governados pelo Partido Socialista, mas também por uma coisa a que se chamou *geringonça* que envolveu o Bloco de Esquerda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E o que é que o Bloco de Esquerda fez para melhorar os parâmetros de segurança nos Açores? Nomeadamente o que é que fez pelas forças de segurança e

por esses agentes que o Sr. Deputado António Lima acabou de elogiar e dizer que estava solidário com eles?

E, Sras. e Srs. Deputados, hoje em dia é Primeiro-Ministro de Portugal quem no passado foi Ministro da Administração Interna de José Sócrates.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: António Costa foi Ministro da Administração Interna de José Sócrates, que governou com maiorias absolutas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E, portanto, foi aí que começou a decadência.

Deputada Vera Pires (BE): Não! Foi um bocadinho antes!

O Orador: E, portanto, um herdeiro da decadência está, neste momento, a gerir o Governo de Portugal.

Só para terminar, Sras. e Srs. Deputados, anualmente é produzido um relatório (anual) de segurança interna. Se outros argumentos faltassem à análise desses relatórios, diz-nos que em relação à criminalidade registada, por distrito ou região autónoma, de 2018 para 2019, os Açores registaram um aumento um aumento, foi a nona região a aumentar a criminalidade registada.

Já em 2000, só houve uma região no país que aumentou a criminalidade – todas as outras baixaram. A região que aumentou a criminalidade em 2020, foi os Açores, com um aumento, a única. Em 2021, foi a segunda região do país com o maior aumento de criminalidade registada.

Se outros argumentos faltassem, estes são suficientes para justificar um reforço de meios, um reforço de agentes.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores estão a prestar um grande serviço aos bandidos da Região!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se não estivesse neste círculo de grande dignidade democrática, citaria Arnaldo Matos, porque na verdade, isto chega a envergonhar!

Corroborando até um pouco os argumentos que aqui foram aduzidos pelo Sr. Deputado João Vasco Costa, é um facto que este Voto está eivado de partidarite, disso não há dúvida. E, por isso, nos custa acompanhar, embora iremos acompanhar, mas não sem antes explicar algumas coisas.

Começou aí por volta de 1984 a degradação do sistema de segurança interna em Portugal. Começou em 1984, 10 anos logo a seguir ao 25 de Abril, as polícias começaram a ser tratadas de forma displicente - não é novidade para ninguém. O Sr. Deputado Paulo Estêvão que é *dono da história...*

(Risos da Câmara)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É *dono*, mas não é *titular!*

O Orador: ... saberá certamente trazer-nos isto aqui a esta Casa.

Foi também durante o grande período de governação do Partido Social Democrata, com as maiorias absolutas de Aníbal Cavaco Silva, que este sistema se degradou,

inclusivamente, a má utilização da Polícia de Segurança Pública numa carga sobre manifestantes na Ponte 25 de Abril - 24 de julho de 1994, 20 anos depois do 25 de Abril.

Portanto, a degradação deste sistema não começou há 3 dias. Mas tem razão, Sr. Deputado Pedro Pinto, agravou-se com o Ministro da Administração Interna, António Costa, agravou-se sim senhor. E tem-se agravado com todos e tem sido cada vez mais degradada a situação da GNR, da PSP e de todas as forças de segurança. E isto põe em causa uma coisa fundamental que é o estado de direito democrático e liberal nascido dos Congressos de Vestfália.

O estado de direito democrático e liberal está em causa, porque também a administração interna não tem cumprido com os seus cidadãos. Não tem cumprido com uma questão fundamental que é a proteção da propriedade privada e a proteção dos cidadãos.

Tem falhado com isto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Concordo consigo!

O Orador: E são as essas falhas de um estado que está capturado por 2 castas há quase 50 anos, que nos traz à emergência daquelas coisas que nós todos não queremos.

É esta captura que PSD e PS, com a companhia do CDS, fizeram das instituições do Estado, que trouxe (o Estado) à situação em que ele está neste momento.

Deputado Carlos Silva (PS): Não! Isso foi a salvação!

O Orador: Sim, nós vamo-nos associar a este Voto, mas não sem antes deixar este alerta: o Estado capturado por estas castas tem que deixar de existir!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos colocar à votação este Voto de Protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Protesto apresentado foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Que vergonha! Até onde vai o fundamentalismo! Estão a bater no fundo!

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que o reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 03 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Tiago Branco ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Vamos prosseguir com os votos. Desta feita com votos de pesar.

O primeiro é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo falecimento de João Alberto Silva Pereira.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de João Alberto Silva Pereira

Faleceu, no passado dia 1 de janeiro, João Alberto Silva Pereira. Natural de Ponta Delgada, freguesia da Candelária. Nasceu em 1 de fevereiro de 1970. Era casado e tinha uma filha.

João Alberto Silva Pereira, que cumpria um terceiro mandato, sempre prestigiou, ao longo dos anos em que exerceu as funções de autarca, a sua freguesia com o trabalho que realizou, tendo sido, sempre, uma voz abnegada pelo desenvolvimento da Candelária, quer nos órgãos de freguesia, quer na Assembleia Municipal.

Com a sua partida prematura, a Região Autónoma dos Açores, o concelho de Ponta Delgada, e, muito em particular, a freguesia da Candelária perdeu um notável autarca, mas, também, um dedicado e afincado defensor dos interesses da sua freguesia. Para além das funções autárquicas destacou-se como fundador e Presidente da Associação de Juventude de Candelária entre junho 1995 e fevereiro de 2020; como Presidente do Clube Desportivo Juventude Candelária; como vogal da direção da Cresaçor nos mandatos de 2009 a 2011 e 2011 a 2013; como Conselheiro do Conselho Interregional da Federação Nacional de Associações Juvenis nos mandatos 2017-2019 e 2019-2022; como vogal da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Associações e Centros e Clubes UNESCO, no mandato 2019-2023; como conselheiro no Conselho Regional de Juventude; e, ainda, como Conselheiro no Conselho Municipal de Juventude da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Destacou-se, igualmente, como organizador de diversos eventos culturais como as Semanas Culturais, as Semanas de Juventude ou, ainda, a Rota Jovem – feira de atividades sócio económicas. Organizou também a Juvearte – Festival de Teatro – entre 1999 e 2016, relevando o facto de em 2009 ter o mesmo decorrido em simultâneo em várias ilhas da Região Autónoma dos Açores, trazendo aos palcos açorianos diversos grupos nacionais e estrangeiros e permitindo aos grupos regionais saírem da sua ilha.

O percurso trilhado, ao longo dos anos, por João Alberto Silva Pereira é boa prova do trabalho realizado em prol da sua freguesia e da comunidade que sempre defendeu com determinação e altruísmo, sendo, justamente, reconhecido o seu

contributo no desenvolvimento da Candelária, até à data do seu falecimento. Partiu cedo demais, deixando uma marca indelével na sua comunidade e em todos com quem privou.

A 1 de janeiro deste ano a sua morte deixou a sua família, amigos e a freguesia da Candelária mais pobres com a sua ausência. As justas homenagens que lhe foram feitas revelam o homem e o autarca que foi. À sua família e ao Executivo da Junta de Freguesia da Candelária, demonstramos o nosso profundo pesar.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de janeiro de 2023, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de João Alberto Silva Pereira.

Do presente Voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Junta de Freguesia da Candelária, à Associação de Juventude da Candelária, à Assembleia Municipal de Ponta Delgada e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 18 de janeiro de 2023.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o Voto. Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Tomo a palavra para dizer que, naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto, bem como a outro de igual teor que será apresentado pelo CHEGA, com muito pesar e também temos um Voto nesse sentido que será

apresentado amanhã invocando a memória de João Pereira, companheiro autarca, homem do desporto e da cultura.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Associamo-nos a este Voto agora apresentado. Temos um de igual teor que só será apresentado amanhã, por uma questão de gestão de tempo. Mas se a Câmara me permitir, Sr. Presidente, gostaria de dar aqui um testemunho pessoal.

Fui amigo pessoal do João e fomos colegas de trabalho. Comungámos ao longo de quase 30 anos, tivemos uma série de lutas culturais e até às vezes políticas. E gostaria aqui, em meu nome e de todos os amigos e das pessoas que muito o estimaram, e deixaria o resto para voltar amanhã, de deixar um abraço muito apertado à família, aos amigos, os sentidos pêsames.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos colocar à votação este Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar é pelo ataque à democracia no Brasil e é apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires. **Deputada**

Vera Pires (BE): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar**Pelo ataque à Democracia no Brasil através da invasão e vandalização das sedes dos poderes legislativo, executivo e judicial**

No passado dia 8 de janeiro, milhares de pessoas invadiram e vandalizaram os edifícios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal da República Federativa do Brasil, sedes dos poderes legislativo, executivo e judicial, que são as bases que suportam o Estado de Direito e a Democracia.

Este ataque aos pilares da Democracia, que ocorreu no seguimento de protestos convocados por militantes da extrema-direita brasileira, na Esplanada dos Ministérios, procurava impedir o regular funcionamento das instituições e travar o processo de transição pacífica de poder que está em curso no Brasil como consequência do resultado de eleições livres e democráticas que ditaram a mudança de governo.

A natureza violenta, destrutiva, irracional e antidemocrática deste ataque só pode provocar um sentimento de pesar e uma atitude de condenação por parte de todas as instituições democráticas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo ataque à Democracia no Brasil através da invasão e vandalização das sedes dos poderes legislativo, executivo e judicial.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Consulado do Brasil em Portugal e à Associação dos Imigrantes nos Açores (AIPA).

Horta, 18 de janeiro de 2023.

Os Deputados Regionais

Deputado António Lima (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo a primeira vez que intervenho neste Período Legislativo de janeiro, quero desejar a todos um bom ano de 2023 com saúde e concretizações pessoais.

Relativamente a este Voto, o Partido Social Democrata subscreve todas e cada uma das considerações apresentadas pelo Bloco de Esquerda, nesta manifestação de repúdio por qualquer ataque e pelo ataque ilegítimo, tanto quanto sabemos, violento que nos é dado pelas imagens que foram transmitidas dos acontecimentos no Planalto dos 3 Poderes em Brasília.

Condenamos este ataque, como condenamos todos os outros ataques às democracias, tal como aconteceu no Capitólio, nos Estados Unidos ou como acontece na Ucrânia neste momento. Todos e quaisquer ataques são merecedores, da nossa parte, do nosso repúdio e condenação.

O Bloco de Esquerda optou por fazê-lo em jeito de pesar, não obstante acharmos que o pesar é, sobretudo, para com aqueles que ainda acham que através da violência podem, de alguma forma, alterar o processo democrático que em qualquer país onde vinga a democracia deve acontecer. E nesse sentido, associamo-nos também a este Voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente temos que nos cingir ao Regimento e este talvez seja um dos casos em que o formalismo regimental e o tipo de votos que o mesmo prevê, levante algumas dificuldades de enquadramento, porque se há aqui por parte de todos os democratas do mundo inteiro, naturalmente, pesar pelo que aconteceu, também há espanto, indignação e protesto, porque essas são as formas também dos democratas reagirem aos autoritários. Esta é a forma necessária - ser absolutamente intolerante - para com os intolerantes e de ser duro e firme, dentro das regras democráticas, para com aqueles que não as cumprem. A extrema-direita não tem muita imaginação, mas tem perigos.

Realmente esta segunda versão do que aconteceu no Capitólio, revela que há aqui um padrão de não aceitar os resultados das eleições quando eles são desfavoráveis, o gostar muito da polícia, quando a polícia atua em determinado sentido, mas esquecer que, por exemplo, a polícia que devia agir contra aqueles que violam a democracia, tiram *selfies*. E aí a democracia não pode ser tolerante. A democracia tem que ser firme.

É bom resistir à *tentaçãozinha* de chutar para o lado e arranjar um argumento dilatório e arranjar uma exceção de que também há outros antidemocratas, porque, que eu saiba, os primeiros a condenarem este ataque de forma veemente...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Foi o Sócrates!

O Orador: ...foram, por exemplo, além de Portugal, os Estados Unidos da América. Eu não vi a Rússia nem a Venezuela – de que há pouco ouvi apertes aí na bancada do PSD - atacarem esta invasão do poder democrático. Também a própria China não ouvi. Ouvi, sim, os Estados Unidos, ouvi a União Europeia...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E ouviu o PSD!

O Orador: ... ouvi a democracia e ouvi pela voz autorizada do líder parlamentar do PSD-Açores também condenar este ataque.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não!

O Orador: Conforme dizia, isso parece-me o mais importante, para além do pesar que se justifica, é fundamental que se justifique a lembrança, a memória, a indignação, o protesto e a firme intenção de se defender a democracia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Morreu alguém?

O Orador: É fundamental perceber isso, sobretudo quando vivemos tempos em que alguns tentam branquear aquilo que é a extrema-direita.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A extrema-esquerda, não é?!

O Orador: E, nesse aspeto, é bom que não haja ingenuidades, a extrema-direita é isto. A extrema-direita não gosta da democracia. A extrema-direita quer acabar com a democracia.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A extrema-esquerda adora a democracia!

O Orador: E sob esse ponto de vista, é preciso ver as tentações de alguma direita democrática.

Sim, Sr. Vice-Presidente. E faz particular sentido fazer este apelo e trazer esta lembrança neste Parlamento dos Açores, nesta Legislatura, porque este é o sítio, em Portugal, em que temos um Governo que perdeu eleições e que fez um acordo com a extrema-direita para alçapremar-se ao poder.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É fundamental perceber isto. E é bom que este aviso fique. Não bastam discursos. É preciso que as palavras tenham consequências. E é bom que nós todos percebamos aquilo que é a extrema-direita e os riscos que corre quem a ela se junta, porque a política é prática, porque da política tem que sair consequências. Nos Açores, hoje, neste Parlamento, aquilo que tem acontecido

com o recrudescimento da extrema-direita, a resposta que merece, o aviso que merece, o apelo que deve ser feito só pode ser este.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Já fecharam alguém no Campo Pequeno para matar?!

E lembra-se de baterem à porta das pessoas e dar um tiro na cabeça?!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (*CH*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente - que não gosta de ser interrompido, mas gosta de interromper os outros – Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um voto pesar, na minha fraca sabedoria, faz-se quando alguém morre.

O Bloco de Esquerda disse que a democracia morreu no Brasil. Se calhar tem razão. Fracas palavras escolhidas para contestar algo noutra país soberano que fala a nossa língua...

Deputada Vera Pires (*BE*): Não! Eu disse que era fraca!

O Orador: ... o nosso país-irmão, para poder atacar por *canadas de pedra solta*, como vimos agora o PS numa divertida alusão à extrema-direita que eu não sei quem são, porque eu sou de direita, mas há de me apresentar estas pessoas da extrema-direita, porque as da extrema-esquerda eu conheço e bem! São aqueles que tudo dão e tudo destroem. Eu sou uma pessoa equilibrada. Eu estou num partido de pessoas equilibradas.

(Alguns Deputados da bancada do PS pigarrearam)

O Orador: É assim: eu condeno e fui o primeiro na minha rua a condenar a violência.

Eram militantes de extrema-direita...? Não sei.

Eram de extrema-esquerda...? Também não sei.

Há teorias para tudo. Há teorias para todos e o sapato serve sempre à medida de cada pezinho.

Ó senhores, esta coisa de atacar constantemente o CHEGA com esses *apelidos* da extrema-direita - digam lá - é de extrema necessidade! Esta coisa de trazer para o Parlamento um voto de pesar – **pesar**, não é protesto - eu protesto contra este Voto de Pesar.

Os senhores quando quiserem fazer a brincadeira, façam a brincadeira a sério para a gente se rir todos. Esta coisa ridícula de trazer um voto de pesar por uma coisa que aconteceu noutra país e o povo açoriano está aqui à espera que andemos aqui a tratar da vida deles, nós andamos aqui a brincar no *pingue-pongue* da extrema-direita (e da não extrema) da esquerda. E a vida dos açorianos... *adeus, chapéu e até qualquer dia!*

É assim que quer esta esquerda-extremista que acabou de censurar um voto ao nosso Bispo, mas agora traz um voto sobre um incidente vergonhoso noutra país!

Deputado António Lima (BE): *Incidente?!*

O Orador: Ó senhores, vamos então fazer um voto de pesar à Venezuela, onde se passa fome, onde já se come os cães!

Vamos fazer isto!

Não vamos instrumentalizar o Parlamento dos Açores...

Deputado Francisco Coelho (PS): É o que o senhor está a fazer!

O Orador: ... para atacar constantemente aquilo que os senhores não compreendem, mas que o povo açoriano que está ali já compreendeu!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Francisco Coelho (PS): O PPM agora é de direita, Sr. Deputado?

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM apoia o Voto apresentado pelo Bloco de Esquerda.

O Grupo Parlamentar do PPM condena veementemente o ataque aos 3 Poderes no Brasil, às instalações, às pessoas, à democracia no Brasil, nenhuma dúvida em relação a esta matéria. Tem que ser apuradas responsabilidades e o Estado de direito tem que agir com determinação.

Segundo ponto, Sr. Deputado Francisco Coelho, parece que o senhor só ouve o que quer. E só lê o que quer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: Sr. Deputado, eu não sou defensor de nenhum destes países que referenciou. Mas sou defensor da verdade e dos factos. E basta olhar para os jornais, V. Exa. pelos vistos lê assim, ou seja, “ataque violento - China, Rússia e Alemanha condenam atos golpistas em Brasília e reforçam apoio a Lula” - não leu! Mas veja bem, o que diz o comunicado, por exemplo, do governo chinês que é um regime que eu estou longe de apoiar, diz “Pequim opõe-se firmemente ao ataque violento contra os 3 Poderes Brasileiros e apoia as medidas tomadas pelo Governo

brasileiro para acalmar a situação”. Ou seja, Sr. Deputado, só lhe estou a dar este exemplo para dizer que a sua narrativa não é factual e inventa factos - este é apenas um exemplo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O Sr. Deputado não lê notícias internacionais, já vi, não escuta notícias internacionais também, ou pelo menos, escuta de forma muito seletiva, Sr. Deputado...

Deputado Francisco Coelho (PS): É! Aliás, eu sou analfabeto!

O Orador: ...quando aqui faz um discurso que não corresponde aos factos.

O que lhe quer dizer, Sr. Deputado, é que lembra-se - ou também já esqueceu ou também não leu essa parte? - em que o Partido Socialista chega ao poder no Governo da República, com o apoio do Partido Comunista que instaurou em muitos países regimes totalitários mais sanguinários da História?!

Lembra-se disso ou não se lembra?!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Não leu essa parte da história?

Pois, mas devia ter lido, Sr. Deputado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não leu!

O Orador: O que lhe quero dizer é que estamos aqui na presença de um governo que apresentou, do ponto de vista social, as medidas mais ambiciosas da história dos Açores nas presentes circunstâncias. E eu tenho muito orgulho em apoiar este Governo, que nestas horas difíceis está a fazer aquilo que tem de ser feito, com espírito humanista, com espírito de apoio à sociedade, aos mais desfavorecidos e de uma forma que eu considero absolutamente exemplar.

Este Governo está ao serviço dos açorianos, não está ao serviço de uma visão sectária da sociedade, como V. Exa. apresentou!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Francisco Coelho pede a palavra para... defesa da honra?

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão veio dizer que eu tinha vindo aqui mentir, omitindo deliberadamente alguns países que condenaram com objetivos políticos.

Presidente: A palavra “mentir” o Sr. Deputado não utilizou.

Faça favor, tem a palavra.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, é muito rápido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu referi-me ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas o que é isto?!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, o Parlamento incomoda-o?!

Então deixe-me continuar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não, Sr. Deputado! O que me incomoda é o senhor falar sentado com o Sr. Presidente da Assembleia!

O Orador: Ele não me tinha dado a palavra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor levantava-se e pedia a palavra.

O Orador: O senhor é muito respeitador!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sou sim senhor!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, eu acho que quando referi aqueles que condenaram, falei em termos imediatos, falei na própria noite em que esses acontecimentos se deram na Praça dos 3 Poderes. Portanto, foi isso que quis dizer agora.

Eu não sei bem o que é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão ganha em querer ser um aliado e defensor oficioso da China e da Rússia, mas isto anda tudo muito mudado. Ele, com certeza, lá saberá. Registo, no entanto, que para além de eu ter poucas leituras, - presumo que de telemóvel - Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não ouvi uma palavra acerca do acordo e da situação política deste Governo e desta Coligação. Senti algum incómodo, ao contrário da versão oficial apresentada pelo líder parlamentar do PSD com a qual naturalmente concordo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó Sr. Presidente, mas isto o que é?!

É utilizar o Regimento ao seu bel-prazer?!

Não está a fazer um protesto.

Respeite o Regimento!

O Orador: Mas também ouvi alguma irritação por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor nem o seu grupo parlamentar respeita, o que se exigia pela maturação que tem!

Merecia um intervalo regimental agora!

Deputado Carlos Silva (PS): Peça um intervalo!

O Orador: ... relativamente àquilo que eu disse.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, peço-lhe que se cinja à defesa da honra e àquilo que deu origem ao seu pedido.

O Orador: Os senhores estão no Governo, mas ainda não são donos da democracia, nem do Parlamento!

Portanto, tenham calma, porque eu estou no uso da palavra. Não gostam, paciência!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isto não é uso da palavra para protesto!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, ele está a dirigir-se ao Vice-Presidente do Governo, não a mim!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Mas eu já não posso rir?

O Orador: Pode rir!

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): O que é isto?!!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho...

O Orador: Eu gostava de lhe lembrar, que o seu incómodo grita muito alto, não precisa dizer mais nada. Fiquei absolutamente esclarecido sobre a posição de alguns partidos da direita neste Parlamento acerca do que aconteceu no Brasil.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): E a defesa da honra?

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, o senhor sabe tão bem quanto que essa não foi a figura da defesa da honra que o senhor utilizou. E, portanto, tenho a certeza de que o senhor sabe tão bem quanto eu que isso não é assim.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, tenho que apresentar o meu mais veemente protesto à Mesa e em relação à condução dos trabalhos, porque, Sr. Presidente...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... a honra do Sr. Deputado não foi ofendida. Demonstrei lhe apenas que os factos que referenciou são factos que não correspondem à verdade. E, aliás, a própria intervenção do Sr. Deputado ao aproveitar para dirigir ataques

ao Governo a outras bancadas, demonstra que o propósito não era defender a honra, o propósito era utilizar o tempo para fazer um ataque político às outras bancadas, quando - e é o mais grave, Sr. Presidente - porque aqui tem que se jogar o regime democrático, porque se condena o ataque às instituições democráticas brasileiras, há que ter uma atitude democrática, porque não é democrático atacar o Governo quando sabe que ele não pode falar nesta matéria, quando se sabe que está a atacar o PSD que já usou da palavra e no âmbito da defesa da honra, está a atacar o Partido Social Democrata que não pode contra argumentar nem se pode defender. E a democracia assim não funciona.

Deputado Francisco Coelho (PS): A democracia é fazer greve de fome! A democracia é fazer chantagem!

O Orador: A democracia só funciona se todos tiverem oportunidade de falar e de se defender em determinadas circunstâncias. E o Sr. Deputado utilizou a defesa da honra para atacar outras bancadas que nem sequer o tinham interpelado.

Não é justo! Não é democrático.

O que eu quero dizer, Sr. Presidente, é que é difícil uma pessoa defender-se dum exercício de defesa da honra que não foi feito, ou seja, não se dirigiu a mim, não me desmentiu em absolutamente nada, porque o Sr. Deputado referenciou a China, a Rússia e todos esses países que não tinham condenado o golpe, mas isso pura e simplesmente não é factual, não é verdade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima) e Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O que é que isto interessa, o que é que a mim me interessa?

Apenas exemplifiquei que esta narrativa em que se inserem factos falsos, notícias falsas, isto também é combater a democracia, porque a democracia faz com verdade.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Com verdade. E também é atacar a democracia, e com isto termino Sr. Presidente, quando não respeita a decisão do povo dos Açores e não se respeita a decisão deste Parlamento. Este Parlamento deu posse a este Governo. O plano e orçamento acabou de ser votado há poucos meses por 30 deputados. E a democracia não é aquilo que eu quero, é aquilo que a maioria vota democraticamente, em função daquele que foi o voto do povo dos Açores.

Isto é que é defender a democracia, respeitar sempre a vontade do Parlamento, respeitar a vontade do povo dos Açores.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): A partir de agora, quando o PS não tiver tempo o PPM não falará!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para participar no debate sobre este Voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP)**: Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer relativamente a este Voto que nos é trazido pelo Bloco de Esquerda, que o CDS enquanto partido democrático, obviamente terá que estar ao lado de todos aqueles que condenam os ataques às instituições democráticas, democraticamente eleitas. E por isso, obviamente condenamos qualquer atitude, porque como já dizia Churchill “a democracia será o pior sistema, à exceção de todos os outros”.

Por isso, nós enquanto democratas, sem dúvida condenamos esse tipo de ataque. Mas também devemos dizer que relativamente ao Brasil, triste o país que se vê encurralado entre a decisão de eleger um criminoso e uma personagem errante.

Quem é o atual Presidente? É um criminoso porque basicamente, pode ser candidato por technicalidades processuais e não porque tenha sido absolvido. E isto basicamente resume-se na polarização. E a polarização é que é um facto, Srs. Deputados do Bloco de Esquerda e Sr. Deputado Francisco Coelho...

(Aparte inaudível do Deputado José Contente)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O tribunal são os senhores! Julgam em praça pública!!

O Orador: ... porque aquilo que o Sr. Deputado Francisco Coelho fez aqui foi exatamente polarizar. E polarização é que é inimiga da democracia. E devo dizer que há inúmeros regimes – até alguns colhem simpatia do Bloco de Esquerda – mas também nunca vi e se calhar deveriam ter merecido esse protesto pela atividade não democrática que eles têm, como seja a China, a Venezuela, Cuba, a Coreia do Norte, também gostaria de ver esse tipo de votos de de pesar da vossa parte pelo regime que se vive nesses países.

Deputado António Lima (BE): O senhor já fez?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Ó Rui não respondas a apertes da extrema-esquerda!

O Orador: Também não fizemos este.

De qualquer das formas, no CDS temos muito boa memória das FP 25 de Abril e da UDP. Nós temos muito boa memória, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: E também devemos lembrar que quem deu o verdadeiro exemplo de polarização e que contribuiu para a polarização, foi o Partido Socialista de António Costa, que se aliou na geringonça à extrema-esquerda da UDP, do Bloco de Esquerda para governar este País. Foram vocês que deram o exemplo! Foi o seu partido, Sr. Deputado Francisco Coelho!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E também devo terminar, que é para ter pelo menos alguns segundos para a declaração política do Partido Socialista, dizendo que é irónico, mas ainda agora o Partido Socialista votou contra um voto que protestava contra aquilo que é a falta de dignidade das forças de segurança nos Açores e contra a segurança dos açorianos. O Partido Socialista votou contra!

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

Deputado Berto Messias (PS): Olhe que há histórias suas, Sr. Deputado Rui Martins!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E também há histórias suas, Sr. Deputado Berto Messias, em Coimbra!

Deputado Francisco Coelho (PS): E no Porto também há!

(*) Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Vice-Presidente quiser autorizar-me falar, eu agradeço.

(Pausa)

Posso usar da palavra...?

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, não entrem em diálogo se fazem favor.

Sra. Deputada Vera Pires faça favor, está no uso da palavra.

A Oradora: Eu pensei que não se interrompia o Sr. Vice-Presidente, peço desculpa. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria aqui recentrar o debate e a conversa no Voto que o Bloco de Esquerda apresentou. É um voto de pesar que, do nosso ponto de vista, faz todo o sentido, mas que para além de fazer sentido para nós, não é sequer uma inovação, não é uma novidade do dia de hoje. Já foram apresentados e, tanto quanto eu saiba sem crispação, votos de pesar perante situações e não perante pessoas falecidas. Portanto, não me parece que faça sentido o reparo que aqui foi feito à figura escolhida.

Depois, gostaria de falar mais diretamente para o representante do partido CHEGA (que está noutras conversações) e gostaria que ficasse de qualquer forma registado quando ele nos disse que tem fraca sabedoria - e foi ele que o disse - tem

mesmo, porque realmente ele está nesta Casa há mais anos do que eu e talvez pudesse não ter avançado que a figura do voto pesar não fazia sentido, e mais, que era ridícula.

O que é mais do que ridículo e assustador e preocupante, digno de protesto, é a desvalorização que o partido CHEGA faz da vandalização e dos factos que sucederam no Brasil, quando lhe chama “incidente”. Aquilo é tudo menos um incidente. Aquilo é uma situação grave. E pela gravidade e pela ameaça à democracia, é que nos fez trazer aqui este Voto de Pesar.

De qualquer modo, não deixa de ser engraçado e interessante que sem que o nome do partido CHEGA, esteja mencionado no Voto, o Sr. Deputado José Pacheco tenha *enfiado a carapuça* da extrema-direita. Mas isso terá talvez também que ver com o facto de o seu líder de partido, em plena Assembleia da República, ter apelidado de *bandido* o novo Presidente do Brasil que foi eleito democraticamente.

Para se aproximar, não chegando tão lá quanto o nosso colega Deputado do CHEGA, o Sr. Deputado Rui Martins do CDS não lhe chama bandido...

Deputado António Lima (BE): Chamou criminoso ao Presidente!

A Oradora: ... mas chama *criminoso* ao Presidente democraticamente eleito do Brasil que – suponho - não sendo eu jurista, se pudesse ser considerado criminoso, não teria podido sequer ser candidato. E, neste momento, não é candidato, é Presidente eleito democraticamente.

Deputado Francisco Coelho (PS): Enganou-se na dose!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não foi o único!

A Oradora: Portanto, a variação ao *bandido* do CHEGA nacional, foi o *criminoso* do CDS regional.

Eu registo só mais uma pequena informação para o nosso colega Deputado do CHEGA, é que estranhar que se traga a esta Assembleia um assunto de um país

estrangeiro é de um provincianismo também ele aflitivo. E a ter ele razão, nós não podíamos falar aqui da Europa e da União Europeia...

Deputado Pedro Neves (PAN): É verdade!

A Oradora: ... não podíamos falar da guerra da Ucrânia, nem da China, Cuba, Venezuela ou de todos os países que o Sr. Deputado Paulo Estêvão elencou.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Isso é mais no Natal!

A Oradora: Portanto, não é ridícula, do nosso ponto de vista, a apresentação deste Voto e teve, aliás, a concordância generalizada desta Assembleia.

Não é aceitável que se desvalorize uma atuação daquela natureza e com aquele peso, em termos de política, de situação do mundo e de situação da democracia, chamando lhe... um “incidente”, só faltaria se ter sido um *incidentezinho*.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Rui Martins pede a palavra para?

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente e à Mesa se efetivamente o atual Presidente do Brasil não foi julgado, condenado e se não cumpriu pena?

Deputado Pedro Neves (PAN): O Sr. Deputado está enganado!

O Orador: Ou seja, se isso aí foge, ou pelo menos se não esteve preso? E se isso não é ser um criminoso?

É isso que pergunto à Mesa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Bolsonaro nunca veio a Portugal!

O Orador: Sendo que estava com vontade de eventualmente fazer um protesto a um aparte que, espero, tenha ficado registado, do Sr. Deputado Francisco Coelho

sobre eu eventualmente não ter *acertado na dose*. Não sei se está a falar de questões profissionais, porque efetivamente eu sou do ramo da medicação, mas não sei o que é que está a tentar aludir com isso.

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins, a interpelação é para a Mesa.

O Orador: Mas fica-lhe muito mal enquanto antigo Presidente desta Casa e enquanto Deputado do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Rui Martins está com uma azia!

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins, está registada a sua interpelação, mas uma coisa que lhe peço é que não puxe o Presidente do Parlamento para essa discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN associa-se a este Voto, seja ele de pesar ou de protesto, aliás, o próprio PAN já usou essa figura (de pesar) também, não a uma pessoa, mas a situações. E sem dúvida, não há nenhum democrata que possa alguma vez aceitar aquilo que aconteceu no Brasil, uma situação que talvez tenha sido uma repetição ou um *déjà vu* do que aconteceu no Capitólio nos Estados Unidos.

Por mais forças políticas que existam relativamente àquilo que é a extrema-direita ou extrema-esquerda, este é um problema à democracia e ao poder, seja de que país estivermos a falar, independentemente de estarmos ou não nos Açores a falar de outros países, como já falámos muitas vezes.

Porém, não gostei de ver o Sr. Deputado Rui Martins usar o Sr. Presidente da Assembleia Regional para termos aqui um problema institucional com outro país. Não devia fazer isso, mesmo tendo em conta de que, pessoalmente, se eu fosse brasileiro, não votaria nem num lado nem no outro, se calhar o problema foi esse, ou seja, para os brasileiros, as eleições não ajudaram muito, porque tínhamos os

extremos. Mas, obviamente, nunca vou falar sobre *criminoso* – na Assembleia da República foi dito *bandido* – mas o Sr. Presidente não disse absolutamente nada ao Sr. Deputado, porque estamos a falar do Presidente do Brasil, estamos a falar dum Presidente que tem uma democracia instalada, coisa que o CDS simplesmente travestiu aquilo que o CHEGA fez na República, fazendo agora aqui nos Açores. E não estou aqui a defender nunca o Presidente do Brasil, outrora o candidato que ganhou, porque – e repito novamente – se eu fosse brasileiro, não conseguiria obviamente, votar em nenhuma das figuras que estavam, pelo menos as maiores, e que foram à segunda volta.

Temos que ser democratas e, em termos institucionais, não podemos estar nunca a acusar da forma como fazemos, ainda por cima dada a proximidade que temos com o Brasil. Mesmo quando foi na altura do Bolsonaro, havia proximidade, aliás o nosso Presidente da República até tentou ter um almocinho com o ex-Presidente, mas não conseguiu, porque ele não quis recebê-lo. Por isso, não é por aí. E nós, como democratas, e como deputados, obviamente não podemos estar de acordo com aquilo que aconteceu e temos que votar favoravelmente; até o CHEGA que votou favoravelmente na Assembleia da República, devia votar aqui também, mas desapareceu, porque se calhar não consegue votar contra, por isso não vai ser por unanimidade.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 19 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado pede a palavra para?

Deputado Carlos Furtado (Ind): Sr. Presidente, peço a palavra para informar que uma vez que regimentalmente não posso intervir sobre os Votos, farei chegar uma declaração de voto que manifesta a minha posição relativamente a esta matéria, que é contra os atos criminosos e de vandalismo que foram cometidos no Brasil, mas que o Voto de Pesar apresentado pelo Bloco de Esquerda identifica claramente aqueles que ele acha que são os atores do golpe, quando essa situação ainda não foi identificada.

Presidente: Sr. Deputado a declaração de voto explicará essa situação.

Terminamos, assim, os votos.

É vez do Partido Socialista fazer a sua declaração política.

Faltam 10 minutos para a interrupção dos trabalhos. Vamos avançar mesmo assim?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Subo a esta tribuna para, em nome do Partido Socialista, e com esta figura da Declaração Política, evidenciar, mais uma vez, a nossa preocupação com a situação social e económica dos Açores, a nossa preocupação com a situação das famílias e das empresas açorianas no meio da turbulência da crise que nos assola.

E se a situação social e económica das famílias e empresas da nossa Região deixa-nos apreensivos e preocupados, a forma como o Governo Regional está a lidar com a presente situação, na forma e na substância, causa ainda maior apreensão.

É verdade, e importa reconhecê-lo, que não podem ser assacadas responsabilidades ao Governo Regional sobre as causas originárias da situação que vivemos.

Não foi, nem é o Governo dos Açores, o responsável por todas as perturbações económicas e logísticas que se seguiram à pandemia COVID-19.

Não foi, nem é, o Governo dos Açores o responsável pela guerra na Ucrânia, nem pelos seus efeitos sociais, económicos e financeiros.

Mas aquilo que, na nossa opinião, já é da responsabilidade do Governo Regional é a tomada de medidas atempadas, adequadas e eficazes que ajudem as famílias e as empresas a lidar com uma situação profundamente disruptiva e perturbadora do planeamento que, quer umas, quer outras, fizeram a curto e médio prazo.

No período de 1 ano, entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, a taxa de juro EURIBOR a 6 meses aumentou mais de 600% (607%).

Em igual período, a mesma taxa, agora a 12 meses, aumentou mais de 760% (765%).

Posto de outra forma, porventura mais expressiva, isto significa que uma família açoriana que tenha um crédito à habitação no valor de 150 mil euros, a 30 anos e com um spread, por exemplo de 1%, com a taxa de juro indexada à EURIBOR a 12 meses, isto quer dizer que, em janeiro de 2022, pagava de prestação cerca de 450 euros mensais e, neste mês em que estamos já paga perto de 720 euros.

Um aumento na prestação mensal de cerca de 270 euros!

Se estivermos a falar de um empréstimo de 100 mil euros, nas mesmas condições, estaremos a falar de um aumento do montante mensal da prestação à volta dos 180 euros.

A situação não melhora substancialmente se estivermos a falar da EURIBOR a 6 meses. Nesse caso, os aumentos ultrapassam os 230 euros no primeiro caso e os 155 euros no segundo.

A energia elétrica sofreu um aumento, nas instalações de baixa tensão, que são aquelas que servem a generalidade dos consumidores domésticos, de 8%, em relação a janeiro de 2022.

No caso de instalações de média tensão, estamos a falar de um aumento de 70%, em relação a janeiro de 2022.

Ora, como estas instalações de média tensão são aquelas que servem a generalidade de instalações industriais, de comércio e de serviços, é expectável que esse aumento se venha a refletir, se já não se reflete, no preço final dos bens e serviços aos consumidores.

O pão aumentou cerca de 4,5% e, fruto daquilo que acabamos de referir a propósito da energia elétrica, pode vir a aumentar ainda mais.

Se consultarmos os dados divulgados pelo Serviço Regional de Estatística, com um olhar que vá à classificação do consumo privado por objetivos, em termos homólogos, atingimos na nossa Região, em dezembro de 2022, uma taxa de inflação superior a 19% no que se refere a produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, um aumento de perto de 5% nos transportes, de cerca de 7% nos acessórios e equipamentos domésticos e manutenção corrente da habitação.

A este propósito, interessa ter em conta que, mesmo que a taxa de inflação abrande, ou seja, mesmo que a velocidade de crescimento dos preços abrande, isso não significa que os preços baixem.

São duas coisas distintas que convém não confundir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, desde novembro de 2021, que vem alertando para a necessidade de serem tomadas medidas que ajudem as famílias e as empresas açorianas a fazer face a esse tempo tão difícil e tão exigente que atravessamos, medidas que ajudem a passar esta tormenta.

Hoje, no Parlamento dos Açores, queremos apresentar mais alguns contributos que, no atual momento que vivemos, nos parecem essenciais para dar respostas aos Açorianos.

São contributos e propostas que incidem sobre uma componente de intervenção e de atuação das entidades públicas, a qual se tem vindo a revelar como crescentemente problemática e multiplicadora das dificuldades sentidas pelos Açorianas.

Constituem, no fundo, contributos que, a somar a outros que já apresentámos, são aquilo que o Partido Socialista faria se fosse Governo.

Assim, entendemos que a par de outras medidas que já temos proposto e apresentado, no presente contexto, o Governo Regional deveria assumir cinco prioridades fundamentais e que as mesmas, a serem cumpridas, podem ajudar as famílias e as empresas a enfrentar a situação de crise que vivemos.

A primeira prioridade que o Governo Regional deveria assumir é a regularização, o mais rapidamente possível, dos pagamentos em atraso de apoios regionais e de dívidas a fornecedores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): *Espelho meu, espelho meu, Sr. Deputado!*

O Orador: As razões para identificarmos esta prioridade prendem-se com as informações, que de forma cada vez mais insistente e frequente nos têm chegado, de atrasos no pagamento de apoios já decididos, bem como na regularização de dívidas a fornecedores do Governo Regional.

A isto acresce a informação oficial relativa à situação financeira do Setor Público Empresarial Regional no final do terceiro trimestre do ano passado, onde é possível constatar uma degradação da situação financeira e dos resultados das principais entidades do SPER.

No que hoje releva para esta intervenção, refiro o aumento, em apenas 9 meses, da dívida a fornecedores em 41 milhões de euros, cifrando-se agora a mesma em 220 milhões de euros de dívida a fornecedores, só no setor público empresarial; no facto de 55% dessa dívida a fornecedores ser relativa aos 3 hospitais da Região.

Acreditamos que todo o esforço que for possível ao Governo Regional fazer na assunção e na concretização desta prioridade resultará em real benefício para as condições que as famílias e as empresas açorianas terão para ultrapassar esta crise.

A segunda prioridade que julgamos necessária é a de reforçar a capacidade de resposta dos serviços do Governo Regional em matérias que tenham a ver com a análise, decisão e operacionalização de apoios às famílias e às empresas.

Esta prioridade pode implicar o reforço de recursos humanos, mas julgamos que, prévio a esse passo, seria talvez possível e desejável reorientar e reorganizar serviços dentro da administração regional de forma que seja possível, analisar mais rápido, decidir mais rápido e pagar mais rápido.

Um dos casos em que a assunção e concretização desta prioridade poderá trazer benefícios reais para as famílias e as empresas é, por exemplo, o funcionamento dos sistemas de apoios SOLENERGE.

Há, quanto a nós, uma evidente necessidade de agilizar os processos e de introduzir maior rapidez na análise e decisão de apoios que, no atual contexto, são absolutamente decisivos para fazer face às dificuldades que os Açorianos enfrentam.

A terceira prioridade prende-se com a necessidade de reforçar, mesmo que apenas a título extraordinário, os mecanismos de intervenção e apoio social, sobretudo, os dirigidos aos que estão numa situação de maior fragilidade.

É notório, sobretudo, em algumas das maiores áreas urbanas da nossa Região, um aumento exponencial de situações de exclusão derivadas, em alguns casos, aparente indigência extrema.

Estes nossos concidadãos não podem ser deixados à sua sorte.

E estas situações não têm que ver apenas com os concretos indivíduos que estão nessa situação.

Têm a ver também, e a forma como lidamos como elas igualmente, com aquilo que nós somos ou queremos ser como comunidade, como Povo e como Região.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Mesmo tendo em conta a multiplicidade de fatores que podem causar ou contribuir para estas situações, parece-nos prioritário a delineação de uma intervenção na área social que possa, também aqui, não deixar ninguém para trás.

Uma quarta prioridade tem a ver com a necessidade de melhorar a informação e a comunicação quanto aos apoios que são anunciados.

Reputamos de muito importante, e até como fator de reforço da confiança na nossa Autonomia, que os Açorianos tenham acesso, o mais rápido possível aos exatos termos em que podem recorrer aos apoios que são anunciados.

Por exemplo, relativamente à conferência de imprensa da passada semana, achamos que 3 meses é muito tempo para que os Açorianos saibam quais os termos exatos em que consistem os apoios que foram novamente anunciados, como por exemplo, o apoio às remunerações e o apoio às famílias com crédito à habitação. Quem pode recorrer, quais os requisitos para ser apoiado, qual o montante de apoio por beneficiário, quando e onde são apresentadas as candidaturas, são alguns dos aspetos que julgamos deverem ser de conhecimento público o mais rapidamente possível.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A quinta, e, para já, última prioridade – e assim concluo, Sr. Presidente - **tem a ver diretamente com o Governo Regional e com a necessidade de ele ser um fator de confiança e de credibilidade da nossa Autonomia.**

É necessário um cuidado acrescido, e que até ao momento não parece ter existido, para, também neste contexto, evitar casos, guerrilhas e disputas, as quais, minando a confiança no Governo, acabam por minar, sobretudo, a confiança na nossa Autonomia.

Com maior ou menor impacto mediático, são, em qualquer caso profundamente negativos, sobretudo num momento em que a Região e as suas instituições devem estar focadas no essencial: ajudar as famílias e as empresas dos Açores a ultrapassarem a crise que nos assola.

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental.

Pergunto à câmara se há oposição em que concluamos esta declaração política?

Alguém que se opõe a que se abram inscrições para que os outros partidos se pronunciem?

Deputado José Pacheco (CH): Neste momento é para almoçar!

Presidente: Já não é a primeira vez que isso acontece, Sras. e Srs. Deputados.

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)

Presidente: Mas perante tanta manifestação de desacordo pelo fato de eu ter dado a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro a 10 minutos para à hora regimental, eu só prossigo se houver unanimidade da câmara, porque dentro da hora regimental, eu achei que devia dar a palavra ao Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Da parte do PPM vamos ao debate.

Presidente: Vamos, então, ao debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro trouxe-nos aqui uma declaração política que me fez lembrar o pacote ou pseudo-pacote que apresentou na altura da discussão do orçamento regional e que foi apenas o trampolim para uns *outdoors* que depois quase que tinham crescido de tamanho, a lembrar quem tinha votado contra, aí sim, lembrando o isolamento do Partido Socialista nestas matérias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José Pacheco (CH): Minha mãe ainda fala neles!

O Orador: Mas começando por aí, por esse famoso pacote, é preciso lembrar que das medidas que totalizariam 50 milhões de euros - devo dizer que apesar de ter uma experiência parlamentar - fiquei na dúvida inicial, se a apresentação que foi feita, era só incompetência ou se tinha má-fé?

Estupidez minha, era só má-fé!

Deputados João Bruto da Costa e Carlos Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Porque apresentam a proposta fechada para poderem viabilizar os *outdoors*. E é assim que a política açoriana, hoje, defendida e apresentada pelo Partido Socialista, se situa.

É a política dos casos, dos *casinhos*, dos *outdoors* e sem substância, sem qualquer substância, senão vejamos:

As tais medidas que na altura não pudemos discutir porque vieram num pacote fechado - estupidez minha a pensar que tinha sido por incompetência – que não pudemos discutir e ver em pormenor, começam por apoiar crianças e jovens, um apoio de 500 euros. Ora, o Governo dá 750.

A seguir, jardins de infância gratuitos, o Governo já apresentou.

Deputado Berto Messias (PS): É um apoio extraordinário! Isso é que é má-fé!

O Orador: A seguir apoios às famílias com crédito à habitação. Já tínhamos apresentado, já havia uma linha no Orçamento para 2023.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A atualização do valor dos custos elegíveis do programa Competir + já está em curso, as entidades ou os promotores já o podem requerer e já podem ser satisfeitos.

- Reforço do apoio ao gasóleo agrícola, já foi feito.

- Redução da taxa de imposto sobre os combustíveis... *alto e pára o baile!* Aqui é importante.

Eu vou repetir: propunha o Partido Socialista a redução da taxa do imposto sobre combustíveis; ora, o Partido Socialista, segundo um órgão de soberania – o Tribunal de Contas – no seu tempo de Governo, presidido pelo agora Deputado Vasco Cordeiro, cobrou ilegalmente ISP!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Que falta de vergonha é esta do Partido Socialista e do Deputado Vasco Cordeiro?!

Na verdade, só em 2022 a Região cobrou menos 15 milhões de euros de ISP do que estava previsto, ao contrário do que faziam os governos socialistas em que se cobrava impostos a mais, **ilegalmente**, segundo disse o Tribunal de Contas!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Fundo Regional de Capitalização das micro e médias empresas está a ser negociado, agora sim, depois do Banco de Fomento ter uma solução no plano nacional, estamos a ter respostas e vamos ter mais muito em breve sobre esta matéria.

A linha de crédito para as empresas com amortização de empréstimos de moratória vai ser incluída nesta capitalização que vamos fazer.

- Estabilização do preço de transporte de mercadorias e compensar os custos de produção das empresas, eu aqui gostava de saber o que é que o Partido Socialista se proporia a fazer mais do que aquilo que nós vamos fazer com o programa MAIS - o mecanismo de apoio ao incremento salarial das empresas.

Deputado Carlos Silva (PS): Ainda não fizeram!

O Orador: Para o setor social - apoio extraordinário às IPSS - é isso que o Governo já fez e que, aliás, estiveram congelados muitos anos pelo Partido Socialista vários apoios sociais quando era governo e que nós aumentámos no orçamento com o maior pendor social da história da autonomia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E o Sr. Deputado Vasco Cordeiro vem aqui falar, outra vez, *fazer um número* - talvez para justificar mais uma estratégia de comunicação - quando esta é uma mão cheia de nada, de nada?!

E quando **vergonhosamente** os senhores cobraram impostos a mais e não aumentaram as prestações sociais?!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Isto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é muito mau!

É mau demais!

Mas, para terminar, digo-lhe que as mais de 20 medidas que apresentámos recentemente, algumas já em andamento outras a serem finalizadas, essas sim, têm substância, essas sim, estão chegando às famílias, às empresas...

Deputado Carlos Silva (PS): Onde estão? Ficaram na conferência de imprensa!

O Orador: ... às IPSS, aos pais que têm filhos em creches gratuitas. Estão chegando, porque isto não era para mais nada, senão para um *outdoor*.

É este o Partido Socialista que temos hoje em dia.

Vou terminar só dando uma última nota.

Aqui há pouco falámos do novo Bispo dos Açores, por isso permito-me aqui fazer uma abordagem, de alguma forma litúrgica, sobre os sete pecados mortais – e termino assim:

“Sete pecados do Deputado Vasco Cordeiro”:

- Deu avales a empresas privadas;
 - Fez falir a SATA;
 - Cobrou ilegalmente mais ISP do que a lei permite;
 - Comprou 3 milhões de máscaras do Covid estragadas;
 - Estragou 20 milhões de euros dos açorianos com o Cachalote, o avião A330;
 - Deixou faturas arrumadas em gavetas por pagar às casas de saúde que totalizam 6,8 milhões de euros;
 - E,
- deixou 50 milhões de euros que tivemos que absorver de dívidas só à Sinaga, Azorina e Santa Catarina.

Tudo isto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, estes seus pecados, poderia totalizar 80 milhões de euros que sobriariam para as empresas e para as famílias açorianas!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política do Partido Socialista proferida pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, vem ao encontro daquilo que é a diferença substancial que se fundou nos Açores com este Governo de Coligação, com estes apoios parlamentares e com aquilo que era o modelo de governação do Partido Socialista.

Só porque o Sr. Deputado insistiu muito, e nós concordamos, há uma grande incerteza no presente e no futuro e há, de facto, que apoiar as famílias como este Governo tem feito - e já lá vou, mas o Sr. Deputado insistiu muito na questão da percentagem do valor da taxa Euribor.

O senhor sabe que em 2008, quando era governo e quando havia sérios problemas das famílias em suportar o crédito à habitação, a Euribor estava em 5% - ela agora está a 3; é muito? É e está a exigir um grande sacrifício às famílias. Mas o senhor quando estava no Governo, no poder numa maioria absoluta, não deu um apoio que fosse – zero, bola! - para apoiar as famílias quando a Euribor era de 5% em 2008!

Com isto o senhor não pode deixar de ser confrontado também.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mas sabe, há uma diferença substancial, é que com este Governo, tal como ficou vincado no Plano e Orçamento, e na aprovação dos documentos orçamentais para 2023, os açorianos estão mais protegidos. São 140 milhões de euros em impostos que foram devolvidos aos açorianos e que se fosse com o Partido Socialista no Governo, era dinheiro que agora estava apenas nos cofres da Região e não nos bolsos dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É uma diferença substancial de paradigma. É uma mudança de paradigma que é bom que os senhores e que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro compreendam, para não continuarem a tentar enganar as pessoas, porque aquilo que o senhor faria, se fosse Governo, era ficar com esses 140 milhões de euros para andar a distribuir em medidas avulsas que não resolvem o problema da maioria dos açorianos.

Nós mudámos esse paradigma.

Este Governo faz um orçamento que, de facto, vem responder aos problemas e à incerteza do nosso tempo, mas muda substancialmente a forma de fazer política que havia nos tempos do Partido Socialista.

Agora, os açorianos - Sr. Deputado Vasco Cordeiro - não andam de mão estendida a cada momento, à espera de que o Governo os vá salvar ou que vá dar uma ajuda.

Agora o Governo ajuda quando é necessário e os açorianos sabem que faz tudo para que eles tenham condições para, por si próprios, vencerem as dificuldades do presente e as incertezas do futuro. E não como o senhor desejaria que era estarem

sempre a bater à sua porta, a pedir por favor, para o senhor se lembrar de libertar alguma da receita que tinha de impostos e que não devolvia aos açorianos, cobrando - como disse o Sr. Secretário Regional das Finanças – ilegalmente, em alguns casos, como foi o caso do ISP.

Sim, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, esta sua declaração política demonstra, mais uma vez, que o Partido Socialista não tinha condições para resolver o futuro dos Açores, conforme nós estamos a resolver com esta maioria parlamentar e com este apoio parlamentar que temos tido nesta Legislatura.

Sim, os açorianos estão mais protegidos e melhor servidos com este Governo, com esta governação, do que estariam com o Partido Socialista de V. Exa.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, já olhou para os painéis? Pronto, tem a palavra.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Eu espero a mesma latitude que teve o Partido Socialista.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não, não! Praí não há latitude!

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Relativamente a esta declaração política do Partido Socialista, devo dizer, e reconhecer, da parte do CDS, que efetivamente vivemos na Região, e não só, mas aquilo que nos concerne na Região, uma situação difícil, de incerteza, fruto da conjuntura nacional e internacional, é ponto assente e aí concordamos com aquilo

que, grosso modo, foi a abordagem do Partido Socialista à situação atual. Mas depois, quando o Partido Socialista vem falar, por exemplo, na questão do combustível agrícola, devo dizer que este Governo, além de fazer, também inovou, como é o caso do combustível social, é uma inovação deste Governo, não é do passado.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E termino, Sr. Presidente.

O Partido Socialista propôs, por exemplo, os jardins de infância gratuitos, quando a República atribuiu creches gratuitas para os que nasceram a partir de setembro, quando este Governo também já tinha anunciado que as creches eram gratuitas para todos. Mas não falou nisso no passado, quando o CDS propôs creches gratuitas para todos e, na altura, foi passo a passo, sétimo escalão e depois já foi este Governo que implementou mais medidas.

Para terminar, Sr. Presidente, devo dizer que esta bonomia atual do Partido Socialista contrasta e muito com aquilo que foi a ação governativa dos seus últimos dois mandatos. E digo isto porquê?

Vou apenas dar uma referência só a nível de investimento em creches: o investimento do Partido Socialista era de 156 mil euros; o investimento deste Governo Regional é de 3,5 milhões de euros.

Isto é investir nos Açores e nas famílias.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Cometeu um erro de lesa-pátria. Ultrapassou em 1 minuto o seu tempo, veja lá!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

V. Exa. tem que observar novamente os factos, colocar-se perante um espelho e observar os factos. E veja bem, Sr. Deputado, no momento em que estamos - em janeiro - se a sua opção política tivesse prevalecido no âmbito da votação do plano e orçamento, como é que estaria a Região neste momento?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Teríamos aplicado as medidas sociais que era necessário aplicar?

Não, não teríamos, porque o Governo do Partido Socialista tentou colocar os Açores no caos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sem este plano e sem este orçamento. E apresenta-se agora V. Exa. muito preocupado com a situação social e económica que estamos a enfrentar, quando a sua opção em novembro foi provocar o caos nos Açores e impedir que as medidas sociais inscritas no plano e orçamento fossem aplicadas, tentando lançar o Governo da Região Autónoma dos Açores para o caos durante estes meses todos. E agora, diz V. Exa. que é muito urgente. Mas qual foi a sua urgência em novembro de possibilitar e permitir que se atuasse rapidamente e em força para resolver estas questões?! Nenhuma!

Tinha, sim, uma preocupação que era voltar ao poder, apesar de poder colocar os Açores e os açorianos numa situação muito difícil. Essa foi a sua opção em novembro!

As pessoas têm que ser responsabilizadas pelas opções que fazem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E a sua opção em novembro, podendo ser a de garantir a estabilidade dos Açores e permitir que as medidas inscritas no plano e orçamento se pudessem executar, qual foi a sua opção?

Exatamente a contrária. Foi olhar para dentro do Partido Socialista e tentar regressar ao poder o mais depressa possível, mesmo que isso provocasse um sofrimento atroz à população dos Açores que precisava, e precisa, que estas medidas sejam executadas e implementadas como estão a ser.

Segundo ponto que lhe quero referenciar:

V. Exa. é adepto dos filmes catástrofe da década de 70. Só acorda quando há uma situação má.

V. Exa. gosta sempre de ter uma atitude de um certo providencialismo messiânico para enfrentar uma determinada situação excecional. Só isso é que acordava V. Exa. para a exigência da governação. Mas veja uma coisa, as medidas que foram aplicadas por parte deste Governo, não foram numa situação de crise, foram medidas estruturais que começaram a ser adotadas e executadas muito antes da Rússia invadir a Ucrânia, com todas as consequências que se projetaram na economia e na sociedade dos Açores.

V. Exa. no momento crucial da redução dos impostos, qual foi a sua posição? Contra, porque incluía a classe média também. E V. Exa. não queria.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Qual foi a sua posição em relação à melhoria e à resolução de questões que deixou pendentes como, por exemplo, em relação aos enfermeiros, aos médicos e aos professores? Qual foi a sua posição em relação a estas matérias?!

A sua posição foi a de não fazer nada durante todo o período em que governou. Este Governo teve oportunidade de resolver, antes da crise, estes problemas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Qual foi a opção do Governo, do ponto de vista das políticas sociais que estavam a ser implementadas?

Foi a de implementá-las e já estava a fazer antes da crise. Já o estava a fazer, porque nós temos uma visão estrutural do que é preciso fazer. Não se reage apenas perante as crises, perante a desgraça em que se aparece com um espírito messiânico “eu estou aqui, vou salvar o mundo”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não. Só salva o mundo quando se tem coerência na ação, quando se executa, quando temos a certeza de que aquelas são as políticas justas, são as políticas que resultam. E, neste momento, o Governo dos Açores pode dizer que começou a implementar as medidas antes da crise, que o está a fazer agora neste momento para enfrentar a crise, com o maior orçamento social da história dos Açores. E também pode dizer que está a preparar um conjunto de medidas muito válidas para enfrentar a crise que as nossas famílias e as nossas empresas enfrentam, o tecido económico social, estamos a fazê-lo, neste momento - já o estávamos a fazer - e vamos continuar a fazê-lo, porque não temos este espírito messiânico, temos o espírito de resolver os problemas. É isso que estamos a fazer, resolver os problemas dos Açores, resolver os problemas dos açorianos. E os açorianos podem contar connosco sempre quando enfrentam períodos de crise, mas também para preparar um futuro de prosperidade que V. Exa. não conseguiu preparar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Paulo Estêvão, *espírito messiânico* é bom!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Depende do *Messias!*

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política que nos foi trazida aqui pelo Partido Socialista tem uma parte de verdade, é que realmente os problemas que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro identificou aqui, de fatores externos que estão a prejudicar a economia dos Açores e as famílias açorianas, são efetivamente uma realidade. Mas são uma realidade que serve para provar, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, aquilo que os senhores muitas vezes criticaram; serve para provar que as tais políticas, *para além da troika* que muitas vezes os senhores acusaram Passos Coelho, de que ia além da troika, são políticas que fazem sentido, porque no momento em que os fatores externos que não podemos controlar batem-nos à porta, é bom que exista uma almofada para podermos acudir às famílias, às empresas, às instituições.

As políticas facilitistas de esquerda, os discursos de *as dívidas não se pagam, mas sim gerem-se*, são sinais fictícios que são dados à população e às empresas de um futuro promissor, quando ele muitas vezes não é promissor. São mensagens dum facilitismo que são apresentadas à população que quem faz essas mensagens, quem as pronuncia, não consegue assegurar aquilo que, nas suas palavras, vai dizendo.

Portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é bom que a esquerda, e a mais esquerda, muitas vezes tenha consciência de que nós não mandamos sozinhos na nossa terra. E que aquilo que nos bate à porta pode sempre acontecer. Faz parte da capacidade de um político - porque essa é que tem que a ser principal capacidade - prever o que é que nos pode bater à porta, porque quem está lá em casa não tem culpa das

políticas mais ou menos facilitistas que alguns autores políticos vão fazendo no decorrer do tempo.

Portanto, Sr. Deputado Vasco cordeiro, a sua mensagem é importante, as suas preocupações são importantes, mas é preciso que elas se materializem a atos de governação rigorosos, cautelosos que possam fazer com que as flutuações dos ciclos económicos possam ser atenuadas pelo estado que atempadamente consegue prever essas situações.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça o favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No tempo que nos resta, gostaria, sobre esta declaração política trazida pelo Partido Socialista e que versa o momento económico e social que atravessamos, muito marcado por uma crise inflacionista, de começar por recordar, neste momento, que durante meses a fio neste País, e por maioria de razão nesta Região, reinou uma tese de que a inflação seria um fenómeno temporário. Uma tese que norteou as políticas públicas, e ainda de certo modo norteia, no País e na Região. E o que se queria afirmar quando se dizia que a inflação era temporária, era que perante algum fenómeno talvez nunca visto, os preços fossem regressar ao que eram antes da inflação.

O Partido Socialista agora, e bem, reconhece o erro ao dizer, pela voz do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que se a inflação descer, isso não significa que os preços vão reduzir. Significa apenas que vão crescer mais devagar.

Isso, infelizmente, demorou demasiado tempo a tornar-se uma evidência que hoje ninguém contesta.

Isso significou que, pelo caminho, as pessoas empobreceram, porque ficou-se à espera que miraculosamente os preços descessem. Não se aumentou salários ao

nível da inflação. E não se criaram outras medidas, por exemplo o controlo de preços, para evitar a escalada.

Indo para a política regional mais em concreto, as medidas do Governo Regional pecaram pelos mesmos erros, criando medidas temporárias quando devia ter criado, no imediato, medidas definitivas de aumentos e não de apoios pontuais, mas também este Parlamento, porque isso foi aqui discutido, recusou aumentar mais o salário mínimo do que foi aumentado nos Açores. Quando ouvimos tantas vezes dizer que a inflação afeta mais aqueles que menos têm, mas quando é para apoiar e quando é para dar mais rendimento aos que menos têm, o Parlamento - a maioria do Parlamento - disse que não e abandonou-os.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é falso!

O Orador: Quando foi para aumentar mais a remuneração complementar para os funcionários públicos que menos recebem, o Parlamento disse que não, mais uma vez abandonou-os. E quando é para intervir no mercado, o que nos diz o Governo é que vai monitorizar os preços. Muito bem, aplaudimos que os preços sejam monitorizados, mas isso não chega, Sr. Deputado, tal como não chega apresentar medidas de 2021 como uma espécie de *medida visionária* em 2021, como a descida de impostos ou a tarifa Açores, como uma medida de combate à inflação, porque isso é efetivamente um insulto à inteligência dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para encerrar a declaração.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso-me surpreendido.

Confesso-me surpreendido pela reação do Governo e pela reação dos partidos que o apoiam e o sustentam, porque sobre a matéria que eu tive a oportunidade de apresentar dali daquela tribuna e concretamente prioridades – cinco:

1ª- Regularizar o mais rapidamente possível os pagamentos em atraso de apoios regionais e de dívidas a fornecedores;

2ª- Reforçar a capacidade de resposta dos serviços do Governo Regional em matérias que tenham a ver com a análise de decisão e operacionalização de apoios às famílias e às empresas;

3ª- Reforçar, mesmo que a título extraordinários os mecanismos de intervenção e apoio social, sobretudo os dirigidos aos que estão numa situação de maior fragilidade;

4ª- Melhorar a informação e comunicação quanto aos apoios que são anunciados;

5ª- Reforçar a capacidade do Governo ser um fator de confiança e de credibilidade da nossa autonomia, os senhores disseram... zero.!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Posso assumir, então que estão de acordo que essas devem ser as prioridades a assumir? É legítimo eu concluir isso? Cada um de nós exerce o nosso mandato, aqui ou no Governo, interpretando-o da forma que melhor serve quem aqui nos pôs. E foi isso que eu fiz naquela tribuna, porque é isso que eu sinto que, neste momento, é necessário.

Eu podia ficar calado. Podia assumir o mesmo tipo de crítica que os partidos do Governo assumiram em relação à minha intervenção, mas eu fui àquela tribuna dar contributos, fazer propostas, apresentar sugestões daquilo que **eu sinto**, falando com associações, com cidadãos, com freguesias...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Antigamente não falava!

O Orador: E vendo... olhe, Sr. Deputado João Bruto da Costa, posso lhe dizer uma coisa muito simples em relação a isso: não falava tanto quanto deveria ter falado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Começou a falar com alguém, isso já é bom!

O Orador: E, portanto, em relação a esta matéria, eu julgo que há algo que resulta claro desta declaração política e deste momento.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já fala pelas associações!

O Orador: Lamentavelmente, no momento em que os Açores mais precisavam de um Governo que desse consistência prática às promessas de diálogo e de cooperação, aquilo que resultou deste debate, é um Governo - e os partidos que o suportam - fechado sobre si próprio.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Um Governo - e os partidos que os suportam - entrincheirados na sua arrogância...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Arrogância?!!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor ainda não viu que está sozinho?

O Orador: ... e na sua soberba de recusar todo e qualquer contributo para melhorar a sua ação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, aquilo que resulta deste debate, é que dois anos após a tomada de posse deste Governo, ele está esgotado!

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Esgotado!

Acha-se dono e senhor da verdade!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor está a falar lá fora!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso não é para aqui! É lá para fora!

O Orador: Mas, sobretudo tendo em conta o teor das intervenções que surgiram a propósito desta intervenção, há algo que para mim também é particularmente evidente, e lamentavelmente digo-o: o Governo e os partidos que o suportam estão do lado do problema. O Partido Socialista está do lado da solução.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

Vamos fazer nosso intervalo para almoço. Regressamos às 15 horas com a agenda.

Eram 13 horas e 34 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 04 minutos.

O Sr. Deputado António Vasco Viveiros pede a palavra para?

(* **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, é para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido. Regressamos às 15h35.

Eram 15h05.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade ao debate do ponto quatro - **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 35/XII** que “Aprova o modelo de educação inclusiva”.

Eram 15h35.

Estava inscrito o Sr. Deputado Vasco Cordeiro a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para intervir neste ponto da nossa ordem de trabalhos com o objetivo claro de contribuir para que desta discussão e votação possa sair a melhor proposta possível.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, ontem, (tenho pena que ele não esteja presente na sala) invetivou o Partido Socialista a dizer que havia aqui uma questão ideológica quanto à nossa posição.

A questão não é só ideológica.

A questão começa por ser um problema quando na proposta do Governo, na parte em que dá aos pais e encarregados de educação a possibilidade de um parecer não vinculativo em relação a um conjunto de medidas nesse âmbito da educação inclusiva, começa por ser um problema de constitucionalidade e de legalidade. Aliás, eu apelava a que o Governo Regional e os partidos que o suportam, refletissem um pouco sobre essa matéria.

Há aquilo que julgo ser uma grosseira confusão de conceitos. Uma confusão de conceitos entre estado, administração – que não é ela somente o estado; entre o direito e o dever constitucional dos pais e encarregados de educação, de prover à educação dos filhos; entre a obrigação constitucional do estado cooperar com os pais na educação dos filhos e não é dos pais cooperarem com o estado na

educação dos filhos, é uma coisa radicalmente diferente; e, por último, o superior interesse da criança.

Em concreto, aquilo que me parece estar em causa na solução que que é proposta pelo Governo é, do ponto de vista concreto e com relevo constitucional, o artigo 9º B, 36 (nº5), 67 (nº1, alínea c), 71 (nº2) e 202 (nº2) da Constituição da República. E uma violação, também, do Artº 1878 do Código Civil.

Não podem de forma nenhuma – e este parece-me um aspeto fundamental - os pais e os encarregados de educação serem privados da supremacia do seu poder...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Mas não são.

O Orador: ... em relação à educação dos filhos, por via de uma decisão de um qualquer órgão de escola, ou de uma decisão da administração.

Isso não é admissível. Porque mesmo na situação concreta que foi colocada pela Sra. Deputada Délia Melo, obviamente aí está em causa o superior interesse da criança. Mas a forma como um eventual conflito nesses interesses deve ser resolvida, não é pela primazia da decisão da administração de uma entidade (administrativa) em relação ao poder...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... ao direito e ao dever dos pais, mas sim, a conformação e o equilíbrio desses interesses por via das entidades que têm essa competência e que não são a administração, são os tribunais que têm esse poder e essa função.

A solução que está proposta pelo Governo, constitui um esbulho violento de um direito dos pais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Porque coloca a supremacia na composição desses interesses, a ser definida por um órgão da administração. E isso não tem a ver com questões ideológicas. Isso tem a ver com a forma como a composição de interesses constitucionalmente protegidos deve ser concretizada e deve ser operada, que não

é dar a primazia à posição da escola. Até pode ser a posição da escola aquela que deve prevalecer...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ..., mas não pode é resolver-se o assunto dessa forma, porque isso é uma flagrante inconstitucionalidade e uma flagrante ilegalidade.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Mais um drama! Não apoiado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Disso eu não tenho dúvidas – uma flagrante inconstitucionalidade e uma flagrante ilegalidade.

O que está proposto aqui é que numa situação e que exista um diferente entendimento entre os pais e os encarregados de educação

e a escola sobre as medidas que devem constituir a educação de uma criança que se inclua no âmbito da educação inclusiva, o facto dos pais terem apenas um parecer que não é vinculativo tem duas consequências: a primeira é a primazia que se dá à decisão do órgão administrativo na composição de interesses constitucionalmente protegidos e, em segundo lugar, é passar para os pais o ónus de serem eles a ter que buscar a defesa dos seus direitos. E isso não é correto, isso não é constitucional, isso não é legal. E, portanto, esta supremacia que a proposta do Governo pretende dar é – repito - um esbulho violentíssimo de um direito de um poder e de um dever dos pais de prover à educação dos filhos. Se há conflito, e ele pode acontecer, esse conflito deve ser conformado, deve ser composto, mas não através da primazia da posição da administração de um órgão administrativo, face a um direito constitucionalmente protegido. Deve ser composto – esse diferendo e esse conflito de interesses – através dos tribunais. E há órgãos que exatamente existem para prover a essa situação.

Por isso, o Partido Socialista não pode dar o seu assentimento nem a sua aprovação a uma solução que constitui, na nossa opinião, uma flagrante inconstitucionalidade e uma flagrante ilegalidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estava inscrito também Sr. Deputado Paulo Estêvão, a quem deu a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não concordo com a interpretação do Sr. Deputado Vasco cordeiro nesta matéria e penso que os tribunais portugueses também não concordam. Todos conhecem o caso da disciplina de cidadania.

Deputado Nuno Barata (IL): De ontem? Não! Isso foi decidido ontem!

O Orador: E todos conhecem as decisões que têm sido tomadas até ao momento em relação a esta matéria. E todos sabem também qual tem sido a posição de entidades supranacionais nesta matéria. E, portanto, aqui é um caso flagrante, é um caso duma disciplina que os pais consideram que os seus filhos não devem frequentar. Esta situação é completamente diferente do ponto de vista da importância, não é uma decisão tão transcendental, trata-se apenas de um conjunto de profissionais como os psicólogos, os professores de educação especial, ou seja, um conjunto de profissionais que elabora um documento específico para a recuperação das aprendizagens, para um apoio específico por parte daquele aluno e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro considera que se existir uma decisão contrária dos pais, fica bloqueada e não deve ser aplicada. Discordo em absoluto e a jurisprudência portuguesa, no caso que acabei de referenciar, também não concorda com a interpretação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro. O relógio tem que parar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão não percebe que me está a dar razão.

Ao invocar a jurisprudência, o que ele está a dizer é que exatamente o órgão para resolver esse diferendo são os tribunais, não é a administração.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: E não fica nada bloqueado, porque se a administração considera que aquela decisão dos pais põe em causa o superior interesse da criança, a administração recorre aos órgãos que têm a competência para isso para, **através dos tribunais**, que são eles que compõem os interesses constitucionalmente protegidos, para resolver o assunto. E, portanto, aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez foi dar-me razão na posição que o Partido Socialista tem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Nuno Barata (IL): A Administração é que devia recorrer aos tribunais e não os tribunais!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: É só por causa da questão do tempo. É que eu tenho consciência que quando terminei a minha intervenção anterior, faltavam 3 segundos. E, portanto, o meu tempo não estava esgotado. Eu terminei propositadamente. Não se pode depois fazer o arredondamento dos tempos.

Presidente: Sr. Deputado quer aproveitar aquele segundo ou não quer?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quero aproveitar, mas não estava lá... apareceu agora outra vez.

Posso?

Presidente: Não. Tem uma pessoa inscrita.

Está inscrita a Sra. Deputada Délia Melo, faça favor.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Os pais e encarregados de educação são elementos que devem trabalhar com as escolas, portanto, são elementos facilitadores daquilo que é o trabalho a desenvolver em qualquer unidade orgânica, deverão ser. E, por isso mesmo, devem também defender os superiores interesses dos seus filhos educandos, porque é este o trabalho que necessita de assumir como vetor da sua prática educativa e prática pedagógica o princípio da equidade e também o de diferenciação, pois isso é que vai permitir realmente proporcionar o desenvolvimento e a plena integração dos jovens e das crianças.

Portanto, segundo aquilo que o Sr. Deputado nos disse aqui, havendo uma situação e remetendo-a para o tribunal, nós estamos aqui a criar o caos, não estamos a integrar, estamos a excluir, até porque a criança teria de esperar até que fosse conhecida a decisão para depois se perceber se tinha plano ou não tinha plano.

Não faz qualquer sentido, quando nós temos uma equipa multidisciplinar e especializada que obviamente está em prol da criança, em prol dos jovens que tem na escola.

Isto volta à minha questão anterior, que já coloquei ontem e que de certa forma respondeu hoje, mas que não trouxe qualquer solução. E eu pergunto mais uma vez e desafio Partido Socialista a responder, o que é que faria se fosse Governo?

Há uma criança na escola que necessita de apoio. Esta criança é sinalizada por uma equipa multidisciplinar que propõe medidas para serem intervencionadas junto da criança. Os pais não aceitam.

Em que é que nós ficamos?

O que faria o Partido Socialista se fosse Governo?

É a isso que tem de responder.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem de ser extremamente rápido.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já acabou!

(Risos da Câmara)

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como bem dizia a minha colega, a nossa colega.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Vou já terminar.

Como dizia, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro quer criar o caos nas nossas escolas.

O caso a que fiz referência é um caso que está desde 2018 nos tribunais portugueses.

E sabe o que é que estes pais não querem?

Não querem que se fale na educação sexual, não querem que se fale na igualdade de género e é isso que o Sr. Deputado quer, que é exatamente a postura dos evangélicos brasileiros – para não lhe dar o exemplo dos conservadores brasileiros – que o senhor quer aqui subscrever e quer impor na Região.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é nada disso!

O Orador: Não, Sr. Deputado!

As crianças e os jovens açorianos têm direito, direito não, a Região tem o dever de apoiar estes jovens, tem o dever de lhes criar as condições para que as aprendizagens sejam realizadas e eles tenham a atenção específica que necessitam, Sr. Deputado.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor já percebeu que não tem razão!

O Orador: Lamento muito que o Partido Socialista dos Açores que durante muito tempo da sua história foi um partido progressista, neste matéria, esteja aliado a uma visão retrógrada, do ponto de vista da educação, ainda por cima na educação na área da inclusão.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Lamento muito a sua posição, Sr. Deputado. Digo-lhe isto com absoluta sinceridade.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Délia Melo:

Não me custa concordar consigo em relação àquilo que são os interesses envolvidos aqui, mas há uma diferença fundamental, não são os pais que colaboram com a escola, é a escola que colabora com os pais.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Estamos a falar de ensino!

O Orador: É o que está na Constituição.

Esse é um poder educação. Essa é uma obrigação do estado de cooperar. E, portanto, desse ponto de vista, o que não pode prevalecer é, sobretudo, a questão de numa situação de conflito entre interesses e direitos constitucionalmente tutelados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é essa a questão!

O Orador: ... dizer que é um órgão da escola que decide qual o interesse que prevalece. Isso não pode ser.

Deputada Ana Luis (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é inconstitucional! Isso viola tudo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é essa a interpretação!

O Orador: E tem mais um gravíssimo problema.

Nós temos cerca de 40 unidades orgânicas no nosso sistema de ensino. Se cada uma decide da sua forma – e é perfeitamente legítimo e razoável que isso possa acontecer – onde é que está a segurança numa matéria dessa delicadeza?! Não está.

Indo ao caso concreto, Sra. Deputada, quando houver um conflito entre a pretensão dos pais e a pretensão da escola - refiro-me à posição técnica daquilo que deve ser feito - esse interesse e esse conflito deve ser composto através dos tribunais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, porque são centenas!

A Oradora: ... não dando primazia à administração para dizer que os direitos dos pais não valem, nem devem prevalecer.

Do ponto de vista concreto, a diferença é óbvia.

Os senhores acham que nesta situação, é uma entidade da administração que deve decidir de que forma é que se compõe aquele conflito de interesses. Nós achamos que são os tribunais.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chegados a este ponto do debate, e apesar da bancada do Partido Socialista na ter tempo, não podemos deixar de dizer que não concordamos com esta posição do PS, na medida em que até parece que no diploma que está a ser discutido, os pais são postos completamente à parte e estão a ser, como dizia ontem o Deputado Rodolfo Franca, *marginalizados* em todo este processo, quando o próprio diploma prevê a participação dos pais e encarregados de educação em todo o processo, a participarem nas reuniões multidisciplinares...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... a participarem no processo de elaboração e de avaliação, podendo solicitar a revisão do relatório técnico-pedagógico e do programa educativo individual (quando eles se aplicarem), a consultarem o processo e a terem acesso à informação.

E, como tal, os pais são parte integrante de todo este processo.

O que acontece é que há um parecer que é vinculativo pelo conselho pedagógico, onde os pais estão representados e emitem a sua opinião (no conselho pedagógico) e é este parecer que é vinculativo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó senhora não é um problema de opinião!

A Oradora: E, portanto, não podem é chegar aqui e fazer parecer que este diploma coloca os pais completamente à margem de todo este processo que se pretende com a educação inclusiva. E não é isso que está aqui visto, para além de que estes técnicos e este parecer emitido pelo conselho pedagógico, que é vinculativo e que advém de um trabalho feito por uma equipa multidisciplinar de professores, psicólogos e vários técnicos que estão a acompanhar o processo do aluno, que estão a fazer o melhor para quele aluno. E até parece que estamos a pôr aqui em causa aquilo que vai ser o trabalho feito por esta equipa multidisciplinar, que não quer senão o superior interesse das crianças. O que quer é que a estas crianças seja garantida esta adaptação curricular, este ensino inclusivo, para que tenham a melhor aprendizagem possível. Mas os pais podem solicitar a revisão do relatório, podem participar nas reuniões e emitir a sua opinião. A intenção, sim, é trazer os pais à escola para que, todos juntos, tenhamos um processo mais participativo e para que todos juntos possam realmente alcançar o melhor para as crianças, porque senão, até se tinha mantido aquilo que está na República que é os pais nem podem participar nas reuniões multidisciplinares. Mas não foi isso que se fez aqui.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: E, portanto, para onde se a levar esta questão e querem passar uma imagem que não é a imagem verdadeira do que está versado neste diploma, é exatamente a participação ativa dos pais em todo o processo.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ora bem, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, certamente não tem a experiência que alguns docentes desta Casa tem, porque não teve funções numa escola, mas se tivesse iria perceber que em todas as escolas temos imensas crianças...

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora é a única pessoa habilitada a falar aqui dentro!

A Oradora: Não sou a única, mas sou **uma das**.

Há imensas crianças que necessitam de medidas para poderem fazer o seu percurso, de forma a também desenvolver aquelas que são as competências necessárias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ora, havendo um número significativo de crianças nessas condições, eu gostaria de perceber se então vamos mandar todos os casos para tribunal? Ou seja, sempre que haja uma discordância da parte dos pais, mande-se para o tribunal. E se calhar a criança ou jovem até acaba a escolaridade obrigatória ainda sem resposta, não é? Portanto, faz o seu percurso inteiro à espera de uma resposta do tribunal.

Ora, aqui nós não estamos a incluir, nós estamos a excluir.

Portanto, aquilo que nós percebemos da sua intervenção, da intervenção da bancada do Partido Socialista, é que estão completamente contra a inclusão. Estão a favor da exclusão.

Deputados João Bruto da Costa e Paulo Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Estão a favor da exclusão.

Não confiam no trabalho feito pelos profissionais especialistas que temos nas escolas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, isto demonstra claramente que não confiam no trabalho que é desenvolvido e quando esta avaliação é feita, é feita por um conjunto de profissionais. Não é por uma pessoa só.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas eu não estou dizendo o contrário.

A Oradora: Portanto, é um conjunto de profissionais que aponta aquilo que são as medidas que devem ser levadas a cabo. E isso mostra claramente que estão contra aquilo que é o trabalho desenvolvido por estes profissionais.

Para além disso, já foi aqui provado por A mais B que os pais têm participação, têm assento no conselho pedagógico, na comissão permanente, ou seja, eles estão presentes nos momentos em que as decisões são tomadas e acompanham todo o processo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas não é isso que está em causa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Este é o maior erro político da sua carreira!

A Oradora: Portanto nós não podemos obviamente, estar de acordo com a vossa proposta e com a vossa forma de encarar o problema, até porque tiveram oportunidade de apresentar aqui propostas de alteração, e apresentam, mas em nada resolvem o problema, porque na vossa proposta só obtida a concordância dos pais ou encarregados de educação é que isto será submetido à homologação pelo novo presidente do conselho executivo, depois de ouvido o conselho pedagógico.

Portanto, isto não nos traz nada de novo, não resolve o problema, isto complica o problema. E aquilo que nós queremos fazer nas nossas escolas é atuar em defesa dos nossos alunos. É para isso que nós lá estamos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Rodolfo Franca (PS): Isso cria problemas que **hoje** não existem, é completamente o contrário!

A Oradora: Isto que os senhores propõem cria obstáculos ao desenvolvimento e àquilo que nós pretendemos fazer nas escolas que é, de facto, ir ao encontro das necessidades dos alunos.

A escola tem esse dever.

A escola está a fazer o seu caminho e os senhores têm de deixar a escola trabalhar em prol das crianças que lá estão.

Obrigada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas ninguém está contra isso!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que vou ser um bocado *advogado do diabo* e até mesmo eu tenho propostas de alteração relativamente a esta iniciativa. Mas vou citar o Artigo 47º do Estatuto do Aluno e Ética Escolar:

“Quando se verifica a oposição dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de fato do aluno, à intervenção da escola no âmbito da competência referida nos números anteriores, o diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada deve comunicar imediatamente a situação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens com competência na área de residência do aluno ou, no caso desta não se encontrar instalada, ao magistrado do Ministério Público junto do Tribunal competente”.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem razão neste aspeto...

Deputado Nuno Barata (IL): Claro que tem razão!!

O Orador: ... apesar de eu estar até contradizer-me a mim mesmo com as minhas propostas de alteração.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó senhor, mas isso não impede nada, rigorosamente nada! Acaba de nos dar razão!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Até que me provem o contrário, eu estou sempre em crer que ninguém quer melhor para os para as crianças do que os pais dessas mesmas crianças, até que me provem o contrário. E muito mal estará uma equipa multidisciplinar de uma escola, se não conseguir convencer os pais da criança - aqueles que mais bem querem às crianças - de que aquela criança precisa de um cuidado especial, de uma atenção especial naquele que é o seu percurso escolar.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, muito mal estará essa equipa multidisciplinar. Esta é a minha convicção.

Eu percebo as explicações do Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Percebo também que o equilíbrio de poderes nesta situação é muito importante. Eu percebo aquilo que o senhor explicou, ou seja, numa situação de haver divergência de opiniões, será o pai quem terá de provar nos tribunais que não quer aquele tipo de ensino para o filho, que não quer aquele acompanhamento escolar.

Eu acho que isso é mau.

Acho que qualquer equipa multidisciplinar terá com certeza capacidade, com os vários técnicos de que dispõe, para ensinar e fazer ver aos pais que o filho daquele casal precisa daquele apoio.

Portanto, até parece-me, pelas intervenções que foram feitas aqui, que há uma inversão de papéis, ou seja, normalmente a esquerda é que defende o estado acima de tudo; e agora estou a ver o contrário, ou seja, estou vendo, neste momento, a esquerda a defender os interesses dos pais e do agregado familiar numa situação destas e vem a direita dizer que não, que a escola é que manda e os pais só obedecem. E se não quiserem concordar que vão para os tribunais e quando o assunto estiver resolvido está.

Eu acho que está mal.

Este assunto merece melhor reflexão porque, acima de tudo, temos que dar uma mensagem de confiança aos pais de que aquilo que eles querem para os filhos normalmente é o melhor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Aí é que está o problema, o “normalmente”.

O Orador: E isto também faz parte, Sr. Deputado Joaquim Machado, de políticas de natalidade que é um voto de confiança às famílias.

Não se pode pensar que as equipas multidisciplinares sabem tudo e que os pais não sabem nada.

Portanto, eu tendo a concordar com a posição do Partido Socialista nesta situação, porque me parece que, em consciência e sem maniqueísmos, é a posição mais equilibrada.

Muito obrigado.

(Apartes impercetíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que estamos aqui a discutir coisas diferentes.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro ou não se explica bem, ou a bancada do Governo de Coligação não quer perceber aquilo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse.

Diz a Sra. Deputada Dália Melo “deixem a escola trabalhar”.

Deve ser a mesma escola que em outubro teve um caso desses entre mãos e que só ontem veio a público e por via das televisões, porque a escola não fez o seu trabalho como deve ser!

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Não é verdade!

O Orador: Nós deixamos a escola trabalhar - não é isso que está aqui em causa.

O que está aqui em causa é que o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, entendem-se muito bem em sede de revisão constitucional, no que concerne a direitos, liberdades e garantias - estão prontinhos para tirá-las. Agora aqui, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e bem, encontrou uma situação diferente. E protege-se aqui as famílias, em sede de direitos, liberdades e garantias, em caso de conflito. Ninguém

está contra a escola interferir nestes alunos, ninguém está contra as tais comissões técnicas interferirem nestes anos.

O que se passa aqui é diferente. É que em caso de conflito, cabe aos pais recorrerem aos tribunais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é isso que está na proposta do PS. O senhor não leu.

O Orador: E o que a Constituição diz é que em caso de conflito, deve caber à escola recorrer aos tribunais e não aos pais, para não acontecer precisamente aquilo que aconteceu com o exemplo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão aqui trouxe de que as famílias levaram de 2018 a 2022 para ter uma solução e para o tribunal lhes dar razão. Percebem?

A questão é mesmo essa. É inverter quem é que tem a responsabilidade de recorrer ao tribunal para esta função. É isso que está aqui em causa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não tem nada a ver, Sr. Deputado!

O Orador: Então o Sr. Deputado Bruno da Costa que vá alterar a redação do diploma para não ter nada a ver com isso.

Em caso de conflito, têm que ser os pais a ir a correr aos tribunais dizer “Eu não quero que a escola se meta nesse assunto!”.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Mas porquê?!

O Orador: E isso não pode ser. Tem que ser a escola a dizer “este assunto é complicado” e o tribunal é que vai dizer se é a escola ou se são os pais que vão resolver o assunto. Essa é que é a questão que está aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir, não obstante estar o Grupo Parlamentar do PSD já ter dado a sua posição com toda a clareza por parte da Sra. Deputada Délia Melo, mas porque eu também - permitam-me – tenho alguma experiência a lidar com questões ligadas à problemática das crianças, não só inseridas em contextos difíceis, mas elas próprias com contextos difíceis.

Nós estamos aqui a tratar da relação da escola , o principal ativo de desenvolvimento, muitas vezes, de crianças que não têm outro impulsionador do seu desenvolvimento pessoal.

Estamos a falar de um diploma que trata da escola agir com procedimentos que até são mais favoráveis, em termos da sua relação com o agregado familiar, do que aquilo que está previsto no continente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não.

O Orador: Que há a participação, inclusivamente, dos pais na equipa multidisciplinar permanente em todas as decisões em que estejam envolvidos os seus educandos. Estamos a falar de incluir crianças das quais são identificadas questões e particularidades que exigem uma atuação diferenciada, como promotora do seu desenvolvimento pessoal. Não estamos a falar *politiquês*; estamos de crianças que não podem esbarrar, muitas vezes, na incompreensão de parte a parte - também aceito.

Deputado Nuno Barata (IL): Ah, de parte a parte!

O Orador: Mas a criança não pode ficar esbarrada naquele momento. Tem que haver uma prevalência de uma decisão. E tal como em todas as situações em que qualquer um dos Srs. Deputados, qualquer um dos cidadãos desta Região, não concorda com a forma como a escola lida com os seus educandos, tem os meios corretos e adequados para suscitar a legalidade ou a correção das decisões da escola.

Deputado Pedro Neves (PAN): E vice-versa!

O Orador: O que não podemos é neste diploma e neste assunto – Sr. Deputado Vasco Cordeiro - como noutros, aliás, mas neste assunto, sobretudo, impedir que a escola

faça o seu trabalho de desenvolvimento diferenciado daquelas crianças que precisam de um apoio especializado para a sua promoção pessoal.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor já não tem crianças na escola.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

(*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos todos de acordo que estamos à procura da melhor proposta possível, estou a citá-lo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Pena é que não tenhamos utilizado esta discussão noutra instância.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Foi falado!

A Oradora: As comissões devem servir para o trabalho técnico que não aqui este debate. Este debate tem lugar nesta Casa - não estou a questioná-lo que o façamos aqui - só estou a dizer que seria muitíssimo importante que o pudéssemos fazer em sede de Comissão.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Isso foi falado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A senhora foi questionada.

Deputado João Vasco Costa (PS): E foi feito!

A Oradora: Não estou a obstar ao que acontece aqui, mas à sede de Comissão.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a escola colabora com os pais e os pais colaboram com a escola. É esta relação biunívoca que tem de acontecer.

O que não pode acontecer em circunstância alguma – é a questão do princípio - é atermo-nos ao primado da supremacia dos pais, como o Sr. Deputado disse.

O senhor disse que os pais não podiam ficar privados da *supremacia do seu poder*. E aqui é que está o problema. E é o próprio Tribunal Europeu dos Direitos do Homem que, em várias decisões, refere claramente no que concerne, inclusivamente, o Tribunal Europeu é o princípio da supremacia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É o Tribunal!

A Oradora: Não é decisão casuística, Sr. Deputado. É o princípio da supremacia. É o próprio Tribunal, Europeu dos Direitos do Homem, que o Sr. Deputado com certeza respeita tanto quanto eu, que determina em várias circunstâncias que não se pode colocar em circunstância alguma, a supremacia do poder parental, quando estejam em causa os direitos das crianças e a violação da Convenção dos Direitos das Crianças.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Bem lembrado.

A Oradora: E é precisamente isto que aqui está em causa, Sras. e Srs. Deputados, são as circunstâncias em que não haja uma fundamentação, que após um parecer técnico numa Comissão em que os pais participam...

Deputado João Vasco Costa (PS): Participam, mas podem não discordar!

A Oradora: ... não são só ouvidos – eles participam em todo o processo, após fundamentarem a sua posição, é feita uma avaliação por um outro órgão, o órgão máximo com competência pedagógica na escola e, posteriormente a isso, há ainda uma homologação pelo Conselho Executivo, que faz a verificação de todo o processo. E é nestas circunstâncias em que se verifique que está em causa o direito das crianças, que se coloca aqui a hipótese da escola poder prosseguir com a sua ação, matéria que, aliás, está já vertida na legislação das nossas escolas. O regime educativo especial, na sua legislação em vigor, no Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica dos alunos que foi revisto aquando do vosso Governo, mantém inúmeras situações em que apenas são ouvidos os encarregados de educação, nem sequer é uma questão de parecer, são ouvidos. E, portanto, o que aqui está claramente não só não viola

qualquer direito, liberdade e garantia, nem o princípio da constitucionalidade, como, por outro lado, já encontra expressão à luz da lei daquilo que acontece e que é a gestão das nossas escolas atualmente.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então começar por votar na generalidade, esta **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 35/XII** – “Aprova o modelo de educação inclusiva”.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 35/XII** foi aprovada, na votação na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: O Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente é para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Está concedido. Voltamos às 16h35.

Eram 16 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 35 minutos.

Presidente: Vamos iniciar então o debate e a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos iniciar as votações dos primeiros quatro artigos do diploma que não foram alvo de alterações.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação, os 1º, 2º, 3º e 4º Artigos do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao Artigo 5º, há uma proposta de aditamento de uma alínea f), proposta pelo PAN e que coloco à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos de abstenção do PSD, bem como 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Há uma proposta de alteração do PS para o nº5 que coloco à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação teve um resultado de empate, registando 25 votos a favor do PS, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, e 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM e 1 voto de abstenção do CHEGA.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de alteração do PS ao nº5 do Artigo 5º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com o resultado de empate na 2ª votação, registando 25 votos a favor do PS, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, e 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM e 1 voto de abstenção do CHEGA.

Presidente: A próxima proposta é de aditamento de um nº6 ao Artigo 5º, apresentada pelo PAN.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de a aditamento colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do PAN e 25 votos de abstenção do PS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o Artigo 5º com as duas propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 5º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um Artigo 5º-A a proposto pelo PAN.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação, foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CHEGA, 1 Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 Deputado Independente, 21 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação o Artigo 6º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 6º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Artigo 7º tem uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao nº3. É essa proposta que coloco à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM e 1 do CHEGA, 25 a favor do PS, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Passamos à votação dos nºs. 1, 2 e 4 do Artigo 7º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os números colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está a votação nº3 do Artigo 7º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O nº3 do Artigo 7º colocado à votação, foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM e 1 do CHEGA e 25 votos contra do PS e 1 da Iniciativa Liberal, 1 abstenção do PAN e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Os próximos 3 artigos não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os Artigos 8º, 9º e 10º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 11º há uma primeira proposta de aditamento dum a alínea e) ao nº2 do Artigo 11º, apresentada pelo PAN.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao nº3 do Artigo 11º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do CHEGA.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento um novo nº4 ao Artigo 11º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 Deputado Independente, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do CHEGA.

Presidente: Vamos votar o Artigo 11º com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 11º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Artigos 12º, 13º, 14º, 15º e 16º não foram alvo de propostas de alteração.

Posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os Artigos 12º, 13º, 14º, 15º e 16º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os Artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 17º, para o qual há uma primeira proposta de alteração do Partido Socialista, à alínea c) do nº1 do Artigo 17º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea e) ao nº1 do Artigo 17º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do CHEGA e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea e) ao nº 1 do Artigo 17º apresentada pelo PAN.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 17º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 17º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 18º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 18º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Artigo 19º tem uma primeira proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, ao nº1.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS e 2 PPM.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um novo nº2 ao Artigo 19º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e um Deputado Independente, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do CHEGA e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Artigo 19º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 19º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação o Artigo 20º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 20º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração do Proémio do nº1 do Artigo 21º, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Colocamos à votação o Artigo 21º com esta alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 21º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de aditamento do nº4 e nº5, apresentadas pelo Partido Socialista, ao Artigo 22º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Votamos agora o Artigo 22º com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 22º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Para o Artigo 23º. há uma proposta de aditamento da alínea e) ao nº1 do Artigo 23º apresentada pelo PAN. É essa proposta que coloco à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Votamos agora o Artigo 23º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 23º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 24º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 24º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação uma proposta de aditamento do Artigo 24º-A, apresentada pelo PAN.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Os próximos 4 artigos do diploma não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Então estão à votação os Artigos 25º, 26º, 27º e 28º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 29º há duas propostas de alteração do Partido Socialista. Posso colocá-las à votação em conjunto?

Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista aos n.ºs. 6 e 7 do Artigo 29.º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE e 2 do PPM.

Presidente: Passamos a uma proposta de aditamento apresentada pelo PAN, de um n.º10 ao Artigo 29.º que ainda não tinha sido colocada à votação e que eu coloco agora.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 25 votos de abstenção do PS e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Agora sim, vamos votar o Artigo 29.º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 29.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Avançamos para o Artigo 30.º do diploma.

A proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º2 do Artigo 30.º está à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração ao Artigo 30.º colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Colocamos agora à votação o Artigo 30º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Posso colocar os Artigos 31º e 32º à votação em conjunto?

Estão à votação os Artigos 31º e 32º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os Artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Há uma proposta de aditamento ao Artigo 33º, numa alínea 1) ao nº2, apresentada pelo PAN. Está à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação, foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM, 2 a favor do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado para uma interpelação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Sr. Deputado, nós estamos quase a terminar a votação.

(O Deputado Paulo Estêvão dá indicação de que pretende o intervalo de 30 minutos)

Presidente: É regimental. Regressamos às 17h50.

Eram 17 horas e 19 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, nós estávamos a votar o Artigo 33°. Falta-nos votar a segunda proposta de alteração a esse artigo que é apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM. É uma proposta de aditamento duma alínea h) do nº5 do Artigo 33°. E é esta proposta que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 33° do diploma, com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 33° colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os próximos 4 artigos não foram alvo de propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Portanto, estão à votação os Artigos 34°, 35°, 36° e 37° do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: O Artigo 38° tem uma proposta de alteração do Partido Socialista que vou colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 38° com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 38° colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Peço desculpa, esqueci-me de uma proposta de aditamento a este Artigo 38º.

Há uma proposta de aditamento de um nº2 apresentada pelo PAN que tem que ser votada antes do artigo. É essa proposta de aditamento que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Agora, sim, está à votação o Artigo 38º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 38º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 39º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 39º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao Artigo 40º, está à votação uma proposta de eliminação do nº3, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 40º do diploma com esta proposta que acabámos de eliminar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 40º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento de um Artigo 40º-A apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento dum Artigo 40º-A apresentado pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Para o Artigo 41º há uma proposta de aditamento de uma alínea d), apresentada pelo Partido Socialista e que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 41º com esta proposta de aditamento que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 41º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e pelo PPM ao Artigo 42º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 42º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 42º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 35/XII** foi aprovada por unanimidade em votação final global.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente esta Proposta de DLR porque, de facto, estabelece um conjunto de princípios e de premissas que assentam numa pedagogia e numa abordagem metodológica diferenciada para ir ao encontro das necessidades de todos os alunos.

Lamentamos a introdução de algumas alterações, porque consideramos que aquilo que acaba por sair daqui, não é exatamente aquilo que será o mais benéfico para as escolas e para os alunos. Diria até que algumas das propostas de alteração foram analisadas, ou pelo menos interpretadas, talvez de ânimo leve em determinadas situações. E aponto uma muito particular que é grave - diria até muito grave - ou até ilegal. Ao votarem favoravelmente a participação de um representante dos pais e encarregados de educação numa Comissão Permanente, constitui algo que é de extrema gravidade, porque há assuntos sigilosos que são tratados relativos a todos os alunos e que assim, não é só o pai ou encarregado de educação daquele aluno em particular, mas sim dos alunos todos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nos outros órgãos os pais ou encarregados de educação saem.

Deputado Rodolfo Franca (PS): E no conselho pedagógico e na assembleia de escola?

A Oradora: Mas não é isso que está aqui dito.

Portanto, houve aqui a introdução desta vossa proposta, mas é o Partido Socialista que fica com o ónus de ferir de ilegalidade este diploma que depois será analisado por quem de direito e veremos se haverá aqui alguma alteração.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Obviamente que tudo faremos para termos aqui uma educação inclusiva, melhor do que aquela, ou pelo menos tentámos melhorar para ir ao encontro das necessidades de alunos e para fazer melhor do que aquilo que era feito no passado, embora tenhamos de facto esses obstáculos e condicionalismos que foram aqui colocados neste diploma que foi hoje aprovado, o que não era aquilo que nós realmente almejávamos, mas precisávamos efetivamente dum diploma de educação inclusiva e este também tem muitos pontos positivos.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) Deputada Vera Pires (BE): O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta Proposta e deixamos também aqui um compromisso que é o de acompanhar e fiscalizar a aplicação da lei, porque como ainda ontem nos ensinou o Sr. Vice-Presidente, o papel aceita tudo. E, portanto, iremos a cada momento verificar se o que foi decidido aqui em termos de lei, irá efetivamente passar à prática. E lembramos de novo que para passar à prática, é preciso um reforço de meios em relação aos que existem neste momento e que são claramente insuficientes.

Lembramos, ainda, que a inclusão constrói-se com decisões articuladas e abrangentes, não apenas na sala de aula, mas também na escola e em todo o sistema e estruturas.

Defendemos que a inclusão é um princípio que deve estar presente em todas as leis e nas diferentes dimensões do sistema educativo, motivando sempre mudanças e melhorias qualitativas.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS votou favoravelmente esta iniciativa.

No nosso entendimento, este é um passo importante na educação da nossa Região, a educação inclusiva que é algo que efetivamente tinha que acontecer, por forma a conseguirmos chegar a mais alunos, chegarmos de forma diferenciada às especificidades de cada aluno, fazendo com que estes estejam motivados para aprender e consigam o sucesso educativo que todos pretendemos.

Com este documento aprovado, a verdade é que nos parece que ficaram algumas incoerências, exatamente na medida em que com a aprovação da proposta de alteração no Artigo 17º - com um representante dos pais e encarregados de educação na Comissão Permanente, uma Comissão que avalia informação sigilosa de cada aluno, tais como processos da comissão de menores, relatórios médicos e por aí fora, parece-nos que ficando com a redação inicial, em que estaria presente nesta Comissão apenas o pai ou encarregado de educação daquele aluno para só ele ter acesso a esta informação, esta alteração não beneficiou este diploma, no sentido de que estamos a falar de informação sigilosa que agora, da forma como ficou, o representante dos pais poderá ter acesso a essa informação (sigilosa) de vários alunos. E parece-nos que isso não contribuiu para a melhor aplicação deste diploma e para o sigilo que tem de existir nestas matérias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: De qualquer forma, parece-nos que este é um passo significativo na nossa Região. A educação inclusiva, que já era uma realidade nalgumas escolas, passa a estar em todo o nosso sistema educativo, em todas as nossas escolas.

Estamos convictos de que vai ser dada continuidade a este trabalho de reforço de recursos humanos, de materiais, da formação que também é necessária, para que realmente esta educação inclusiva seja uma realidade na nossa Região, principalmente tendo sempre em vista o superior interesse dos nossos alunos.

Deputados Rui Martins (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM votou favoravelmente esta iniciativa, porque consideramos que é fundamental que o nosso sistema educativo seja um sistema (educativo) inclusivo.

Um sistema que dê respostas a todos, a todas as dificuldades e um sistema que garanta a igualdade de oportunidades. Isso é fundamental e isso só se pode fazer com uma educação inclusiva e com um conjunto de mecanismos que nós aqui criámos, para que seja possível nas nossas escolas dar esta igualdade de oportunidades que é um imperativo deste Parlamento, é um imperativo do nosso sistema político e cívico.

Considero, no entanto, que há duas alterações introduzidas pelo maior partido da oposição – o Partido Socialista - que criam um conjunto de problemas graves, muito graves. Têm a ver, sobretudo, com um representante dos pais e encarregados de educação, no âmbito da Comissão Permanente que podem outros Deputados dizer “bom, mas esses representantes também estão no conselho pedagógico e na assembleia de escola”, sim, mas esse regime jurídico estabelece que no caso em que são debatidas informações sigilosas sobre os alunos, esse

representante dos pais e encarregados de educação não pode lá estar, só podem os docentes. E isso é muito significativo.

O que o Partido Socialista estabeleceu foi que, partir de agora, no âmbito da Comissão Permanente, podem estar os representantes dos encarregados de educação, e outros pais, que vão ouvir, vão ler e analisar relatórios médicos dos psicólogos, por exemplo, sobre os filhos de outros pais.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é muito mau!

O Orador: Isto é grave. É ilegal.

É grave que se faça isto no nosso sistema educativo e a culpa, a irresponsabilidade é de quem apresentou esta iniciativa, o que significa um retrocesso tremendo para o nosso sistema educativo.

Eu empenho-me, o PPM empenha-se, em lutar, desde já, desde o primeiro dia, para que a inclusão deste mecanismo que permite que a vida dos alunos seja devassada por outros que não os encarregados de educação desse aluno, possa ser alterado no mais curto espaço de tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Nuno Barata (IL): Isso não é assim! Isso é demagogia!

O Orador: E também vos posso dizer que significa um retrocesso grande, muito significativo – e é mais uma vez proposta do Partido Socialista – que dezenas de alunos (podem ser centenas) não tenham um relatório técnico-pedagógico que esteja a ser concretizado nas suas escolas...

Deputado Nuno Barata (IL): Isto já não é o debate.

O Orador: Não, Sr. Deputado, eu estou a explicar aquela que é a minha posição aos açorianos.

Apesar das alterações que foram feitas, este foi o sentido de voto do PPM e eu estou a explicar que apesar destas duas alterações com que discordo e que terão efeitos graves, eu aqui quero alertar os açorianos para a irresponsabilidade daquilo

que foi feito, para a ilegalidade daquilo que foi feito e, mais do que isso, também o retrocesso civilizacional que tudo isto significa.

Deputado João Vasco Costa (PS): E a democracia?

O Orador: Eu acredito – e termino, Sr. Presidente - numa sociedade em que a Assembleia Legislativa, o Governo, os órgãos de Governo próprio da Região, as nossas escolas e as nossas instituições, temos a obrigação de fornecer a todos os nossos alunos, em especial àqueles que mais necessitam, todos os mecanismos para que possam superar dificuldades, para que possam ser auxiliados nas suas dificuldades, para que possam ter um apoio especializado. E isso, a partir de agora, não é um regime livre, porque pode ser bloqueado.

Eu considero que em nenhuma circunstância, uma criança deve deixar de ser ajudada pelo Estado e pela Região, para superar as suas dificuldades - em nenhuma circunstância isso pode suceder. E vai suceder a partir do momento em que - também pelo Partido Socialista - for introduzida esta alteração que tem um efeito, na minha perspetiva, bastante pernicioso na vida de muitos dos nossos jovens e em muitas das nossas crianças.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): E a democracia?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN votou favoravelmente este diploma, porque achamos à partida que estamos a ter uma evolução na Região Autónoma dos Açores, relativamente à inclusão na área educativa.

Houve propostas de alteração de vários partidos, nomeadamente da própria Coligação, do PS e do PAN.

Sobre aquilo de que se está a falar em relação ao representante do encarregado de educação dentro da Comissão Permanente, o PAN por acaso votou contra, tendo em conta que há regulamentação de proteção de dados, não vejo aqui que haja um grave problema, porque com essa regulamentação, esses dados até estão protegidos e será muito fácil, aliás, ultrapassar essa questão. Mas para o PAN, e apesar da votação ser favorável, também votei a proposta de alteração do PS, que tem a ver com algo que para o PAN é intrínseco, ou seja, tem a ver com o paternalismo do próprio Estado relativamente às pessoas, nomeadamente aos alunos. E meter os pais com um papel extremamente secundário relativamente à educação e à pedagogia dos próprios alunos. A mim, como deputado, faz-me confusão, por isso é que votei favoravelmente algumas propostas de alteração do PS, para que os encarregados de educação tenham obviamente uma voz ativa preponderante relativamente ao aluno. E até fomos atacados de ter conservadorismo, pois eu acho o contrário. Acho que imprimir um pulso forte da parte do Estado, até parece que estamos a falar do Estado Novo e faz-me um pouco de confusão ser o contrário. Mas foi votado favoravelmente e aquilo que nós queremos mesmo é que as exceções que temos nos Açores, sejam elas quais forem, tenham aqui um diploma que tem que ser implementado. Poderemos é ter um problema de quando será a implementação, será preciso uma adaptabilidade da parte dos nossos profissionais? Vamos ver, mas pelo menos temos este diploma e agora é só fazer o caminho que tem que ser percorrido, obviamente, pelo Governo que o tem de executar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luis.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou favoravelmente este diploma e contribuiu para a sua melhoria, porque, obviamente, enquanto partido que teve a responsabilidade de governação nos últimos anos, não podia deixar de participar na organização e no trabalho deste diploma.

Temos património do qual muito nos orgulhamos no âmbito da educação e, em particular, da educação inclusiva. Aliás, a Sra. Secretária, em sede de Comissão, realçou os seis projetos-piloto nesta área que estavam implementados na Região e, efetivamente, o Partido Socialista orgulha-se, ao longo da sua governação, de ter trabalhado afincadamente para abrir as portas das escolas a todos.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Àqueles que tinham mais ou menos dificuldades, àqueles que tinham maior ou menor capacidade de participar. E não só acolheu todos os alunos como, ao longo destes anos, tentou também que toda a comunidade educativa, sejam professores, colaboradores e funcionários das escolas, mas também os pais e encarregados de educação, fossem agentes ativos e participantes no percurso escolar dos seus filhos educandos.

Neste sentido, o Partido Socialista – e o PAN também - apresentou propostas de alteração que, no nosso entendimento, vieram melhorar e muito este diploma. Aliás, conseqüentemente àquilo também que foi o trabalho feito em Comissão, na altura própria e adequada, em que chamámos a atenção para algumas das questões que a nosso ver eram omissões graves neste diploma e, por isso, apresentámos proposta, aliás, o parecer da FAPA – um parecer bastante conseqüente e importante para a reflexão sobre essa matéria - realça precisamente as propostas de alteração, nomeadamente no âmbito da inclusão dos pais e encarregados de educação em todo o processo educativo dos seus filhos e educandos.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Agora, o Partido Socialista fez propostas de alteração, o PAN também fez, mas o Partido Socialista não tem a maioria neste Parlamento. As propostas foram aprovadas, porque acreditamos que a maioria dos Deputados com assento nesta Casa concordaram e entenderam que estas propostas vinham melhorar este diploma.

O que nos causa alguma estranheza é que aqueles que estão constantemente a falar da centralidade do Parlamento, que a partir de agora tudo se decide neste Parlamento...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: ... quando a decisão do mesmo não é conveniente, então já está tudo mal, aprovaram-se coisas erradas, coisas graves e é isto que não podemos aceitar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é que está mal, é **ilegal!**

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Deputada, trata-se de uma alínea!

A Oradora: A maioria deste Parlamento aprovou as propostas de alteração que entenderam que melhoravam esta iniciativa. Acreditamos que efetivamente a exclusão dos pais do processo educativo dos seus educandos era um erro grave, para além de incorrer num incumprimento até daquilo que vigora e que é um direito constitucional dos pais e encarregados de educação. E, por isso, não compreendemos como é que a Coligação vem agora levantar aqui uma questão, só para desviar as atenções para aquilo que verdadeiramente aconteceu neste Parlamento...

(Protestos impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: ... e que aliás, não é a primeira vez que acontece.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: A centralidade deste Parlamento não pode só ser boa e importante, quando são aprovadas as matérias que a Coligação entende ver aprovadas.

A centralidade deste Parlamento é importante para melhorar os diplomas que efetivamente muitas vezes chegam a esta Casa com necessidade de serem melhorados.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que diria a Sra. Deputada, se estivesse nesta bancada aqui deste lado?!

A Oradora: Por isso, nós votámos favoravelmente, não só o diploma, como também aquelas propostas de alteração que vinham melhorar e contribuir para efetivamente termos um diploma de educação inclusiva, mas que acolhe também os pais e encarregados de educação - para além de outras normas que foram aprovadas - no processo educativo dos seus filhos e educandos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que diria a Sra. Deputada Ana Luís quando estava nesta bancada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votei favoravelmente este Decreto Legislativo Regional, porque sempre tive a convicção de que, neste caso, o ensino inclusivo será da maior importância para as crianças dos Açores e, principalmente para aquelas que têm mais necessidades do que outras.

Não me incomodou nada votar favoravelmente as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista, porque reconheci nelas um direito humano; o direito dos pais participarem de forma ativa e determinante no ensino dos filhos.

Percebo que é um modelo mais justo e mais equilibrado, porque o que não falta ao Estado são instrumentos para fazer valer, quando assim for necessário, o seu poder naquilo que será o futuro do bem maior que são as crianças.

Sinceramente, não me incomodou nada o facto de ter sido aprovado aqui o direito dos representantes dos pais e encarregados de educação terem acesso a informação confidencial. E não me incomodou nada, porque reconheço nessas pessoas que, *pro bono* participam ativamente no futuro dos alunos daquelas escolas.

Portanto, se incomoda alguém o facto dessas pessoas terem acesso a informação confidencial, deve incomodar a essas mesmas pessoas a informação confidencial que está disponível de outras tantas pessoas, porque não podemos pensar aqui de forma grosseira que um representante dos pais e encarregados de educação, é alguém que vai facultar informação confidencial e sigilosa e (não) pensarmos que outro qualquer técnico não o pode fazer.

Portanto, não se pode ter uma visão redutora das pessoas que representam os pais e encarregados de educação das escolas da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Agora, sim, vamos avançar para o ponto 5 da nossa agenda que é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 64/XII** – “Funcionamento de cantinas e bufetes escolares”. Uma iniciativa que foi apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e do PPM e adotado em plenário pelo Grupo Parlamentar do PS.

Relativamente a esta iniciativa, foi também apresentada uma Proposta de Substituição pela Comissão de Assuntos Sociais, a qual será debatida, na generalidade, em conjunto com o texto do Projeto de Decreto Legislativo Regional nos termos dos números 4 e 5 do Artigo 136º do nosso Regimento.

Recebi a indicação de que não vão apresentar o diploma, por isso estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

(*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No Plano e Orçamento para este ano que foi aprovado e está publicado, a inscrição que fizemos de um aumento de 22% na Ação Social Escolar, precisamente por entendermos que face à crise inflacionista, faria todo o sentido que fosse o Governo Regional a conter esse aumento inflacionista com a proteção das nossas famílias. E, portanto, o princípio da proteção das famílias foi acautelado – no que concerne a Ação Social Escolar - no Plano e Orçamento para 2023.

Contudo, com as propostas que aqui estão em cima da mesa, é nosso entendimento que fica claramente violada a Lei Travão, uma vez que há inexequibilidade do próprio Orçamento no que se refere à aplicação destas mesmas medidas.

Deputado Berto Messias (PS): Mas isso não é a Sra. Secretária que decide!

A Oradora: Dito isto, e porque para além desta questão também subsistem outras questões relacionadas com a segurança e a qualidade alimentar - feita a apresentação desta posição, de início, gostaria também de pronunciar-me quanto às questões de sensibilização e educação alimentar.

Já há vários anos que a Direção Regional de Educação - agora Direção Regional de Administração Educativa - elabora manuais saudáveis para os refeitórios e os bufetes. Isto tem que ser o centro da nossa ação, a educação alimentar, e vamos continuar a fazê-lo e estamos a trabalhar, neste momento, para incluirmos também nestas normas o combate ao desperdício alimentar. Temos uma equipa na Direção Regional a trabalhar precisamente para isto.

Queria também sensibilizar as Sras. e Srs. Deputados - se me permite, Sr. Presidente - para os efeitos da proibição em excesso, ou seja, aquilo que pode

causar é que os nossos alunos, ao não poderem levar consigo alguns alimentos e comer na escola esses alimentos que trazem de casa, que isso possa levar a que os alunos saiam da escola e que o façam na mesma noutras situações de maior insegurança. E, portanto, é uma questão de equilíbrio para que apelo esta Casa para que tenha em consideração, naquilo que concerne aos alimentos, que são ou não permitidos nas nossas escolas.

Para além disso, no que respeita às condições dos nossos refeitórios e bufetes, também informamos a Assembleia de que temos em permanente trabalho – e já de há vários anos – uma equipa de nutricionistas que faz a fiscalização das condições das nossas cantinas e bufetes, bem como a formação dos próprios intervenientes. E esta é uma questão em especial quanto às condições de higienização e também da disponibilidade de alimentos que decorre deste trabalho que é feito em regime de constância.

Para terminar, dar nota à Assembleia de que nós fizemos um relatório de avaliação da satisfação dos utilizadores dos serviços das refeições escolares no ano de 2021/2022, que está devidamente publicitado na página da Direção Regional e em que foram questionados e participaram 88 estabelecimentos de todas as ilhas da nossa Região. E aqui, gostaria de partilhar alguns dados que, como disse, são públicos e são dados francamente positivos:

No 1º ciclo cerca de 75% dos alunos gostam de sopa; cerca de 92% gostam do prato principal; e 94% gostam de sobremesa.

Esta tendência também acontece nas escolas básicas e secundárias: 70% gostam de sopa; cerca de 80% gostam do prato principal; e 84,6% gostam da sobremesa.

Este é o parecer que nos foi apresentado pelos próprios alunos que são os consumidores nas nossas escolas e que gostaria de partilhar convosco, para que nas decisões que forem tomadas, possam ter estes dados em consideração.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Presidente, permita-me que em jeito de introdução, nesta primeira vez que uso da palavra no âmbito deste ponto da nossa agenda, que lhe diga que eu acho que não fez a melhor condução dos trabalhos neste momento, porque, efetivamente, dirigiu-se à bancada do Partido Socialista para saber se queria fazer a apresentação do diploma que, originalmente, é também de 3 partidos que aqui estão representados.

Deputado Carlos Silva (PS): Leva a bola para casa!

O Orador: Eu fiz indicação de que queria usar da palavra, alguém da Mesa verificou e não lhe comunicou. E, portanto, acho também que não está muito bem auxiliado, mas seguramente isso há-de ser melhorado em situações seguintes.

Deputado Berto Messias (PS): Que horror! O que ele inventa para disfarçar as trapalhadas da CAS!

Deputada Andreia Costa (PS): Que horror!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isto não é uma proposta conjunta.

O Orador: Dito isto, gostava de dizer a propósito desta iniciativa legislativa, que é uma iniciativa legislativa do PSD, CDS e PPM, que deu entrada nesta Assembleia em julho e que tem por objetivo baixar o custo das refeições escolares.

De facto, esta matéria das refeições escolares está regulada por um diploma de 2007. O tempo decorrido daí para cá, naturalmente que aconselha, requer, a introdução de alterações que possa adequar os princípios e os critérios às circunstâncias dos dias em que vivemos.

Na origem da motivação para apresentação deste diploma, também está o facto dos Açores, infelizmente, registarem uma das taxas de pobreza e de exclusão

social mais elevadas no nosso país. E isso tem evidentes reflexos no ensino, onde sensivelmente 60% dos alunos são beneficiários da Ação Social Escolar - praticamente dois em cada três alunos.

Tivemos também presente, ainda, os efeitos da pandemia que, naturalmente, vulnerabilizaram ainda mais aqueles que social e economicamente são mais frágeis. E depois disso, ainda nos chegou os efeitos de uma inflação galopante que, não tendo naturalmente - como sabemos - origem na nossa Região, apoquentas as nossas famílias.

Em face disto e conjugando tudo isto com a intenção do Governo Regional, no seu programa, de reforçar as capacidades de resposta no âmbito das políticas de combate à pobreza e exclusão dos mais vulneráveis, naturalmente que fazia, e faz todo o sentido, de que pela primeira vez, em 46 anos de autonomia, possamos baixar o preço das refeições escolares nos Açores que também, deve-se dizer a este propósito, são das mais altas do país.

Em alguns períodos dos últimos 15 anos, as refeições escolares para a escolaridade obrigatória nos Açores, chegaram a ser mais caras do que em muitas das universidades do nosso país.

A medida que agora está aqui a discussão e sujeita à votação do Parlamento, entre outras coisas, faz com que se baixe, em termos médios, o custo da refeição em 23%, sendo que relativamente aos alunos mais carenciados - àquilo que habitualmente se designa os alunos do primeiro escalão da Ação Social Escolar - essa descida é de 27%.

Isto significa que uma família de baixos recursos económicos com um filho integrado no primeiro escalão durante um ano escolar, vai poupar o equivalente a 45 refeições, ou seja, a 9 semanas de aulas. Mas esta é uma medida que não se destina apenas aos mais carenciados. É uma medida de natureza transversal, ou de alcance transversal, e que também vai incluir a chamada classe média que terá

uma poupança, no mínimo, do equivalente a 32 refeições, isto é, 1 mês e meio de aulas.

No conjunto, e a preços de hoje, esta medida representa uma poupança anual para as famílias dos Açores, superior a 250 mil euros.

Estamos profundamente convictos de que em boa hora tomámos esta iniciativa e de que ela vai efetivamente beneficiar muitas famílias da nossa Região.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado Joaquim Machado, permita-me que lhe diga uma coisa e que lhe lembre uma coisa:

Os Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e do PPM entregaram um requerimento para abdicar deste diploma. E, portanto, nem V. Exa. nem nenhum dos Deputados dessas bancadas, tinham precedência nenhuma...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é precedência nenhuma!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem, Sr. Presidente!

Presidente: ... para apresentação deste diploma que, neste momento, é da autoria do Partido Socialista, a quem dei a palavra para a sua apresentação. E a primeira pessoa que vi a pedir a palavra foi a Sra. Secretária e dei-lhe a palavra.

Sr. Deputado e colega Joaquim Machado, também não gostei das considerações que fez aos meus e aos nossos colegas da Mesa.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

Presidente: E não podia deixar de lhe dizer isto com toda a franqueza.

Não gostei das considerações que fez aos meus colegas que estão aqui a trabalhar e a dar o melhor de si para a condução destes trabalhos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para uma interpelação, faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Naturalmente para uma interpelação relativa à condução dos trabalhos, Sr. Presidente, porque nitidamente, V. Exa. - talvez o Sr. Deputado Joaquim Machado se tenha explicado mal da forma como disse que a Mesa não viu a sua inscrição.

Todos nós temos direito a errar, mas também todos nós não estamos isentos de crítica. E era só isso que eu queria sinalizar na inscrição do Sr. Deputado Joaquim Machado para este debate.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só isso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma intervenção.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quem ouvisse o Sr. Deputado Joaquim Machado e não estivesse atento ao desenrolar dos nossos trabalhos, até poderia pensar que esta era uma iniciativa do PSD, do CDS e do PPM.

Conforme V. Exa., Sr. Presidente, lembrou bem, os senhores retiraram esta Proposta. E qualquer coisa que o Sr. Deputado Joaquim Machado diga em abono desta Proposta, só reforça o mérito da decisão do Partido Socialista de a ter assumido...

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque se esta Proposta hoje vem a discussão neste plenário, se esta Proposta faz tudo aquilo que V. Exa. disse e muito mais, isso deve-se ao Partido Socialista tê-la assumido.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: *É o seu a seu dono.*

A Proposta foi apresentada pela primeira vez neste plenário, por iniciativa dos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS e do PPM.

A Proposta foi retirada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS e do PPM. E foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que a assumiu, que a trouxe a plenário, que recorreu de recurso atrás de recurso de decisões da Mesa, para garantir que esta Proposta, dando de barato todos os méritos que V. Exa. invocou para ela, hoje está aqui a ser debatida. *O seu a seu dono.*

Deputado João Bruto da Costa (PSD): *O seu a seu dono?!*

O Orador: A mim não me custa reconhecer que a Proposta inicial foi do PSD, do CDS e do PPM.

Tenho pena que custe tanto a V. Exa. reconhecer que se esta Proposta, hoje aqui está, se deve ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, do ponto de vista formal, eu não contesto nada do que o senhor acabou de dizer. Efetivamente, este diploma sendo apresentado em julho, com a tramitação que teve em sede de Comissão de Assuntos Sociais, e com

a sequência dos agendamentos dos nossos plenários, ficou com uma dificuldade processual - como o senhor sabe e há-de reconhecer - que era a sujeição à Lei-Travão. E isso foi manifestamente apresentado no último plenário, quando o diploma esteve para ser discutido. E perante essa circunstância, de facto, nós pedimos a retirada do diploma para resolver o problema da Norma-Travão,

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com uma resolução!

O Orador: ... com uma resolução que recomendasse ao Governo Regional exatamente fazer isto, porque não estava sujeito a esta Norma.

O Partido Socialista, também usando dum mecanismo regimental, adotou este diploma que nós retirámos.

Não há nada de novo, nem há *o mérito* que agora o Sr. Deputado Vasco Cordeiro quer ter nesta matéria de reduzir o preço das refeições escolares nos Açores em média 23%, porque - Sr. Deputado Vasco Cordeiro - o senhor anda e esteve em funções políticas com elevadas responsabilidades dezenas de anos com maiorias absolutas.

Portanto, o Partido Socialista teve 24 anos para baixar as refeições escolares nos Açores. Não baixou uma só vez. Mas não foram só os 24 anos. Foram 24 anos, mais 2 de oposição em que o senhor e o seu partido nunca julgaram necessário, nem pertinente, nem útil, baixar o preço das refeições escolares nos Açores.

Agora, por uma circunstância processual...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Processual?!

Não, por uma opção política!

O Orador: ...o senhor diz “bom, esta Proposta é do Partido Socialista”...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não! Eu não disse isso.

O Orador: ... mas acabou com a boca a desviar-se para a verdade. Sabe quando é que a boca lhe desviou para a verdade?

Quando disse *o seu a seu dono*.

Efetivamente, se o PSD, o CDS e o PPM alguma vez não tivessem tomado essa iniciativa, até hoje, o Partido Socialista a teria proposto aqui.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: E, portanto, o senhor hoje é uma espécie de *barriga de aluguer* deste diploma.

Deputado Berto Messias (PS): Mas o que é isto?!

O Orador: Tem os méritos que tem, mas há de convir que na origem daquilo que importa às famílias dos Açores que é terem, pela primeira vez em 46 anos de autonomia, refeições escolares mais baratas, isso deve-se a alguém e deve-se a quem tomou a iniciativa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Poderá parecer estranho se calhar a alguns dos colegas Deputados, mas eu queria mesmo falar da questão das refeições escolares. Mas já que o debate estava a correr para outro lado, eu gostaria de dizer - com permissão do Sr. Deputado Paulo Estêvão que há não sei se dias, se no mês passado, se ofendeu com a palavra “demagógica” e a considerou insultuosa, portanto retirando qualquer carga de insulto...

Deputado Rodolfo Franca (PS): Foi ontem.

A Oradora: Foi ontem?

É a minha cabeça de quase sexagenária!

(Risos da Deputada Andreia Cardoso)

Utilizando a palavra “demagógico” sem qualquer carga de insulto, porque não a tem efetivamente, eu gostaria de dizer ao nosso colega Deputado Joaquim Machado, que o seu discurso agora foi um bocadinho demagógico, pois ao ir buscar os méritos da paternidade deste diploma, foi buscar também os 24 anos da governação anterior e não reparou que os considerandos deste documento que foi aprovado em Comissão, fala da trajetória inflacionista, da pandemia e estas coisas, por acaso, não têm 20 anos de idade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora também não estava aí!

A Oradora: Portanto, faz todo o sentido aproveitar e reconhecer a conjuntura difícil que temos neste momento e avançar com isto - e o Bloco está de acordo com a diminuição do valor das refeições – mas custa um bocadinho ouvir, a propósito duma coisa de agora, que só não foi feita há 300 anos por isto, por aquilo e por aqueloutro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Parece-me ter a aprovação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, na minha utilização calma da palavra “demagógica”...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas eu nem sequer falei!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não falou, mas podia ter falado!

(Risos de alguns Deputados de diversas bancadas)

A Oradora: ... e, portanto, passo efetivamente ao que vale a pena referir que é aquilo que tem que ver com as refeições escolares e com as cantinas. E vamos então a disso.

A proposta aqui trazida hoje propõe, e bem, alterar os atuais valores das refeições escolares, tendo em conta a trajetória inflacionista que vivemos.

Com a iniciativa apresentada, os preços fixados para as refeições escolares, passarão realmente a ser inferiores aos praticados atualmente na nossa Região. E com isto o Bloco de Esquerda não poderia estar mais de acordo. No entanto, mesmo reconhecendo a importância de garantir uma redução no valor das refeições, não podemos esquecer que é igualmente da maior importância assegurar a sua qualidade e variedade.

É importante realçar que do ponto de vista nutricional, de saúde e até de combate às consequências das desigualdades sociais e da exclusão, as refeições escolares são fundamentais para muitas crianças, pois muitas vezes é na escola que elas podem ter a sua única refeição equilibrada do dia, sendo inquestionável o papel da nutrição no aproveitamento escolar.

As queixas de alunos e encarregados de educação relativamente às refeições fornecidas nas escolas são recorrentes, nomeadamente no que diz respeito à quantidade e à variedade dos produtos, mas também à sua qualidade.

É necessário urgente garantir essa qualidade, assegurando que as alunas e alunos açorianos tenham a uma alimentação que concorra para um crescimento e desenvolvimento saudáveis.

Para o Bloco de Esquerda, a principal razão para a menor qualidade das refeições escolares, prende-se com o facto de a sua confeção ser entregue a terceiros numa lógica apenas de redução de custos.

Nos cadernos de encargos dos concursos para o fornecimento de refeições, o critério predominante é o preço mais baixo, sendo este o que determina a adjudicação do serviço. Mas os critérios não podem ser reduzidos apenas ao preço. O preço mais baixo tem também custos de falta de qualidade que são pagos pelas crianças.

A gestão das cantinas das escolas públicas não pode ser um negócio. A qualidade tem de estar em primeiro lugar. Devem ser as escolas a confeccionar as refeições servidas nas suas cantinas, em vez deste serviço ser efetuado por empresas privadas mais preocupadas com o lucro do que com a qualidade. E a preocupação do Bloco, nesta matéria, não é sequer de hoje.

As refeições servidas nas cantinas escolares têm merecido a nossa atenção, quer com a denúncia de inúmeras situações de falta de qualidade, quer através da elaboração de iniciativas legislativas que foram procurando soluções.

O Bloco apresentou uma iniciativa para que fosse aferida a qualidade das refeições escolares, com o objetivo de perceber a situação nas cantinas das escolas públicas, proposta na altura reprovada pelo Partido Socialista.

Em 2015, apresentámos uma iniciativa para introduzir critérios de qualidade nutricional nas adjudicações dos contratos. E relembro que esta iniciativa foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PSD e do CDS-PP.

Em 2018 o Bloco apresentou uma proposta recomendando ao Governo Regional a criação das condições necessárias para que as unidades orgânicas da Região recuperassem a gestão dos refeitórios e cantinas e a conseqüente confeção das refeições escolares. Na altura, o PSD justificou o seu voto contra, referindo que a responsabilidade da qualidade das refeições não se devia ao facto de serem confeccionadas pelas próprias escolas ou concessionadas a privados, mas que provavelmente adviriam dos cadernos de encargos.

Frisamos de novo, baixar o preço da refeição escolar paga pelas famílias é muito importante, mas é preciso simultaneamente assegurar mais qualidade.

Acreditamos que estas duas alterações em conjunto, podem trazer de volta às cantinas muitos alunos e alunas que até aqui foram deixando de considerar esta hipótese.

Continuamos, portanto, a entender que o caminho deve passar pela gestão direta feita pela escola, com responsabilidade assumida, direta e exclusivamente pela tutela.

Defendemos que devem ser criadas as condições necessárias para que as escolas possam voltar a confeccionar as refeições nas suas próprias instalações. Deste modo, garantiremos que não só os preços pagos pela família, como também a qualidade das refeições escolares, serão responsabilidade da tutela.

Vão neste sentido, parte das propostas de alteração que apresentámos. Mas há ainda outros aspetos que consideramos que é importante que fiquem assegurados e expressos sem margem para dúvidas no diploma, nomeadamente a garantia de que os estabelecimentos escolares incluam, obrigatória diariamente, uma opção vegetariana completa nas ementas diárias. Esta é uma opção saudável que deve poder chegar não apenas ao público vegetariano, mas a toda a população escolar, garantindo adicionalmente maior variedade e possibilidade de escolha.

É pelo conjunto das razões expostas, que o Bloco de Esquerda apresenta as propostas de alteração ao diploma que vos foram distribuídas.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir mais no debate deste diploma. E confesso que já levo 6 meses de cansaço dele.

Mais do que perceber “quem é o pai da criança”, importa, hoje, e depois do debate que aqui aconteceu, perceber porque é que este processo chegou a este ponto. Porque é que nós estamos a discutir “quem é o pai da criança”.

É porque, de facto, (estamos a falar de refeições escolares) aquilo que nos foi apresentado em julho e que poderia ter obviado a uma necessidade, foi aquilo que

em alimentação se chama *junk food* legislativo. E foi por ser *junk food* legislativo que nós tivemos todo este tempo a tentar resolver um problema que tendo boas intenções da parte da Coligação do PSD, CDS e PPM, acabou não resolvendo o problema que queria resolver. E nesta medida, queria apenas deixar isto bem claro. Foi só porque o diploma não estava bem desenhado, não estava bem pensado, que nós demorámos de julho até agora, para ter a redução da refeições escolares das crianças legislado nesta Região.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Vera Pires:

(vejo que agora está acompanhada pela ilustre ex-Deputada Alexandra Manes):

Dirijo-me diretamente a si para lhe dizer que quando me chamam demagógico, fico ofendido, fico mesmo ofendido.

“Demagogia” significa *hipocrisia, falsidade*. Significa *poder despótico exercido em nome do povo*. Significa *manipulação das emoções populares em detrimento do uso de argumentos lógico ou racionais*.

Deputado Carlos Silva (PS): Até agora...

O Orador: Ora, este tipo de práticas - o discurso demagógico - é algo errado.

O que nós devemos fazer neste Parlamento, e em todas as circunstâncias das nossas vidas, é dizer a verdade. Não é tentar exaltar as emoções, os sentimentos das pessoas com factos falsos, com uma narrativa falsa. Não provocando os excessos das massas populares, excitando-as, para que elas possam agir de forma violenta ou menos racional.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde isto já vai!

O Orador: O que nós devemos fazer é uma narrativa clara, límpida, com verdade, com os factos, com os argumentos. É isso que nós devemos fazer. Quando me

acusam de fazer o contrário, fico ofendido. Não só eu, mas – penso – todos ficam ofendidos quando lhes atribuem esse tipo de comportamento do ponto de vista discursivo.

Devo dizer também, Sra. Deputada, sobre este assunto, que as refeições escolares devem ser servidas em condições ótimas aos alunos, com preços o mais reduzidos possível. É uma questão que me diz muito e já me bati muito por ela no passado. E ainda me bato por ela no presente.

Veja que, neste momento, estão a decorrer as obras de construção do refeitório na Escola Mouzinho da Silveira, um objetivo (estou um pouco emocionado até!) pelo qual me bati durante muitos anos com toda a convicção e que finalmente está a ser feito. E acho que é justo. É justo neste sentido de que todos, independentemente do local onde vivam nos Açores e da escola que frequentam, têm que ter boas condições, ótimas condições. E este Governo está a fazer a sua parte nesta matéria. Podem dizer-me que é possível fazer mais ainda, com certeza. E o objetivo do Governo e destes Grupos Parlamentares que o apoiam, é certamente fazer o melhor possível, continuar a melhorar as condições.

As circunstâncias em que vive a nossa população, uma parte muito significativa da nossa população, não pioraram drasticamente a partir de 2020, elas eram pré-existentes. Este esforço já deveria ter sido feito para muitas camadas da população que viviam em condições muito difíceis. Nós temos índices de pobreza que infelizmente nos demonstram que essa era uma situação previamente existente ao longo destas décadas. E nós devemos alterar esses índices de pobreza, devemos fomentar o progresso, o bem-estar das pessoas e as refeições escolares são algo essencial.

Eu lembro-me quando daquele lugar onde agora se senta o Sr. Deputado António Lima, uma vez disse à bancada do Partido Socialista que as refeições escolares são absolutamente essenciais, também para que os alunos tenham um bom aproveitamento escolar. Ia acontecendo uma tragédia neste Parlamento, porque eu

disse isto. Houve deputados que disseram que não, que as refeições escolares em nada importavam ou influíam naquele que era o aproveitamento escolar dos alunos -veja bem - foi-me disto isto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Por isso, é uma questão de justiça e é uma questão em que o Governo está empenhado. E está empenhado não só em palavras, está empenhado em atos, em factos. As refeições escolares, o esforço que nós estamos a fazer, nesta matéria, é agora muito maior do que aquilo que acontecia com o Governo Regional anterior.

Eu orgulho-me que isto esteja a suceder e que este Governo, nesta matéria, tenha esta sensibilidade e que esta maioria tenha esta sensibilidade, uma sensibilidade diferente do que tiveram as maiorias absolutas do Partido Socialista durante tantos anos nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa para mim não é propriamente um bom exemplo do trabalho parlamentar, ou seja, é uma iniciativa que está há 6 meses nesta Casa, que tinha como objetivo principal baixar o preço das refeições escolares. Mas eis que pelas teimosias dos partidos, pela vontade de não se entenderem, pela vontade de mostrarem que são mais importantes uns do que os outros, a iniciativa foi-se prolongando no tempo.

Depois, entretanto, perdeu *pai e mãe*, a iniciativa foi institucionalizada. Depois, o Partido Socialista foi buscá-la à instituição, adotando-a e eis que ela agora volta. E a iniciativa era mesmo só praticamente para baixar o preço das refeições escolares. Esta Casa está a levar 6 meses para definir o novo preço para as refeições

escolares. Entenda-se bem, 6 meses para se entenderem sobre um novo preço mais acessível para as refeições escolares.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A culpa foi do Deputado Barata.

O Orador: Eu não sei se foi por causa do Deputado Barata, se é por causa do deputado João, José ou Manuel.

O que eu sei é que são 6 meses que os pais estão à espera que os senhores parlamentares definam um novo preço para as refeições escolares. Este é o grande problema,

Da minha parte, apresentei algumas propostas de alteração, as quais prendem-se com uma situação que é um voto de confiança a quem preside aos conselhos executivos das escolas e aos nutricionistas que fazem o acompanhamento das refeições escolares.

E eu acho que nesse pressuposto, nós parlamentares (que não somos nutricionistas nem concorremos para a direção das escolas) não temos que estar aqui a nos ingerir excessivamente no funcionamento das cantinas escolares, nas dietas dos alunos, porque – meus senhores - há técnicos já preparados e assalariados para fazer este trabalho. Compete-nos a nós definir o preço para as refeições escolares. E compete às pessoas que recebem para tal, definir os critérios das refeições, se são mais vegetarianas, se são menos vegetarianas, com mais ou menos proteína. Deixemos isso para quem tem outras coisas para fazer. Temos que dar um voto de confiança às pessoas que estão a desempenhar essas funções.

Porque é que havemos de estar aqui a controlar tudo, como se só nós é que fôssemos donos da razão e só nós é que tivéssemos a sabedoria toda deste mundo para definir todas as regras?!

Eu sinceramente, se fosse nutricionista ao serviço duma escola ou dum agrupamento de várias escolas, ou se fosse diretor dum agrupamento escolar, sinceramente, estaria desiludido com esta câmara. Porque no dia em que os senhores quiserem ser nutricionistas (alguns até podem ser) e se quiserem ser

diretores dos conselhos executivos das escolas (muitos até poderão ser)... deixem trabalhar quem está a trabalhar nas escolas, no campo do nutricionismo, no apoio àquela que deve ser a qualidade da refeição dos nossos alunos e concentremo-nos noutros assuntos.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(* **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para sublinhar que para o Grupo Parlamentar do PS, o que importa não é, nem pouco mais ou menos, quem é o dono...o pai...a mãe que fez nascer o diploma, ou quem é que apadrinhou o diploma. O que mais nos importa é, na verdade, que as famílias açorianas, já no ano de 2023, possam beneficiar daquilo que este documento traz de bom. E, por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista nunca desistiu nem desistiria dele, independentemente de ser o seu autor ou não.

O que é que este diploma, em resumo, traz de bom?

Não é apenas e tão só – sendo muito importante – a baixa dos preços das refeições para os alunos numa forma permanente e a baixa dos preços excecional que nós também propomos no presente ano letivo e no próximo. Mas também centra-se numa melhoria da qualidade dos alimentos apresentados e centra-se no garante do direito de todos os alunos terem acesso a essas mesmas refeições. E é, portanto, a favor disto que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se bateu desde o primeiro minuto, sempre com vontade de acompanhar o que de positivo esta iniciativa sempre teve, apresentando, desde o primeiro minuto, propostas de melhoria também neste sentido. E, portanto, se nos caiu no colo o documento, foi porque efetivamente o quiseram libertar e não o quiseram manter.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista empenha-se e deseja que também esta Assembleia se empenhe na aprovação daquilo que aqui consta, porque quem ganha são as famílias açorianas.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo... a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras pede a palavra para uma interpelação?

(* **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Regressamos às 19h35.

Eram 19h05.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Os trabalhos recomeçaram às 19h35.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para o debate deste diploma?

Não havendo, vamos passar à votação.

Naturalmente vamos votar primeiro na generalidade o **Decreto Legislativo Regional n° 64/XII** - “Funcionamento das cantinas e bufetes escolares” que foi

apresentado pelo PSD, CDS-PP e PPM e adotado em plenário pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: a **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 64/XII** - “Funcionamento das cantinas e bufetes escolares” foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos agora passar à votação na generalidade da Proposta de Substituição apresentada pela Comissão de Assuntos Sociais.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Substituição do **Decreto Legislativo Regional nº 64/XII** - “Funcionamento das cantinas e bufetes escolares” foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovadas ambas as Propostas na generalidade, vamos fazer uma terceira votação para deliberar qual das Propostas segue para a especialidade.

As Sras. e Srs. Deputados que pretendam que o **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 64/XII** - “Funcionamento das cantinas e bufetes escolares” seja a proposta a passar para a especialidade, mantenham-se como estão. Estamos a falar da 1ª Proposta, a original.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Está claro para toda a câmara que, pelo contrário, a Proposta que vem da Comissão é a que segue para a especialidade?

Secretário: Na votação na generalidade, a **Proposta de Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 64/XII** foi rejeitada por unanimidade, seguindo para votação na especialidade a Proposta de Substituição.

Presidente: Vamos então iniciar o debate e a votação na especialidade desta Proposta de Substituição.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos votar o Artigo 1º que tem uma proposta de aditamento do nº4, apresentada pelo Bloco de Esquerda. E é essa proposta que coloco à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 a favor do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 1º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 1º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o Artigo 2º.

A primeira proposta de alteração é ao Proémio do nº1 e é apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação das alíneas a), b) e c) do nº1, apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento de uma alínea d), apresentada pelo PAN ao nº1 do Artigo 2º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do PAN, 25 contra do PS, 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação do nº2 do Artigo 2º, apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o Artigo 2º com a proposta que introduzimos.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 2º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 3º.

Há uma proposta de aditamento do nº8, apresentada pelo PAN que coloco à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do Deputado Independente e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 3º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 3º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 4º.

A primeira proposta de alteração é do Sr. Deputado Independente ao nº2 do Artigo 4º. E é esta proposta que coloco à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal, 1 a favor do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PAN ao nº3 do Artigo 4º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 Deputado Independente e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto as duas propostas do Bloco de Esquerda, aos nºs. 4 e 5 do Artigo 4º?

Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda aos nºs. 4 e 5 do Artigo 4º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração colocadas a votação foram rejeitadas com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do Deputado Independente e 2 a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação as duas propostas de aditamento apresentadas pelo PAN, isto é, dos n.ºs. 6, 7 do Artigo 4.º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas à votação foram rejeitadas com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 do PAN e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º8 ao Artigo 4.º, apresentada pelo PAN.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 1 a favor do PAN e 25 votos de abstenção do PS e 2 do BE.

Presidente: Vamos votar o Artigo 4.º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 4.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Avançamos para o Artigo 5º.

A primeira proposta de alteração é de eliminação do nº1 do Artigo 5º, apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração do Proémio ao nº1, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração à alínea b) do nº1 do Artigo 5º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente, 25 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação do nº3 do Artigo 5º, apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação do nº4 do Artigo 5º, apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação do nº5 do Artigo 5º, apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração nº5 do Artigo 5º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do

Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao Proémio do nº6, apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação das alíneas a) e b) do nº6, apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação, foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Votamos agora o Artigo 5º do diploma com a proposta de alteração que introduzimos.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 5º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental.

Encerramos por hoje e continuamos amanhã, ou querem terminar esta votação?

(Pausa)

Bem, se não há acordo, vamos encerrar e continuamos amanhã.

Boa noite e até amanhã.

Os trabalhos terminaram às 20h03

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

() Texto não revisto pelo orador.*

XII Legislatura

Número: 94

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira 18 de janeiro de 2023

A redatora: Ana Paula Lemos